

UFRRJ
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE

DISSERTAÇÃO

ADRIANO DE ALMEIDA FORIGO

Litígio de terra, litígio de memória: a questão agrária em Porecatu/PR a
partir das narrativas locais

(Dos conflitos de 1948-51 até o presente)

Rio de Janeiro

2017



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE

LITÍGIO DA TERRA, LITÍGIO DA MEMÓRIA: A QUESTÃO
AGRÁRIA EM PORECATU/PR A PARTIR DAS
NARRATIVAS LOCAIS

(DOS CONFLITOS DE 1948-51 ATÉ O PRESENTE)

ADRIANO DE ALMEIDA FORIGO

Sob a Orientação da Professora

Débora Franco Lerrer

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, CPDA/UFRRJ.

Rio de Janeiro, RJ

Junho de 2017

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

F7211 Forigo, Adriano de Almeida, 1989-
Litígio de terra, litígio da memória: a questão
agrária em Porecatu/PR a partir das narrativas locais
(dos conflitos de 1948-51 até o presente) / Adriano
de Almeida Forigo. - 2017.
143 f.

Orientadora: Débora Franco Lerrer.
Dissertação(Mestrado). -- Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação de
Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade, 2017.

1. Questão Agrária. 2. Memória . 3. Porecatu - PR.
4. Poder local. 5. Fronteira agrícola. I. Lerrer,
Débora Franco , 1968-, orient. II Universidade
Federal Rural do Rio de Janeiro. Programa de Pós
Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento,
Agricultura e Sociedade III. Título. |

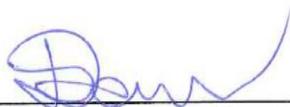
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento,
Agricultura e Sociedade (CPDA)

Adriano de Almeida Forigo

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em Ciências Sociais.

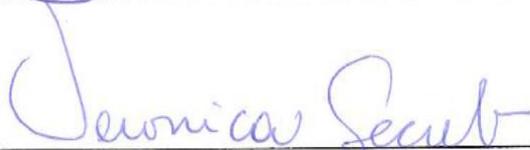
Dissertação aprovada em 19/06/2017.



Prof.ª Dr.ª Débora Franco Lerrer (CPDA/UFRRJ)
(Orientadora)



Prof.ª Dr.ª Leonilde Servolo de Medeiros (CPDA/UFRRJ)



Prof.ª Dr.ª María Verónica Secreto de Ferreras (PPGH/UFF)

“Ao finalizar este livro, poderia buscar em Thompson um questionamento que sempre me acompanha: “porque gastei anos tentando descobrir algo que, em sua estrutura essencial, poderia ser conhecido sem nenhuma investigação?”

(Thompson, 1987, p. 350) *apud* Piori (2011), no último parágrafo do livro *O levante dos posseiros: A revolta camponesa de Porecatu e a ação do Partido Comunista Brasileiro no campo.*

AGRADECIMENTOS

Neste trabalho estão traduzidas contribuições de todas as pessoas que compartilharam a vida comigo de uns quatro anos para cá. Foram trocas afetivas, de luta, acadêmicas, existencias etc., que por diferentes caminhos me ajudaram a seguir escrevendo. De alguma maneira, todas elas alimentaram este trabalho e agora estão impressas nele.

Agradeço à minha mãe Silvia, meu pai Adriano, minha irmã e meu irmão, Maria Eugênia e Caio. Todos foram fundamentais. Tudo fica mais fácil e mais prazeroso com a amizade, o amor e apoio mútuo da nossa família. Agradeço a presença, o carinho e o apoio das minhas tias, Célia e Rô, que também foram importatíssimos.

Agradeço aos irmãos e irmãs de vida. Minha querida cumadre Elis. Em Londrina, meus amigos Pedro José e Gui. Miguel e Thaís, pela amizade e acolhida durante o trabalho de campo em Londrina. A todos e todas as integrantes do Samba do Jatobá e Maracatu Semente de Angola.

No Rio de Janeiro, agradeço aos estimados Iñaki, Du, Eric, Leandro e Gabriel. Aos companheiros da casa, Jeff e Fabrício, pela camaradagem e interlocuções. Agradeço à Marcela, pela doçura de sua companhia, pelo apoio e entusiasmo sincero por este trabalho.

Agradeço às queridas companheiras e companheiros da turma de mestrado de 2015 do CPDA: Juan, Thaís, Rayane, Afonso, Manuela, Morena, Fabiane e demais colegas. Aos outros amigos e companheiros de biblioteca Juanita, Rodrigo, Valdênio, Carla, Felipe. Todos os demais colegas, amig@s, fundionári@s (Diana, Silvia, Silvinha, Janete, Gabriela, Ana Lidia e Reginaldo) docentes do CPDA, um programa especial, com pensamentos e com pessoas especiais.

A Gil, Ana e família, pela amizade e pelas conversas. Às pessoas que me ajudaram e contribuíram no trabalho de campo em Porecatu. Foram fundamentais.

À minha estimada orientadora, professora Débora Lerrer, pelos fundamentais apontamentos, correções, sugestões, trocas e pela confiança e autonomia dada ao meu trabalho sob sua orientação.

Agradeço ao CNPq pela bolsa de estudos concedida.

Por fim, agradeço à cidade do Rio de Janeiro e demais pessoas que não coloquei a nome nesses agradecimentos um tanto corridos.

RESUMO

FORIGO, Adriano de Almeida. Litígio da terra, litígio da memória: a questão agrária em Porecatu/PR a partir das narrativas locais (dos conflitos de 1948-51 até o presente). 2017. 136p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

O presente trabalho analisa o desenvolvimento da questão agrária no município de Porecatu/PR, e no território no qual ele está inserido, a partir das narrativas de moradores antigos de cidade, que nela chegaram em períodos próximos à sua fundação. Para esta análise, parte-se também de outras ocasiões narrativas consideradas relevantes. Primeiramente, é feita uma revisão bibliográfica, a fim de caracterizar a produção existente acerca do conflito agrário de Porecatu e situar a contribuição da presente investigação. Nos capítulos seguintes, os conflitos agrários de Porecatu são historicizados e tem sua análise informada pelos aportes dos estudos de fronteiras agrícolas, estudos sobre o poder local e sobre os processos sociais da memória. Desta maneira, procura-se criar um arcabouço analítico que permita interpretar as narrativas das fontes sob diferentes óticas, buscando nelas elementos que permitam caracterizar os processos históricos conflituivos através de diferentes dimensões da vida. Este trabalho visa analisar os processos sociais onde há a disputa entre narrativas explicativas de um determinado contexto local, por sua vez ancoradas em processos materiais, econômicos e sociais conflituivos, onde os diferentes agentes disputam sua significação.

Palavras-chave: questão agrária; memória dividida; Porecatu/PR; poder local; fronteira agrícola

ABSTRACT

FORIGO, Adriano de Almeida. Litúgio da terra, litúgio da memória: a questão agrária em Porecatu/PR a partir das narrativas locais (dos conflitos de 1948-51 até o presente). 2017. 136p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

The present work analyzes the development of the agrarian question in the municipality of Porecatu / PR, and in the territory in which it is inserted, based on the narratives of ancient city dwellers, who arrived there in periods close to its foundation. For this analysis, it is also part of other narrative occasions considered relevant. Firstly, a bibliographical review is done in order to characterize the existing production about the agrarian conflict of Porecatu and locate the contribution of the present investigation. In the following chapters, the agrarian conflicts of Porecatu are historicized and their analysis is informed by the contributions of studies of agricultural frontiers, studies on local power and on the social processes of memory. In this way, it is tried to create an analytical framework that allows interpreting the narratives of the sources from different perspectives, searching in them elements that allow to characterize the conflicting historical processes through different dimensions of the life. This paper aims to analyze the social processes where there is a dispute between narratives explaining a given local context, in turn anchored in conflicting material, economic and social processes, where the different agents dispute their significance.

Key-words: *Agrarian question; Divided memory; Porecatu / PR; Local power; Agricultural frontier*

LISTA DE SIGLAS

CANG - *Colônia Agrícola Nacional de Goiás*

CC - *Comintê Central*

CDPH-UDEL - *Centro de Documentação e Pesquisa Histórico da Universidade Estadual de Londrina*

CTNP - *Companhia de Terra do Norte do Paraná*

CERENA - *Comissão de Estudos de Recursos Naturais do Paraná*

DOPS - *Departamento de Ordem Política e Social*

IBC - *Instituto Brasileiro do Café*

ITC - *Instituto de Terras e Cartografia do Paraná*

IAA - *Instituto do Açúcar e do Alcool*

IPARDES - *Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social*

IBGE - *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística*

INCRA - *Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária*

MATOPIBA – *Iniciais dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia*

MST - *Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*

PCB - *Partido Comunista Brasileiro*

PNRA - *Plano Nacional de Reforma Agrária*

PT - *Partido dos Trabalhadores*

PTN - *Partido Trabalhista Nacional*

SEMA - *Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Paraná*

TAC - *Termo de Ajuste de Conduta*

UCP - *Usina Central do Paraná*

UDN - *União Democrática Nacional*

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1- Box sobre Vila Progresso na reportagem de Felismino (1985).....	96
---	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Evolução demográfica de Porecatu.....	63
Tabela 2- Taxas de crescimento da população de Porecatu.....	64
Tabela 3- Condição legal do produtor em relação ao estabelecimento rural.....	100
Tabela 4- Condição do produtor em relação ao estabelecimento rural.....	100
Tabela 5- Lavouras temporárias elencadas em 2013, 2014 e 2015.....	101
Tabela 6- Lavouras permanentes elencadas em 2013, 2014 e 2015.....	101

LISTA DE MAPAS

Mapa 1- Limites do município de Porecatu em 1948.....	44
Mapa 2- Limites do município de Porecatu depois de 1952.....	45
Mapa 3- “Os três nortes” do Paraná.....	79
Mapa 4- As frentes de ocupação do Paraná.....	82

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I - A produção escrita sobre Porecatu e o movimento de 1947-51	21
1.1 A produção não acadêmica.....	22
1.2 A produção acadêmica.....	32
1.3 Situando o objeto de pesquisa.....	34
CAPÍTULO II - Questão agrária e conflitos pela terra em Porecatu	41
CAPÍTULO III - Porecatu no contexto da expansão da fronteira do Norte paranaense	71
3.1 Concepção de fronteira em José de Souza Martins.....	72
3.2 Revisão bibliográfica analítica acerca da colonização do Norte do Paraná.....	76
3.3 O caso de Vila Progresso.....	94
3.4 A posse da terra e a produção agrícola no município de Porecatu.....	99
CAPÍTULO IV - Poder local em Porecatu	105
CAPÍTULO V - Memória dividida, silenciamento, história oral e ocasiões narrativas	127
CONSIDERAÇÕES FINAIS	147
REFERÊNCIAS	149

INTRODUÇÃO

A Questão agrária, no que tange o mapeamento, avaliação e regularização fundiária dos territórios, reestruturação do ordenamento fundiário junto à reconfiguração de sua jurisprudência, - processos esses necessários a uma reforma agrária efetivamente estrutural - são temas relacionados que tem tido pouca visibilidade nos debates públicos brasileiros atuais, seja nas agendas setoriais, seja em amplos setores da academia e, principalmente, como projeto político dos últimos governos, pautados pelo neodesenvolvimentismo. Este quadro tem sua manutenção por variadas vias. Determinadas narrativas se estabeleceram como consenso nestes meios, algumas afirmando o superação desta pauta, outras afirmando que perdemos o tempo histórico para fazê-la e outras, simples e deliberadamente, a ignorando. Todas, de alguma maneira, a silenciam. Ao meu ver, a centralidade e atualidade da questão agrária, nos sentidos aqui trazidos, é proporcional ao silenciamento que os discursos dominantes presentes na sociedade fazem pairar sobre ela.

O objeto desta pesquisa articula o tema da questão agrária na suas dimensões históricas, econômica e simbólica em um caso particular: Porecatu. Trata, assim, da formação de um município e sua territorialidade, que por seu turno compreende as relações entre diversos agentes sociais que dinamizam tal processo histórico, onde foi e é característico o conflito pela terra. Neste contexto de conflito, as disputas, em todos os âmbitos (políticas, econômicas, simbólicas etc.), são atravessadas e se retroalimentam com a produção e enunciação de narrativas que as tematizam. Estas se alicerçam nas memórias socialmente produzidas e reproduzidas em processos cuja marca é a fragmentação e o conflito. É neste âmbito que se tece este trabalho: partindo da questão agrária, chegando à reflexão sobre memórias e narrativas e retornando à questão agrária, para um caso localizado.

O município estudado é Porecatu, localizado na região central do Norte do Paraná, às margens do rio Paranapanema, fronteira com o Estado do São Paulo. Quando me refiro à territorialidade deste, falo das características e mediações que não se restringem somente às fronteiras administrativas e formais do município e, portanto, não o definem exclusivamente, e sim, transbordam-no. Estão enraizadas, no passado comum: a fronteira agrícola cafeeira paulista. No período correspondente a esta, Porecatu se notabilizou nacionalmente devido a um conflito armado por terras, envolvendo posseiros e o Partido

Comunista Brasileiro (PCB) de um lado, e fazendeiros, empresários agrícolas, Polícia Militar, agentes do DOPS e jagunços do outro. Ocorridos entre 1948 e 1951, estes episódios foram chamados de a “Guerra de Porecatu”. Eles transcorreram sobre uma região que compreende parte dos municípios de Porecatu, Centenário do Sul, Mirassella e Jaguapitã, na região entre o ribeirão Centenário e ribeirão do Tenente. O epicentro da revolta camponesa foi o distrito de Vila Progresso, na época pertencente a Porecatu e, hoje, distrito de Centenário do Sul. Ele está localizado no centro desta região, que na época do conflito era predominantemente de florestas nativas, com algumas fazendas abertas e centenas de pequenas posses e sítios.

Não é meu objetivo debruçar-me sobre o tema do conflito armado de Porecatu, visto que já há trabalho acadêmico que o faça com fôlego. Mas este evento é o ponto de partida para o desenvolvimento do objeto próprio desta pesquisa, que visa compreender o sucedâneo do problema agrário/fundiário neste território, sob diferentes e articuladas óticas, a partir do fechamento dele enquanto *fronteira agrícola*, processo em que o conflito se desenvolve, finda e do qual é definidor. Para tornar mais claro o problema desta pesquisa, descrevo sucintamente o processo que me levou a ele.

O projeto inicial da pesquisa começou a ser concebido em 2013, quando atuei como professor de ciências em uma Escola Itinerante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), localizada no Acampamento Herdeiros da Luta de Porecatu, em Porecatu. No entanto, as experiências que possibilitaram as reflexões que culminaram na pesquisa começaram em 2011, quando ingressei como estagiário em um projeto de extensão com formação continuada na mesma escola que vim a trabalhar, depois de formado.

Inicialmente, pretendia compreender a dinâmica agroambiental da região, sabidamente problemática, frente sua dinâmica agrária, também conhecida pelo histórico de conflitos e pela visível manutenção destes na atualidade, embora reconfigurados. Havia uma preocupação teórica de compreender - por meio desta abordagem - a problemática dentro de uma espécie de ecologia totalizante que relacionasse história, paisagem e processos sociometabólicos. Para tanto, estava dialogando com temas e disciplinas como questão agrária, ecologia política e história ambiental.

Fui a primeira vez¹ a campo imbuído dessas ideias e, na primeira parte desta ida realizei uma pesquisa documental no Centro de Documentação e Pesquisa Histórica da Universidade Estadual de Londrina (CDPH-UEL), visando, sobretudo, caracterizar ecossistemicamente a área de estudo no passado², de acordo com método definido por meu objeto inicial. Para tanto, procurei documentos que se referissem ao Norte do Paraná em sua colonização no século XX, como cartografias e aerofotografias de órgãos como o Instituto Brasileiro de Café (IBC) e da Comissão de Estudo dos Recursos Naturais Renováveis de Estado do Paraná (CERENA), dentre outros.

A segunda etapa do primeiro campo foi empreendida em Porecatu. Objetivava acessar alguns documentos previamente elencados durante a revisão bibliográfica e realizar entrevistas. Estas foram pensadas de maneira a não abordar diretamente a temática dos conflitos agrários, já que não era este o objeto central do estudo, mas sim um elo da análise. Priorizei um público de idosos nascidos em Porecatu, ou que tivessem chegado lá até a década de 50. Foi dada preferência a perguntas sobre a agricultura do município e suas mudanças, sobre as paisagens do município e suas mudanças ao longo do tempo e sobre a própria história de vida das pessoas entrevistadas. Em todas as ocasiões em que apresentei a pesquisa às pessoas, também o fiz nos mesmos termos, dizendo que pretendia compreender as transformações ambientais em Porecatu face a sua agricultura e suas transformações históricas.

Esta etapa proporcionou um giro na pesquisa, impôs uma reelaboração do objeto e consequente reorientação analítica e teórica. Tal giro deveu-se ao seguinte fato: em praticamente todas as ocasiões narrativas em campo, mesmo realizando uma abordagem nos termos supracitados, era recorrente a menção ou aos conflitos agrários do passado e/ou do presente (guerra de Porecatu, “brigas” de terra, ocupações do MST), críticas e/ou emulações acerca do esquema político local, constrangimento e evasão das perguntas quando o assunto envolvia a posse de terras no município. Em oposição, também houve

¹ Abril e primeira semana de maio de 2016.

²A história ambiental, conforme elabora Donald Worster (2003), “*rejeita a suposição comum de que a experiência humana tem sido isenta de constrangimentos naturais, que as pessoas são uma espécie separada e singularmente especial, que as consequências ecológicas de nossos feitos passados podem ser ignoradas*” (Worster, 2003, p. 24). Para este autor, a história ambiental opera em três níveis. O primeiro nível “*envolve a descoberta da estrutura e distribuição dos ambientes naturais do passado*”, o que pode ser uma tarefa difícil, pois embora a história humana seja em si a operação destas mudanças, o registro destas é escasso. Neste nível, e para realizar tal reconstrução, o pesquisador deve valer-se amplamente de aportes das ciências naturais, seus métodos, seus dados e fontes, sem abrir mão da documentação histórica (Worster, 2003).

situações em que as falas rapidamente adquiriam o tom de denuncia aberta à configuração local de poder, econômica e agrária. As ocasiões narrativas estavam, claramente, permeadas por memórias. Memórias estas visivelmente divididas.

Além das entrevistas, houve outras situações que incidiram diretamente na reformulação do objeto e dos objetivos da pesquisa. Foram visitas a espaços públicos, dentre eles a Prefeitura Municipal, a Casa de Cultura Municipal e a Biblioteca Municipal, onde o tema da memória também surgiu de maneira truncada, expondo divisões, fragmentações, disputas, constrangimentos, em suma, conflitos. Um aspecto com implicação direta sobre o objeto de pesquisa está no fato de serem, justamente, espaços públicos, geridos por funcionários públicos, onde uma determinada memória acerca da história local foi manifesta ora como finalidade e serviço da própria instituição, ora nos diálogos e situações ocorridas na interação com os próprios funcionários não referentes ao exercício estrito de suas atribuições profissionais.

Quando fui à Prefeitura, pretendia acessar documentos que havia elencado durante a pesquisa bibliográfica, os quais estavam referenciados como presentes no arquivo da Prefeitura. Fui atendido pelo Secretário de Cultura, que se mostrou inquieto, fazendo perguntas sobre minha pesquisa e sobre como eu havia “conhecido Porecatu”. Ele afirmou que ali “não havia nada para eu ver”, embora o fizesse de maneira amistosa e protocolar. O secretário também afirmou que eu deveria ir à Casa de Cultura, pois lá, conforme suas palavras, estavam as coisas que eu ia precisar para a pesquisa. Ele ligou para a instituição, falou sobre mim e solicitou que me acompanhassem na visita.

Na Casa de Cultura fui recebido pela funcionária com a qual ele havia falado ao telefone. Ela apresentou todo o material disponível, sempre se mantendo próxima e atenta a mim. A casa reúne pequenas exposições permanentes sobre história, cultura e meio ambiente local. A ala que conta a história do surgimento da cidade foi provocativa, pois é perceptível nela a reafirmação de uma determinada memória, compondo uma narrativa eleita como oficial e pública. Reproduzo alguns trechos onde isso pode ser percebido.

ECONOMIA DO MUNICÍPIO

A economia do município baseia-se na agricultura, com destaque para o cana-de-açúcar. A instalação da Usina Central do Paraná – Agricultura, Indústria e Comércio (UCP) foi de fundamental importância para o desenvolvimento da região. A usina, um dos maiores complexos sucroalcooleiros do Paraná, gerou e ainda gera empregos.

[...] Assim como ocorreu com a instalação da Usina Central do Paraná, a construção da Usina Hidrelétrica Capivara alavancou ainda mais o economia da cidade.

PORECATU: HISTÓRIAS E MEMÓRIAS DE NOSSA GENTE

Os registros oficiais contam que em 8 de dezembro de 1941, Ricardo Lunardelli, irmão de Geremia Lunardelli, denominado o “rei do café”, chegou à região com seus filhos Urbano e João, para tomar posse das terras que recebeu do Estado. Lunardelli criou a Fazenda Canaã, loteando o restante das glebas e vendendo-as àqueles que desejassem cultivá-las. Assim nasceu o povoado que deu origem à cidade de Porecatu.

PORECATU E A COLONIZAÇÃO DO NORTE DO PARANÁ

[...] No início da década de 1940, o governo estadual iniciou uma política de doação e venda das terras devolutas para aqueles que derrubassem a mata, plantassem, produzissem, pagassem impostos e nelas se estabelecessem por seis anos. Só depois disso seria possível receber o título de propriedade. Durante a gestão de Manoel Ribas – interventor do Estado do Paraná entre 1932 e 1945 -, quase 120 mil hectares de terras foram loteados. Foi naquele período que nasceram os municípios de Centenário do Sul, Florestópolis, Guaraci, Jaguapitã, Mirassolva e Porecatu.

Mas, nem todas as terras eram devolutas. Em meio à onda de pioneiros que chegavam incessantemente à região, muitas propriedades particulares, devidamente escrituradas, acabaram sendo negociadas como se fossem devolutas. No final da década de 1940, durante a primeira gestão de Moysés Lupion (1947-1951), o governo paranaense autorizou a venda das terras ocupadas pelos posseiros, até mesmo daqueles que aguardavam o prazo de seis anos para receberem o título de propriedade, de acordo com o compromisso firmado na gestão anterior. Essa decisão política gerou um conflito – entre os posseiros, proprietários e o governo – ficou conhecido como “Guerra de Porecatu”.

HINO DE PORECATU

Nós somos de uma cidade,/ Bem pequenina, mas progressista./ O povo é sem qualquer vaidade, Pensando sempre em mais conquistas.

Porecatu, terra querida,/ Queremos sempre exaltar tua imagem pura./ Teus nobres filhos, tão destemidos,/ Não deixarão de demonstrar a sua bravura.

Em nosso peito, vive a esperança,/ De ver-te um dia no mais alto dos conceitos./ Tudo.... Conseguiremos..../ Porque ninguém nos privará deste direito.

Teus exuberantes cafezais./ Teus lençóis, de cana verdejantes, Luta intensa, movimento incessante./ Em parte alguma poderá haver iguais. As tuas duas gigantescas chaminés, O teu imenso parque pastoril,/ Tuas igrejas, teus jardins e tuas escolas,/ Tudo isso é orgulho para o Brasil. (Casa de Cultura de Porecatu).

No tópico sobre a colonização do Norte do Paraná, o conflito é assumido na narrativa. Mas, a história é contada sem qualquer relação causal com as práticas do atores locais, como a família Lunardelli, apesar destes receberam amplo espaço na exposição. Deixa margem para uma interpretação das intencionalidades da gestão de Lupion, mas de

maneira implícita. Apesar da exposição neutra dos fatos, frisa-se que *nem todas as terras eram devolutas e algumas eram devidamente escrituradas*.

Após me conduzir pelas alas que expunham textos e fotos, a própria funcionária me acompanhou até a biblioteca municipal, que ficava próxima. Segundo ela, havia no acervo alguns livros relativamente novos sobre a história de Porecatu, dos quais ela não recordava os títulos. O funcionário da biblioteca se mostrou pouco disposto a encontrar os livros, e disse que alguém os havia emprestado e não mais devolvido. No entanto, ele pegou de dentro de um armário na área administrativa um exemplar do livro *Ricardo Lunardelli – Uma vida a serviço da terra*, escrito pelo jornalista Nilson Monteiro (2015). Retirou o livro da embalagem plástica e me entregou. Fez várias recomendações, dizendo que ali estava toda a verdadeira história sobre Porecatu e a família Lunardelli, pois “eram contadas muitas mentiras sobre eles, para as quais não existe nenhuma prova”.

A existência de uma relação entre a narrativa perpetrada nestes espaços públicos, a conduta de alguns funcionários públicos nestes espaços e suas opiniões, narrativas e posturas manifestas nestas situações acabaram por me provocar e, por fim, decidir, voltar a pesquisa a elas. De fato, o campo empírico se abriu neste sentido.

A reorientação do objeto de pesquisa foi, então, no sentido de contemplar e articular estas novas demandas, colocadas por situações sensíveis do primeiro campo, que deixaram claro um problema local envolvendo a disputa histórica sobre as terras, a formação do poder local em todas as suas dimensões e, como dimensão simbólica do processo, a fragmentação da memória e das narrativas sobre ele, com um conseqüente litígio em relação a estas, tanto localmente, quanto em alguns âmbitos mais amplos, principalmente no debate político suscitado pela ação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) no conflito armado de Porecatu. Como pode ser observado, no fim da primeira ida a campo, já havia elencado alguns temas teóricos – provocados pelo trabalho empírico – com os quais me parecia necessário dialogar na construção do objeto que se ensejava. São eles: a própria questão agrária e os conflitos de Porecatu, presentes desde o projeto inicial; o poder local e sua sociogênese; e, transversalmente, a questão de memória, silenciamento e disputa de narrativas.

Decidi realizar a investigação a partir das narrativas de pessoas que testemunharam e empreenderam presentemente os processos que se entrecem para formar Porecatu. Assim, procedi à segunda ida a campo com o objeto da pesquisa já

reformulado e melhor delineado, o que me permitiu uma abordagem metodológica mais precisa. Continuei dando preferência ao público de idade avançada que havia residido em Porecatu entre as décadas de 1940, 50 e 60 e que, prioritariamente, ainda morasse na cidade. Cheguei até as entrevistas através de uma pequena rede colaboradores que estabeleci na localidade. Realizei entrevistas semiestruturadas, nas quais minhas perguntas eram feitas muitas vezes como uma sugestão de tema a ser falado, como, por exemplo: história de vida, o meio ambiente local no passado e no presente, a agricultura nesta mesma perspectiva, a vida política na cidade, a vida econômica na cidade, as “brigas” por terra na região etc. Sempre colocando temas amplos, de maneira a deixar que falassem livremente, sem muitas intervenções minhas durante suas falas. Esta opção se mostrou proveitosa, pois assim os entrevistados e entrevistadas se moviam livremente por estes temas, expressando suas memórias e opiniões mais demoradamente e com maior densidade. Escolhi os temas que conduziam as entrevistas conforme intuía a pertinência de cada um deles em relação à problemática geral e aos temas teóricos citados. Desta maneira o campo empírico elaborado junto aos informantes pôde dialogar com uma moldura de referência prévia do pesquisador, mas sem ser limitado e enrijecido por esta (Portelli, 1997). Durante esse segundo campo, os temas da memória, silenciamento e narrativas já estavam elaborados teoricamente e analiticamente. Os demais, embora em diferentes estágios, ainda estavam em processo de elaboração.

Terminado o trabalho em campo, o material reunido consistia em gravações de entrevistas e anotações elaboradas a partir de conversas e de situações ocorridas espontaneamente, no embate do pesquisador com as pessoas. Era um estranho, para o qual existia um conjunto de comportamentos, posicionamentos e posturas providenciais, em alguns casos. Me coloquei em relação, muitas vezes sem nenhuma mediação anterior, com as pessoas que, por sua vez, são os indivíduos que se relacionam e dinamizam a vida do lugar no presente, acionando diferentes narrativas, as quais, por seu turno, tendem a guardar relação com os lugares sociais, políticos e econômicos que estas (as pessoas) ocupam. Esta última observação é particularmente importante, tendo em vista que as relações de hoje também organizam as narrativas sobre o passado.

Já provocado pelas experiências de campo e tendo visitado a literatura sobre Porecatu, completei a elaboração necessária nos temas teóricos para a viabilidade analítica deles para o objeto, e agreguei outro tema que me surgiu como potencialmente explicativo: as elaborações acerca das fronteiras agrícolas.

A separação dos capítulos, então, foi realizada de acordo com estas chaves de leitura e as questões teóricas inerentes a estas. Questão agrária, fronteira agrícola, poder local e memória surgiram como demandas para a explicação do objeto de pesquisa em processo e estão imbricadas nele, sendo mutuamente explicativas. Cada capítulo tematiza um destes pontos, que informam a interpretação e análise das narrativas oriundas das entrevistas. Este processo, por sua vez, é feito através de repetidas leituras e releituras metódicas, pelas quais se podem captar as várias camadas interpretativas e analíticas que as narrativas transcritas apresentam (de teor descritivo, de representações, afetivas, psicológicas, micropolíticas etc.), para as quais se lança mão do repertório teórico pertinente.

Metodologicamente, interpreto as narrativas trazidas articulando a história oral, na concepção de Portelli (1997, 2000), e os estudos sobre os processos sociais de memória, conforme Pollak (1989, 1992). A verificação da factualidade necessária à credibilidade das fontes, que são orais e, portanto, preñes de subjetividade (Portelli, 1997), foi realizada tanto empiricamente, quanto pela consulta e interpretação de bibliografia e de bases de dados. Os nomes de todas as fontes foram substituídos por nomes fictícios, a fim de preservar suas identidades.

Na tessitura dos capítulos busquei construir uma análise e interpretação direcionada a um processo histórico iniciado no final da década de 1930, início da de 1940, e que tem sua continuidade até o presente momento: a formação de Porecatu. Os capítulos constituem, então, uma decomposição deste processo, em dimensões analiticamente viáveis e com possibilidades de um encadeamento narrativo. Neste sentido, eles são estruturados segundo chaves de leitura elaboradas de acordo com as demandas teóricas mencionadas anteriormente, que me foram colocadas nas reflexões a partir das experiências em campo e na sistematização e na análise do material colhido. O trabalho contém, assim, cinco capítulos.

O primeiro capítulo traz uma revisão das principais obras de referência sobre Porecatu e seu conflito histórico. Além do caráter de revisão bibliográfica, o objetivo nele é expor e analisar esta bibliografia para, a partir disso, contextualizar o presente trabalho e situar sua contribuição com mais clareza.

No segundo capítulo, busquei realizar um panorama itinerário da questão agrária/fundiária em Porecatu, partindo de sua história de conflitos no passado e procurando estabelecer nexos para as continuidades históricas do presente.

Aportes sobre o contexto de fronteira agrícola em José de Souza Martins fornecem a chave de leitura para o terceiro capítulo. Reconstruo o processo de colonização do Norte do Paraná, do qual Porecatu faz parte, e procedo uma análise crítica das narrativas e das disputas subjacentes a elas do ponto de vista ontológico. Nisso, procuro evidenciar a questão narrativa que se impõe sempre que pensamos nos processos da fronteira, articulando as ideologias e mitologias que balizam o que é dito e o que não é dito sobre estes.

Na quarta parte, procuro caracterizar a formação do poder local em Porecatu. Para tanto, procedo a historicização das práticas de alguns agentes, sobretudo os dominantes, dialogando com a literatura acerca dos sistemas políticos locais e demonstrando, pela ilustração do caso de Porecatu, como a reprodução do poder local perpassa por várias dimensões da vida e pode impor formas surpreendentemente amplas e capilarizadas de subordinação.

O quinto e último capítulo trata de demonstrar, a partir de todo o contexto historicizado e caracterizado nos capítulos anteriores, como os processos trabalhados neles se cristalizam no campo da memória e das narrativas que estas informam. Busco explorar esta dimensão do problema de pesquisa e evidenciar seu caráter constituinte na disputa simbólica e política encampada entre agentes que procuram fazer prevalecer determinadas narrativas, silenciando, não dizendo e exercendo poder sobre o que será dito.

A isso estão atrelados os objetivos deste estudo, dentre os quais, o de somar uma contribuição no esforço para a produção de uma superfície de inscrição e enunciação de narrativas alternativas àquelas dominantes e postas como verdade. A partir dele, também de desdobram os objetivos mais acadêmicos, que dizem respeito ao delineamento do arcabouço teórico-analítico necessário a tal tarefa e sua tradução para a realidade investigada.

Por fim, outro objetivo aqui é apontar para a necessidade de devolver à pauta agrária/fundiária a sua centralidade política, estratégica e estrutural da sociedade e do Estado brasileiro. Para o contexto estudado, parte deste objetivo consiste em fornecer

mais um instrumento para os atores que “herdam” o processo histórico e protagonizam-no hoje.

1. A PRODUÇÃO ESCRITA SOBRE PORECATU E O MOVIMENTO DE 1948-51

1.1 A produção não acadêmica

Já existem obras acadêmicas e jornalísticas que analisam o caso de Porecatu e/ou seus conflitos na dimensão histórica, política e econômica e que, no caso das obras de jornalistas, adentram o terreno da problematização das narrativas produzidas (ou silenciadas) sobre os conflitos e, também, acerca dos desdobramentos após o término destes, ainda que dentro de uma abordagem própria da investigação jornalística.

Para situar onde fica a contribuição desta pesquisa, buscarei dialogar com estas obras, e, neste mesmo esforço, vou procurar situar as contribuições do presente trabalho.

Sobre Porecatu, há dois trabalhos jornalísticos que se destacam: a série de reportagens de Pedro Paulo Felismino, publicadas no jornal Folha de Londrina, diariamente, de 14 a 28 de julho de 1985; e o livro “Porecatu: a guerrilha que os comunistas esqueceram” de Marcelo Oikawa (2011), publicado pela editora Expressão Popular. Ambos tratam com mais ênfase o conflito propriamente dito, as problemáticas presentes nas relações entre seus atores, as relações destas com os rumos da luta e os desdobramentos logo após o fim desta. Ademais, adentram a questão da divisão das narrativas, portanto, da memória, embora não com o uso desta terminologia e aporte teórico mobilizado neste trabalho.

O primeiro rompe mais de 30 anos de silêncio público sobre o conflito, tendo sido o esforço inicial no sentido de tratar o tema e algumas de suas memórias e polêmicas publicamente. Data do período de reabertura democrática, um contexto em que estava colocado o debate sobre o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), com agravamento de tensões no campo brasileiro. Conforme o autor (Felismino, 1985), o trabalho tem por objetivo contribuir para o estudo da história recente do Norte do Paraná e reavivar o debate amplo da questão agrária. Possui também um caráter de denúncia, dando relevo às injustiças de diversas ordens cometidas contra os posseiros de Porecatu.

Outro ponto importante diz respeito à problematização da ação do Partido Comunista Brasileiro (PCB). No caso, consiste em uma avaliação das cisões (o que consequentemente suscita pensar nas cisões narrativas e de memória) dentro do campo contra-hegemônico (campesinato/posseiros e PCB) no contexto do conflito. O jornalista se move por esta dimensão e consegue contextualizar este quadro, avaliando a trajetória programática do Partido. Ao mesmo tempo, caracteriza o contexto para o fatídico

silenciamento da questão por parte do PCB, como posição deliberada de seus chefes e porta-vozes após o término do conflito.

A narrativa se estrutura a partir da trajetória de personagens chave que, por seu turno, são integrantes das organizações, movimentos e instituições envolvidas no conflito (resistência dos posseiros, PCB, políticos, Polícia, fazendeiros, grileiros, empresários etc.) e, portanto, empreendem (ou não) as deliberações, os objetivos e contradições das mesmas no processo do território em questão. A partir daí, o jornalista traça um panorama itinerário (cronologia, personagens e locais) conciso dos antecedentes e dos fatos que se desdobram no que ele denomina “guerra de Porecatu”. Há, por exemplo, um trecho em que relaciona a delinquência do governador paranaense Moysés Lupion, a violência e a corrupção do poder local (sem usar exatamente este termo), a ilegalidade do PCB e a intimidação dos posseiros por porte dos jagunços da família Lunardelli para a formação do contexto em que eclode um embate já com traços mais militarizados.

Outro ponto interessante é a tessitura da trajetória – a partir dos acontecimentos, personagens e trajetórias locais - que irá ligar o destino dos posseiros em suas lutas aos militantes pecebistas da região e por consequência à atuação do Partido em sua rede estadual e nacional. Como narra Felismino (1985), a opção pela luta armada foi concretizada formalmente em novembro de 1948, na casa de Hilário Gonçalves Padilha³, o Itagiba, devido, em muito, aos argumentos dos emissários do “Partidão” vindos de Curitiba. A posse de Hilário Padilha era na fazenda Umuarama, um dos primeiros focos de conflito e que continuou como propriedade da família Lunardelli até 1985 (Felismino, 1985).

Felismino (1985) adere abertamente à dura crítica à maneira proselitista e sectária que chefes do Comitê Central (CC) do PCB prescreveram os rumos táticos da resistência, em sua concepção e execução, a partir da decisão de fazer de Porecatu um laboratório para o programa cristalizado no Manifesto de Agosto. O faz dando visibilidade aos depoimentos de Jacinto Manoel Correia, militante do PCB de Londrina, onde fora eleito vereador três vezes. Manoel, o Mané Jacinto, era o homem de ligação entre o comitê local do Partido e os grupos de posseiros armados aquartelados na floresta. Em seguida,

³ Camponês, filho de Hilário Gonçalves Padilha (O pai e o filho têm o mesmo nome?) e que, junto ao pai, um irmão e um tio, partiu da região do extremo oeste paulista, cruzando o rio Paranapanema para abrir sua posse em meio à mata virgem que cobria as ditas terras devolutas na região onde veio a se formar Porecatu. Mais tarde, Hilário Pinha se tornaria uma liderança na resistência camponesa, a partir da qual se tornou um militante político partidário (Priori, 2011).

reproduzo trechos sintéticos da avaliação de Mané Jacinto, inédita⁴ até a publicação na reportagem de Felismino (1985).

Na leitura de Mané Jacinto⁵, “a *“Guerra de Porecatu” surgiu para que os posseiros mantivessem suas terras, e só*” (apud Felismino, 1985). Sabe-se que o Governo do Paraná no período de Bento Munhoz da Rocha, interessado em pacificar a região, formou uma comissão para negociar as disputas entre posseiros e grileiros, onde houve possibilidades de acordos que garantiriam terras para muitas famílias. Mané relata a seguir o posicionamento do CC frente essas possibilidades que surgiram no contexto da época.

[Mané expõe] constatações de que coube ao próprio PCB a fatia maior na divisão das responsabilidades pela bancarrota da “Guerra”. O “Velho Mané”, como Jacinto era conhecido, sempre soube, aliás que determinados posicionamentos encampados pelos dirigentes comunistas de época foram decisivos para que a luta ganhasse um fim melancólico. Afinal, em seu depoimento, ele nem ao menos hesita em chamá-los de “sectários” e “burros”, assegurando que *“foram suas imposições aos posseiros que levaram à derrota do movimento”* (Felismino, 1985).

É muito significativo que estas críticas partam deste lugar: uma personagem com a trajetória de Mané Jacinto, componente da hierarquia partidária, porém, local e de contato direto com os camponeses em armas.

Mané: *“A recusa de se fazer o acordo partiu dos dirigentes militares do PCB que eram sectários e negaram-se a um tratado pacífico. O Governo pretendia dar terras devolutas aos posseiros nas regiões de Iporã e Umuarama. Como não houve acordos, a reação ficou danada, armou uma expedição de soldados e partiu para a luta”* (Felismino, 1985).

A possibilidade de acordos entre posseiros, fazendeiros e grileiros – sempre mediado por um poder público tendencioso a favor dos poderosos – implicava num impasse tático à resistência, que, por seu turno, tinha como questão de fundo a complexidade na relação PCB/Posseiros, onde divergiam as aspirações estratégicas do CC e o objetivo originário da luta: a autodefesa dos camponeses e seu desejo de garantir a propriedade das terras que ocupavam. Aqui, é válida a menção e reflexão sobre o posterior movimento de Formoso e Trombas, no interior de Goiás, onde tal impasse

⁴Mané gravou um longo depoimento em 1983, pouco antes de sua morte, no qual relata sua trajetória política, dentre outras passagens de sua vida. Este depoimento estava de posse dos arquivos do PC do B, partido que passou a integrar após a sua ruptura com o PCB (Felismino, 1985).

⁵Utilizarei itálico nos trechos das citações em que estão presentes reprodução integrais das falas de Manoel Jacinto.

também ocorreu. As origens do conflito armado na região⁶, bem como suas características guardam semelhanças com Porecatu. Contudo, o desfecho é muito diferente. Em Goiás, o movimento aproveitou a vantagem obtida pela pressão de sua resistência para negociar acordos e avançar em suas pautas. Ademais, sabe-se que o comando pecebista realizou manobras no campo político e eleitoral dotadas de pragmatismo tático, conseguindo capitalizar uma situação política – ao menos no âmbito local - que manteve conquistas alcançadas.

Para o movimento de Porecatu, o destino foi outro. O giro sectário no comando pecebistas da Guerra de Porecatu é marcado pela chegada de Celso Cabral de Mello, enviado pelo CC para exercer o comando político do movimento. Celso, cujo codinome era “Capitão Carlos”, talvez seja o personagem mais controvertido da trama. Este, quando capturado pela repressão, delatou todos os nomes dos combatentes envolvidos, bem como todo o esquema militar e operacional da resistência, contribuindo fatalmente para o desmantelamento final desta. Ele escapou da cadeia de Porecatu uma semana após ter prestado seu depoimento. Nesta época, a cadeia era fortemente vigiada por um efetivo reforçado da PM paranaense (Felismino, 1985; Priori, 2011; Oikawa, 2011). Sobre o contexto da chegada do “Capitão Carlos”, Manoel Jacinto (apud Felismino, 1985) relata que:

a vinda de Celso Cabral de Mello obedecia à praxe do partido – o Comitê Estadual organizava a luta, mas o comandante político era enviado pelo comitê Central, no Rio, “*eles achavam que nós, crioulos da região, os pernas de pau, não éramos capazes de nada, por isto mandaram aquele sujeito, que era o “tal”, completamente ignorante no trato com os camponeses e aqui fez a sua lei, indispondo-se, inclusive, contra nós que tínhamos outras intenções na luta*”. Mané também acusa-o de quase transformar um grupo de posseiros, “*simples e humildes que queriam apenas suas terras*” em “*meros bandidos e marginais*”, ao planejar um assalto a banco, sem qualquer autorização superior, por pouco não concretizado (Felismino, 1985). Grifo meu.

Outro exemplo prático dos desvios cometidos na implementação das deliberações do CC pelo elemento de ligação com os posseiros em armas diz respeito à questão dos

⁶A implantação da Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG), no Município de Ceres fez com que milhares de camponeses sem terra migrassem para esta região, a partir dos anos 40. Não havendo possibilidade de acomodação de todas as famílias na CANG, várias destas afluíram às regiões de terras devolutas no norte dos municípios de Formoso e Trombas. A partir da década de 50 - com a expansão do capitalismo brasileiro, por influência do início da construção da rodovia Belém-Brasília e da transferência da capital federal para o meio-oeste goiano – as terras começaram a se valorizar, atraindo mais fazendeiros e grileiros para a região. Estes, começaram a exigir pagamentos e a contestar a propriedade dos camponeses, na maioria posseiros, gerando as condições para o conflito (Cunha, 2009).

mutirões solidários entre os posseiros. Segundo Manoel, estas atividades eram necessárias para que os camponeses envolvidos diretamente nos conflitos continuassem trabalhando a terra, ou pelo menos não tivessem total prejuízo em suas atividades produtivas enquanto se dedicavam a repelir policiais e jagunços enviados pelos grileiros e fazendeiros (Felismino, 1985). Entretanto, Manoel avalia estas atividades para além da dimensão produtiva.

“enquanto lutavam, suas plantações ficavam à mercê das pragas”. Dezenas de posseiros participavam dos mutirões, respaldados por um rigoroso esquema de segurança. *“As estradas eram todas guarnecidas com homens armados e os estafetas do PCB eram acionados para que informassem sobre qualquer movimentação de soldados. Assim, podia-se capinar o mato, colher café, arroz, milho, que depois eram vendidos e parte do dinheiro dividido entre os trabalhadores. Era uma atividade solidária, socialista, que depois acabou com a vinda do “dono da bola”, do “homem do CC”* (Felismino, 1985).

Em relação à questão da fragmentação das memórias, muitos pontos podem ser abordados com base no exposto. A fala de Manoel revela cisões de fundo ontológico, entre centro e periferia, capital e província, entre os *crioulos de região*, os militantes profissionais o Comitê Central, com seus pretensos detentores do conhecimento totalizante. A categoria *crioulos da região* contém não só o militante pecebista local, mas também os próprios camponeses, que, a partir desta provocação, passam a ser incluídos na narrativa como um elemento ativo, que antagoniza, por sua ontologia própria e singular, com a prática do CC. Isto fica exposto nas falas de Mané Jacinto que, assim, abre espaço para a inauguração de uma narrativa própria dos posseiros, embora ainda mediada pela fala do militante e pelo jornalismo aqui abordado.

Ao se conhecer as demais obras sobre Porecatu, é perceptível a importância deste trabalho (o de Felismino, 1985) como uma espécie de propulsor daqueles que vieram posteriormente, tanto pelo trabalho realizado de localização das fontes como o de visibilização e polemização das narrativas até então silenciadas. Consiste, assim, numa espécie de “picada”, de roteiro inicial, para subsequentes trabalhos, sejam eles acadêmicos, jornalísticos ou literários.

Podemos encontrar uma interlocução com este pensamento no artigo “Entre el silenciamiento y la memoria”, no qual Paola Méndez (2005) trabalha com a realidade chilena onde ocorre o silenciamento e, principalmente, o esquecimento das memórias dos torturados e mortos pela ditadura de Pinochet. Méndez (2005) observa que, por determinadas razões políticas, o ônus de empreender a rememoração destes fatos

silenciados ou esquecidos tende a recair sobre quem os narra, diga-se, as vítimas da repressão política. Para a autora se faz necessário não só “*generar las condiciones adecuadas para narrar lo acontecido, sino también de que el acontecimiento en si sea “narrable”, sin que ello signifique finalmente cercenar su radicalidad*” (Méndez, 2005, p. 2).

Para a mesma, este quadro se deve ao fato de não haver uma “*superficie adecuada que deje inscribir com justicia estos hechos*”. Caberia aos “empreendedores da memória” gerar estas superfícies para que estas memórias extravasem os lugares onde corriqueiramente se limitam (arquivos, museus, monumentos, etc.), sem efetivamente se fazerem inscritas nas narrativas de maneira a conferir justiça às vítimas e interesse aos ouvidos da maioria dos cidadãos (Méndez, 2005).

Embora a autora em tela trate de uma realidade distinta da aqui abordada, é interessante aplicar o mesmo raciocínio para o caso de Porecatu e a produção bibliográfica a respeito deste tema. Mais especificamente, e inegável que a narrativa jornalística de Felismino (1985) – veiculada pelo jornal Folha de Londrina - , devido às memórias que mobiliza, tira Porecatu do esquecimento público, criando uma superfície de inscrição e enunciação para seus atores reprimidos, em especial os camponeses.

O segundo trabalho jornalístico aqui abordado, diferentemente do primeiro, tece sua narrativa a partir de uma ampla pesquisa documental, reunindo trabalhos acadêmicos, jornalísticos, entrevistas e documentos de acervos de múltiplas naturezas e localidades. Datada do ano de 2011, acumula referências de todos esses campos realizando uma interlocução interessante entre as informações disponíveis e os debates suscitados - tanto no campo político quanto acadêmico – quando se evoca o tema de Porecatu. Marcelo Oikawa (2011) reconstrói o itinerário do conflito e dedica as últimas partes do livro desenvolvendo a provocação que lhe dá título: *Porecatu: a guerrilha que os comunistas esqueceram*.

A principal crítica que Oikawa (2011) tece é sobre o processo de silenciamento deliberado do PCB sobre sua participação no conflito armado de Porecatu, silêncio que durou mais de trinta anos. Para tanto, ele dedica algumas páginas do penúltimo capítulo, intitulado “O som do silêncio”, mesclando falas pescadas de fontes secundárias (trabalhos acadêmicos, jornalísticos e de memória) de alguns importantes quadros do partido, com pinceladas de contribuições acadêmicas. A partir disso, esboça uma análise que relaciona

os posicionamentos e avaliações contidos nestas falas às idas e vindas programáticas, táticas e estratégicas do partido, expondo os principais pontos de cisão na memória coletiva do lado derrotado no conflito em questão. A seguir, uma síntese das opiniões articuladas no capítulo – conforme expostas pelo autor - acerca do que representou, para os campos políticos contra hegemônicos, a luta de Porecatu.

Conforme Oikawa (2011) indica na tese de doutoramento do sociólogo Osvaldo Heller da Silva (1990), o PCB impôs uma lei do silêncio e preocupou-se em deixar o episódio no esquecimento. Trata-se de um assunto “espinhoso” para o partido. Os militantes sempre se mostravam reticentes ou se negavam a entrar nesse assunto.

Alternativamente, a historiadora Sonia Maria Sperandio Lopes Adum (2002) argumenta, em sua tese, que o movimento de Porecatu foi ponto de partida para posteriores lutas no campo paranaense, base para posterior expansão e articulação sindical do PCB no estado, inaugurando um novo tipo de luta despida de conotação religiosa.

No que tange o posicionamento de quadros do PCB, Oikawa (2011) expõe o relato contido reportagem de Felismino na Folha de Londrina (1985), acerca da comunicação que o último teve com Prestes, onde este foi categórico e evasivo ao mesmo tempo: *“Porecatu foi um dos grandes erros do Partido, ainda não suficientemente avaliado e discutido”*.

Outro quadro do partido que tem posicionamentos comentados é Diógenes de Arruda Câmara, segundo homem do PCB nos anos 40. Em entrevista a jornalistas, em 1979, 28 anos depois do Porecatu, este proferiu: *“Esse manifesto [manifesto de agosto de 1950], na essência, já indica uma posição revolucionária. No entanto, cometemos aí um erro sério de esquerda, que foi subordinar demasiadamente a tática do Partido à estratégia. Tática e estratégia ficaram fundidas [...] Em fevereiro de 1951, seis meses depois, chegamos à conclusão de que havíamos, ao sair de uma posição reformista de direita, caído numa posição esquerdista”*. Esta posição não deixa de se alinhar à qual Manoel Jacinto, apoiado por João Saldanha, sustentou a vida toda: “a estratégia era a tomada de poder pela guerra popular, mas a tática preconizava em Porecatu a negociação do acordo oferecido pelo governo do Paraná (Manoel apud Oikawa, 2011).

Por fim, o jornalista expõe e comenta os posicionamentos do quadro local Manoel Jacinto Correia (entrevista gravada em 1983), os quais já foram expostos anteriormente.

Coforme a narrativa de Oikawa (2011), fica a impressão de que, entre os quadros expostos, a expectativa em relação à entrada do partido em Porecatu era consenso: desencadear a revolução agrária brasileira a partir daquele conflito local, conforme a linha que tomava o partido naquele momento, influenciado pela revolução chinesa e a ideia do campo cercado as cidades. As divergências (dentro do PCB, pois, aparentemente, as divergências de objetivos entre posseiros e os comandantes do PCB foram decisivas para a derrocada do movimento) começam a adquirir maiores proporções nos posicionamentos após o conflito, nas avaliações de distintos quadros partidários, conforme estes começam a ser provocados a romper o silenciamento, que por sua vez foi a postura deliberada pelo Partido com o fim do conflito.

Embora seja rico em reproduções de materiais arquivísticos (fotos, mapas, autos policiais, jornais etc.), trechos de entrevistas, bem como informações de oriundas de trabalhos acadêmicos, o autor – talvez por uma questão de estilo e método – por vezes não foi cuidadoso com a atribuição das devidas referências, conforme assinala Angelo Priori (2011) na apresentação de seu livro:

Quando este livro já estava na editora, saiu publicado o livro do jornalista Marcelo Oikawa (2011), em que grande parte resume os documentos pesquisados por mim nos arquivos judiciais do Fórum de Porecatu, do DOPS, dos jornais e das entrevistas que realizei sobre o tema, além de fotos, mapas, croquis, tabelas que utilizei na minha tese de doutorado (Priori, 2000). O autor cita a fonte, embora não tenho deixado claro em dezenas de passagens que as informações são da referida tese (Priori, 2011, p. 15)

Da mesmo forma, conteúdos de outros trabalhos encontram-se diluídos e não referenciados na narrativa de Oikawa (2011), o que impõe importantes ressalvas quanto a sua utilização no âmbito acadêmico, embora a obra seja tenha riqueza narrativa e qualidade de informação.

Fora da produção acadêmica, além dos trabalhos até agora citados, há também um romance histórico sobre a luta ocorrida em Porecatu, de autoria de Joaquim Carvalho da Silva e que leva o título de *Terra roxa de sangue: a Guerra de Porecatu* (Silva, 1996). De acordo com Maestri (2002), “*a teoria literária tem enfatizado a determinação da narrativa pelo mundo social, além mesmo da consciência do autor*” (Maestri, 2002, p. 41). História e literatura, embora tenham seu programa e linguagem própria há séculos, compartilham propriedades e aludem a uma essência comum, que é: “*ambas registram, expressam e explicam as experiências humanas*” (Maestri, 2002, p. 40).

Conforme relatou-me Silva, em entrevista, ele se baseou na série jornalística de Pedro Paulo Felismino para produzir a obra. O autor é professor aposentado do Departamento de Letras da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Foi crítico de literatura por muitos anos e quis escrever este romance como uma espécie de experimentação. Para além de criticar literatura, produzi-la.

Joaquim Silva utilizou a reportagem de Felismino (Folha de Londrina, 1985) como uma espécie de roteiro, mas mesclou, no processo criativo da ficção, memórias próprias de um filho de família pioneira vinda do interior de Minas Gerais, para se instalar na promissora Londrina, também no Norte Paranaense. Isto está relacionado ao caráter do romance literário, pois, apesar da obra ter sido escrita muito tempo após os acontecimentos que narra, possui grande capacidade evocativa, já que o autor pertenceu àquele universo da fronteira agrícola norte paranaense. Isso fica demonstrado na riqueza das paisagens, ambientações, personagens e suas interações. Acerca da pertinência do romance histórico como bibliografia, Maestri (2002, p. 41) nos informa:

A narrativa ficcional em prosa constitui fonte documental essencial, já que expressa, poderosamente, os cenários; a linguagem; as personagens dominantes; as concepções e visões de mundo; as preocupações e preconceitos sociais; etc. da época.

Joaquim Silva relatou ter se inspirado em algumas de suas experiências e memórias para criar personagens e trechos da trama de seu romance. Outros, são baseados em personagens e acontecimentos reais narrados nas reportagens mencionadas e outras fontes orais. Exemplo do primeiro caso é a história da personagem Chico Nego. Segundo Joaquim, esta foi criada com base na história de um tio, que também vivera as angústias de ter ameaçada a sua vida e a posse de sua terra, perdendo assim a saúde mental, chegando ao suicídio.

Para o segundo caso, permito-me inferir, por exemplo, que a personagem “capitão” Cabrera é, evidentemente, baseado em Celso Cabral de Mello, o “capitão Carlos”. Enviado pelo CC para exercer comando político do movimento, é elemento chave na trama, tendo sido o grande delator. Outro exemplo é o Jagunço Turco, baseado no famigerado Fuad Nacli, jagunço temido por sua crueldade e muito influente no processo de repressão aos posseiros.

O romance contempla a seguinte observação, de Maestri sobre os romancistas: “o autor seleciona, nos documentos, nas memórias, nos relatos, na historiografia, e nos seus conhecimentos e ideias, conscientes e inconscientes, sobre o passado, o material sobre o

qual construirá seus enredos, protagonistas e paisagens” (Maestri, 2002, p.43). Entretanto, neste processo, vemos a agência da própria história na maneira como o autor realiza sua seleção e a criação a partir destas. O escritor revelou ter modificado e suprimido informações na obra, para evitar possíveis desentendimentos. Nas palavras do autor:

Joaquim Silva: Se eu fizesse uma denúncia dessas hoje, citando o nome dele, ele ia na justiça pra que eu provasse aquilo, né. Essa é parte da história... a família... [demonstrando não recordar] tem até nome registrado.

Adriano: Lunardelli?

Joaquim Silva: não, não é Lunardelli. É um nome árabe, justamente, o turco que eu falo, lá. Mas era esse, chefe. [Neste momento eu citei o nome de um conhecido jagunço, que foi confirmado por Joaquim] Entrevistador: que depois veio a ser parlamentar... Joaquim: é, justamente. Ele foi... Quando eu era mais moço, ele era deputado forte aí... Então, você pegar briga com esse pessoal a troco de nada, não interessa. Interessa contar a história. Tem muito nome ali, mesmo o nomes daquelas fazendas ali, eu troquei tudo, porque eu não queria identificar exato isso, isso e isso. Não tem identificação (Joaquim Silva, em entrevista ao autor, 27/04/2016).

A decisão do autor passa por um dilema entre a auto preservação e a ética. No campo da ética, acredito que o autor tenho cumprido um importante no papel. Há um perceptível afã de denúncia na tessitura da narrativa. Ao contar a história, Joaquim expõe a realidade injusta que mediava as relações sociais nos tempos de frente pioneira no Norte do Paraná. Jogando com os elementos constitutivos da memória (Pollak, 1992), seja pela omissão ou pela modificação, o narrador constrói uma narrativa que denuncia, ao passo que evita o recaimento do ônus da prova e do ônus histórico – o trauma histórico que leva a um medo corrente de pessoas e personagens que pode, ou não, ser fundamentado na realidade presente – sobre o narrador, individualmente. Ao mesmo tempo e, neste caso, o silenciamento implicado na manipulação dos elementos constitutivos permite o movimento de significados e a significação por parte do leitor, qual seja, o significado possível quando é necessário silenciar para poder narrar.

1.2 A produção acadêmica

Conforme dito anteriormente, um dos estudos acadêmicos que possui informações diluídas em Oikawa (2011) é o trabalho de Angela Duarte Damasceno Ferreira (1984), intitulado *Agricultura capitalista e campesinato no Norte do Paraná: região de Porecatu 1940-1952*, e que será agora comentado.

Nesta obra acadêmica Ferreira (1984) se debruça sobre questões clássicas da economia concernentes aos estudos sobre desenvolvimento do capitalismo na agricultura. Como precisa a autora

Porecatu foi selecionado como *estudo de caso* porque alguns aspectos da história de sua colonização possibilitam responder à preocupação teórica fundamental deste estudo, qual seja, a de demonstrar concretamente mecanismos de operação do capital na agricultura, evidenciando os antagonismos que lhes são subjacentes (Ferreira, 1984, p.1) Grifos meus.

Como se trata de um estudo de caso, existe a preocupação com questões teórico-analíticas mais gerais, para as quais o caso de Porecatu serve como uma espécie de substrato. A autora prossegue explicitando os recortes que caracterizam o objeto de sua pesquisa:

Este trabalho pretende analisar a dinâmica da ocupação da terra e da organização da produção agrícola na *região de Porecatu*, Norte do Paraná, no período compreendido de 1940, quando se inicia a colonização efetiva de Porecatu, a 1952, ano em que se encerra a luta pela posse da terra, com o fechamento legal da fronteira na região (Ferreira, 1984, p.1).

Neste trecho, a autora nomeia três aspectos (imbricados no desenvolvimento da pesquisa) de importância para o desenvolvimento do objeto da presente (a minha) pesquisa: 1) o recorte temporal (período antes do fechamento da fronteira); 2) a chave interpretativa da fronteira; 3) a dinâmica de ocupação do território (agentes envolvidos e modos de produção). Os aportes desenvolvidos pela autora neste trabalho em torno destes aspectos apontados me fornecem subsídios para construção dos contornos próprios do objeto do presente trabalho, seja pela informação produzida, seja pelo contraste entre a contribuição já dada por Ferreira (1984) e a qual pretendo dar. Em relação ao primeiro ponto, entre todos os trabalhos acadêmicos, é o que possui caracterização mais densa das relações dadas no território em questão, embora sob ótica preponderantemente econômica. O segundo, demarca a especificidade da constituição de um território de fronteira agrícola aberta, onde se desenvolvem antagonismos que a autora caracteriza do ponto de vista econômico. Me apoio nestes aportes, mas trago outros interlocutores para pensar a formação territorial de Porecatu dentro da chave de leitura analítica da fronteira, incorporando óticas outras na análise.

O terceiro aspecto merece atenção especial. Neste, a pesquisadora, para tornar possível o desenvolvimento das questões gerais ambicionado, se movimenta por um vasto campo empírico, a partir do qual tece uma rica narrativa sobre a sociedade que estuda. Neste aspecto da obra reside a sua principal e fundamental contribuição para o presente

trabalho: a caracterização – sob chave de leitura econômica - dos atores que protagonizaram as disputas pelas formas de ocupação e uso da terra na região de Porecatu; e a caracterização das relações entre os diversos elementos que encamparam o processo de colonização no período histórico delimitado. Entretanto, a autora não o faz prescindindo de rica reflexão sociológica e de conjuntura política. Em termos breves, Ferreira (1984) caracteriza os agentes econômicos (posseiros, colonos, assalariados, fazendeiros/grileiros, etc.) bem como o *ethos* competente a cada um; a organização da produção (unidades produtivas (fazendas, sítios, posses) e culturas (café, cana, cereais, suínos, etc.)); as relações de trabalhos implicadas entre estes atores (meia, colonato, assalariamentos, formadores⁷, etc.); e, principalmente, os processos econômicos – em suas historicidades, mecanismos e lógicas subjacentes (colonização, fronteira agrícola) – que condicionam a configuração agrária e fundiária própria do território de Porecatu no período abrangido pelo estudo. O que, por seu turno, é caríssimo para a compreensão dos períodos sucessivos até os dias presentes.

As outras obras aqui comentadas também realizam, em diferentes medidas, movimentos parecidos com os que descrevo nestes parágrafos. Entretanto, estão mais focadas nos temas que gravitam em torno do campo semântico Guerra de Porecatu, e o fazem para informar a análise destes. A caracterização do território de Porecatu, em seus elementos econômicos e societários antes do fechamento da fronteira agrícola realizada por Ferreira (1984) facilita o estabelecimento de um contorno fundamental do objeto aqui explicitado: Porecatu após o fechamento da fronteira agrícola. Ou seja, o sucedâneo deste território como uma região de fronteira agrícola fechada. A presente pesquisa contribui, também, na complementação da bibliografia já produzida, movimento esse necessário para a elaboração de um novo objeto.

O seguinte trecho de Ferreira (1984) ajuda a explicitar o raciocínio, bem como a minha interpretação de como a obra serve aos objetivos deste trabalho.

Porecatu notabilizou-se nacionalmente devido à luta pela posse da terra de que foi palco. No entanto, tendo como objeto teórico a problemática da expansão e operação do capitalismo na agricultura, não se pretendeu empreender aqui o estudo desse movimento social rural. As lutas dos posseiros assim como a dos trabalhadores rurais em Porecatu, são mencionadas apenas como elos necessários para análise da forma contraditória como se dá o desenvolvimento do capitalismo no campo,

⁷Formadores são trabalhadores contratados para formar os cafezais dos fazendeiros. Os contratos geralmente eram de 4 ou 6 anos. Durante estes anos, o formador pode usufruir da terra “como se fosse sua”, inclusive, pode vender a produção do cafezal, que se inicia a partir do terceiro ano após o plantio. Terminado o contrato, o trabalhador e sua família devem abandonar a terra e tudo o que estes construíram nela. Ferreira (1984) se debruça sobre esta categoria de trabalho, sua economia e os conflitos que ensejava.

mas não se constituíram *per se* em ênfase do presente estudo (Ferreira, 1984, p. 6). Grifos meus

O presente trabalho também não é dedicado, exclusivamente, a uma investigação do movimento de Porecatu, embora ele tenha muito mais peso em minha análise do que tem para Ferreira (1984). Menos ainda, intenciona-se refletir sobre o desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro *per se*. Numa tentativa de explicitar em termos comparativos, podemos dizer que Ferreira (1984) parte do particular e local para refletir sobre uma questão teórica geral, tendo as lutas sociais e econômicas como elo em sua análise. Ela utiliza do caso de Porecatu para testar e comprovar sua tese. Nesta pesquisa, parto do particular e local para nele continuar, mas com maiores níveis de compreensão. No caso, minha análise se desenvolve percorrendo e conectando o particular do passado à sua continuidade presente. O que me interessa são as informações que Ferreira (1984) produz ao caracterizar um contexto específico no passado, ao passo que constrói seu substrato empírico e analítico para questões gerais, remetentes a um transcurso histórico longo e que se insere num debate acadêmico clássico.

O trecho que segue, de cunho metodológico, expõe a etapa aqui comentada do processo de realização de seu objetivo geral, que passa necessariamente pelas interdeterminações entre geral e particular. Nas palavras de Ferreira (1984),

considerou-se válido explicar a especificidade da situação local, analisando-a a partir dos conceitos e das interpretações parciais que mais se mostraram apropriadas às múltiplas facetas do objeto de estudo. Desta forma, procurou-se evitar níveis inadequados de generalização que impossibilitassem apreender a riqueza da história local e dar, ao processo de determinação básica do capital, suas feições concretas e particulares (Ferreira, 1984, p. 45).

Diferentemente, o objeto desta pesquisa não consiste de uma questão formulada *a priori* ser comprovada, mas, sim, de um conjunto de questões oriundas das minhas experiências no território em questão, para as quais busco construir chaves de leitura mediadas, necessariamente, pelas reflexões demandadas nas consecutivas vezes em que me defrontei com aquela territorialidade (estágio, trabalho, visitas, idas a campo), por diversas mediações (Usina Central do Paraná, instituições do poder público, MST, amizades, entrevistas e toda a variedade de ocasiões narrativas). A concepção do objeto de Ferreira (1984) pode ser compreendida com auxílio da seguinte sentença: “*a postura metodológica que norteou a construção do objeto do presente estudo pressupõe a precedência da teoria no ato cognitivo*” (Ferreira, 1984, p. 44). Percebe-se, no entanto, que seu objeto é constituído conforme uma determinada interpretação do como se dá

a precedência da teoria no ato cognitivo, na qual o objeto deriva diretamente de um debate teórico anterior, e o caso estudado é substrato para observação deste.

Para finalizar esta exposição sobre o trabalho de Ferreira (1984), exponho agora o campo empírico percorrido pela autora. Isto ajuda a compreender de onde parte sua narrativa, bem como ponderar suas análises e afirmações.

Ferreira (1984) trabalhou com processos cíveis e criminais das comarcas de Londrina (1940 a 1944), Sertanópolis (1945 a 1948) e Porecatu (1949 a 1952)⁸; Censo Agrícola do Estado do Paraná — 1950⁹; outros documentos¹⁰; entrevistas¹¹. Conforme Ferreira (1984) o último item foi utilizado na seguinte perspectiva:

Essas fontes trouxeram à pesquisa um detalhamento que as fontes documentais não permitiriam, se analisadas sozinhas. Um dos aspectos mais importantes de seu uso foi a possibilidade de complementar as informações sobre posseiros, que eram especialmente limitadas nos processos (Ferreira, 1984, p.54).

⁸Foram consultados todos os processos cíveis e criminais envolvendo litígios de terras e questões na região de Porecatu, referentes ao período de 1940 a 1952, num total de 118 processos, a grande maioria encontradas na comarca de Porecatu. Como se pretendeu abranger a parte mais substancial de questões ocorridas nesse período, optou-se por analisar todos os processos que, embora autuados após 1952, até uma data limite arbitrada em dezembro de 1954, fossem resultado de conflitos iniciados no período de interesse deste trabalho — 1940 a 1952 (Ferreira, 1984).

⁹Dos censos do IBGE, só pôde ser consultado o de 1950, porque no anterior Porecatu compunha o município de Sertanópolis e nos posteriores (pós 1950) o próprio município de Porecatu já havia sido desmembrado para formação de outros municípios, de uma forma tal que impede, ou pelo menos torna bastante difícil e incerta, a comparação com o ano de 1950. Esta limitação impediu uma análise da dinâmica do período 1940-50 e uma visão real das transformações ocorridas nos períodos posteriores ao estudado, pelo menos através deste tipo de fonte (Ferreira, 1984).

¹⁰Além da fonte básica, foram consultados os seguintes tipos de documentos: periódicos — *V-iário da Tarde*, de 1940 a 1952; o *Estado de São Paulo*, de 1947 a 1952; *atas da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná* (todas as localizadas entre 1940 e 1952); *mensagens do Governo do Estado do Paraná e relatórios do Departamento de Geografia, Terras e Cartografia — VGTC* (todos os localizados entre 1940 e 1952); *mapas e informações históricas de terras do Paraná, em poder da Fundação Instituto de Terras e Cartografia do Paraná — ITC* (mapas e informações sobre a ex-concessão Antonio Alves de Almeida; mapas e informações sobre a ex-concessão Alvorada; mapas e informações sobre a Fazenda Floresta ou Ribeirão Vermelho; mapas e informações sobre o Grilo Ribeirão Vermelho; mapas e informações sobre a Colônia Centenário); *documentos em poder do Museu Paranaense* (sobre Ricardo Lunardelli).

¹¹Foram realizadas 23 entrevistas com pessoas selecionadas pelo seu conhecimento ou vivência dos aspectos relevantes para este trabalho: ex-posseiros, antigos empreiteiros-formadores e colonos, gerentes de banco, comerciante, fazendeiros, funcionários do Fórum e da Prefeitura, etc. (Ferreira, 1984, p. 53-54).

Pela dificuldade em localizar ou ter acesso a pessoas que viveram, à época estudada, em Porecatu e que pelos seus conhecimentos ou vivência pudessem acrescentar informações relevantes à pesquisa, as entrevistas foram realizadas sem pretensões de representatividade estatística e dirigidas para o aprofundamento qualitativo do estudo. Para tanto, foram utilizadas duas técnicas de entrevista: uma, do tipo *história de vida*, para os informantes com vivência da região à época, conduzidas a partir de roteiros específicos para cada tipo de entrevistado; outra, do tipo meramente informativo, geralmente dirigida a pessoas que tivessem conhecimento sobre aspectos particulares de interesse do trabalho, embora sem vivência na região à época. Este tipo de entrevista era conduzido a partir de questionários, também específicos para cada entrevistado. (Ferreira, 1984, p. 54).

Ou seja, ou contrário do que ocorre no presente trabalho, para a autora aqui comentada as entrevistas tiveram papel acessório, complementando sua narrativa com informações não encontradas nos documentos. Estes, sim, a fonte privilegiada da pesquisa.

Do ponto de vista historiográfico, outro trabalho seminal sobre o conflito de Porecatu é o do pesquisador Angelo Aparecido Priori (2011). Intitulado *O levante dos posseiros: A revolta camponesa de Porecatu e a ação do Partido Comunista Brasileiro no campo*¹², o trabalho, assim como em Ferreira (1984), constrói um panorama itinerário da história agrária do território, expondo, assim, o contexto político e econômico no qual se estabelecem as relações entre diversos agentes sociais – elegendo posseiros e grileiros como protagonistas (Priori, 2011) - no território de fronteira onde alguns destes irão encampar um conflito armado.

O livro está dividido entre apresentação, quatro capítulos e considerações finais. Ao apresentar o estudo, Angelo Priori deixa clara a sua preocupação em analisar a relação entre o PCB e os camponeses no movimento armado e organizado politicamente, bem como suas consequências e desdobramentos, tanto para o movimento, quanto nos debates a nas produções das narrativas posteriores.

No primeiro capítulo, “Origens históricas da propriedade da terra no Estado do Paraná”, o autor discorre sobre a legislação e a política fundiária paranaense desde o final do século XIX até à época do conflito em tela, tecendo algumas relações entre o contexto paranaense e o contexto nacional. A partir desta exposição, ele remonta a história da grilagem e das práticas ilícitas na produção e uso da documentação fundiária. Neste capítulo é revisada a bibliografia clássica paranaense sobre o tema agrário e fundiário no Paraná.

O historiador intitula o segundo capítulo como “As disputas judiciais pela posse da terra”. Este, segue na esteira do capítulo anterior, porém, o autor estreita a análise para o contexto de disputas de terra no norte do Paraná. Aqui, com base principalmente na análise de processos arquivados no Cartório Cível do Fórum da Comarca de Porecatu, Priori (2011) realiza uma caracterização dos agentes sociais, nomeando-os, de fato, e

¹²O livro foi publicado pela editora EDUEM. Trata-se de reorganização da tese de doutoramento do autor para publicação e contém, conforme este me relatou via correspondência eletrônica, toda a efetiva contribuição da sua tese.

analisando seus repertórios de práticas nas disputas por terras, que seja: tentativa de efetivação da propriedade das posses pelos posseiros segundo as vias legais, com a apresentação dos devidos requerimentos e recibos; uso da violência e contratação de jagunços por parte dos fazendeiros e grileiros; ação tendenciosa do Estado na manipulação da jurisprudência e uso da força; etc.

A partir disso, o autor delinea o contexto para a eclosão da luta armada no território, o que é tratado no terceiro capítulo, intitulado “A luta armada pela posse da terra: ação e reação”. A narrativa deste capítulo retrata o conflito armado e seus agentes específicos. Por seu turno, é informada e roteirizada em grande parte pelas narrativas de Hilário Gonçalves Pinha (1983, 1999) e do jornalista Pedro Paulo Felismino (Folha de Londrina, 1985), cujo trabalho já foi comentado neste capítulo.

No capítulo três, assim como em toda a obra, Priori trata de situar o conflito na região conflagrada dentro de um quadro histórico e societário mais amplo, como exposto a seguir.

A violência praticada contra os pequenos proprietários e posseiros tem sido frequente no Brasil. A história registra, desde 1850 (Lei de Terras), com o processo de formação da propriedade de terra, contínuos atos de violência contra aqueles que lutam ou detêm pequenas parcelas de terras. Geralmente esses atos são efetuados por pistoleiros, grileiros, capangas, mandantes da classe proprietária, entre outros. No norte do Paraná não foi diferente. Há uma continuidade do conflito e da violência. Como analisamos nos capítulos anteriores, encontramos, de um lado, a ação dos latifundiários e grileiros, seja por meio da justiça, seja por meio da violência institucional (Força Pública), ou violência informal (jagunços), procurando tomar posse de uma vasta região do norte do Estado; e, do outro, os posseiros, antigos e primeiros moradores da região, que, como em um passe de mágica, viram suas vidas e seus sonhos sendo transformados em um pesadelo infundável (Priori, 2011, p. 111-112).

Aqui fica também demarcada a concepção política de fundo e a crítica social que atravessa o trabalho. Priori (2011) segue caracterizando o quadro de violência já instaurado desde as primeiras investidas dos grileiros contra os posseiros no início da década de 1940; a formação dos primeiros organismos associativos de camponeses da região, a partir de 1944, mais despolitizados e voltados às lutas econômicas e por direitos; o processo de contato e inserção do PCB no território conflituoso; e o processo de organização da luta armada no campo, com maior profissionalismo militar e político a partir da entrada do Partido; a retaguarda de apoio e o movimento urbano de solidariedade aos resistentes; os métodos de trabalho de base e cooptação de membros para o

movimento; as ações de embargo nas fazendas; os combates mais significativos; as repercussões políticas locais, regionais e midiáticas, principalmente no momento em que os camponeses conseguem exercer maior pressão sobre as autoridades e grileiros e controlar o território, de fato.

O quarto capítulo, intitulado “A dialética da repressão: o DOPS, a polícia e a justiça”, trata do desfecho do conflito, da repressão que se abateu sobre este, da ação de seus agentes e dos resistentes (também do movimento urbano de apoio aos resistentes de Porecatu, articulado em Londrina), e dos desdobramentos judiciais após o desmantelamento do levante camponês.

Nesta seção o historiador realiza ampla análise documental do acervo sobre o tema contido no Arquivo DOPS. São, sobretudo, relatórios de autoridades policiais e agentes do DOPS sobre a situação da região conflagrada, relatos acerca do andamento das ações que compunham o plano que pretendia dar fim ao levante, e o Inquérito Policial instaurado para criminalizar o conflito.

Entre as principais conclusões que o autor extrai destes documentos está a de que a preocupação primordial do órgão de repressão era com a presença ativa dos militantes do Partido Comunista Brasileiro no movimento camponês. Assim, “*fazia-se necessário montar um estratégia que viesse reduzir os grupos armados para o mínimo possível, restritos apenas àqueles que se entregavam, “por convicções comunistas”¹³, às atividades subversivas*” (Priori, 2011, p. 177). Ademais, o próprio DOPS reconhecia que não fora o PCB o responsável pela deflagração dos conflitos, tendo este encontrado, ao entrar na região, um contexto de auto-organização dos camponeses. Estes, por seu turno estavam organizados para resistir a um contexto de violência gerado por “*erros, promessas demagógicas e desnecessárias violências [...] cometidas no passado*”¹⁴. Coube-lhes, então, a tarefa de profissionalização militar e política do movimento (Priori, 2011).

Nas considerações finais, o autor comenta algumas lacunas de seu próprio trabalho que, em seu entendimento poderiam ser aprofundados em trabalhos específicos. Uma

¹³Arquivo DOPS. O CASO DE PORECATU. Relatório apresentado ao Cel. Albino Silva, chefe da Polícia do Paraná, pelo Delegado Especial do DOPS, Eduardo Louzada Rocha. 26 ago. 1951. Pasta 472/188. (apud Priori, 2011, p. 177).

¹⁴Arquivo DOPS. O CASO DE PORECATU. Relatório apresentado ao Cel. Albino Silva, chefe da Polícia do Paraná, pelo Delegado Especial do DOPS, Eduardo Louzada Rocha. 26 ago. 1951. Pasta 472/188, p. 10. (apud Priori, 2011, p. 176).

delas, a ser explorada, é a complexidade na articulação PCB/Posseiros, seus antagonismos e complementaridades, passíveis de análise em diversos planos (programáticos, táticos, estratégicos, culturais, ontológicos etc.).

É possível constatar que tal articulação tenha sido viabilizada por motivos, principalmente, táticos e pragmáticos. Segundo Priori (2011, p. 219) “*Os posseiros precisavam de uma infraestrutura para manter e lutar; o PCB precisava de um palco para colocar em prática suas estratégias políticas*”. Contudo, e agora na perspectiva dos antagonismos entre os dois agentes, o historiador a torna sensível quando comenta as divergências na avaliação que o movimento realizou [de maneira fragmentada] após o seu desfecho. De acordo com o historiador aqui comentado,

A direção do PCB, os pensadores desse partido, Moisés Vinhas (1982) e Gorender (1987), bem como João Saldanha (apud Felismino, 1985), para citar três membros que fizeram referência ao movimento, consideraram-no não só um erro, mas também um fracasso. Os camponeses, pelo contrário, afirmaram que, apesar dos conflitos, das violências e das prisões, a luta foi considerada vitoriosa. É evidente que, como vimos, a terra pela qual os posseiros lutaram de armas na mão não ficou com eles; ao contrário, eles nem conseguiram lotes da mesma dimensão territorial e da mesma qualidade que tinham em Porecatu. Mas, para eles, adquirir um pedaço de terra legalizada do qual fossem de fato “proprietários” foi uma conquista” (Priori, 2011, p. 217);

Seguindo o raciocínio, parte dessa complexidade, para o historiador, está expressa na conturbada atuação de Celso Cabral de Melo, o “capitão Carlos”, quadro de confiança de Prestes. Neste sentido, o autor também é incisivo ao apontar a conduta do partido e seus dirigentes, dizendo que “*um outro silêncio que ainda está para ser investigado é o do Partido Comunista. O movimento de Porecatu sempre foi ignorado pelo Partido*” (Priori, 2011, p. 221). Isto coloca, implicitamente, a necessidade de investigação do que há de não dito em torno do movimento e seus desdobramentos.

A contribuição fundamental de Priori (2011) para esta pesquisa é a caracterização que ele realiza, no plano político e societário, da história sobre a formação do território. Ele o faz para informar sua reconstrução do conflito, apoiando-se em uma base documental e narrativa fundamental.

1.3 Situando a presente pesquisa

Vemos que, através de diferentes linguagens e instrumentos analíticos, todos os trabalhos – exceto Ferreira (1984) - abordam, com menor ou maior densidade, a questão

da produção (e inerentes silenciamentos) ou silenciamento das memórias acerca do movimento de Porecatu. Entretanto, nenhum deles versa sobre como o problema da memória (acerca do conflito ou de maneira geral) se apresenta propriamente no território. Como a produção da memória, pelas narrativas em suas diferentes formas, está relacionada na cidade de Porecatu? Não só em relação à investigação sobre memória suscitada pelo conflito e seus elementos, mas como se dá a produção da memória pública local num território que se constitui historicamente segundo estas relações conflituosas.

No contexto estudado, a constituição da memória e das marcas territoriais desta se mostrou em muito atrelada às configurações do poder local em relação com a municipalidade. Esta constatação demandou, então, instrumentos analíticos adequados a esta dimensão do objeto, que se revelou em campo. Aqui está contida, então, uma contribuição inédita do presente trabalho: pensar a memória pública local, incorporando na análise os aportes sociológicos de autores especializados em poder local. Tal interlocução foi suscitada pela constatação anterior – por sua vez confirmada e intensificada em campo – de que aparelhos do poder público municipal são utilizados na reprodução de determinadas narrativas, e no silenciamento de outras.

Ademais, excluído o trabalho de Ferreira (1984), toda a bibliografia orbita em torno do conflito armado. Pensando no campo empírico das pesquisas, todas elas – agora incluindo Ferreira (1984) - partem de fontes que, embora em alguns casos estejam localizadas no território em tela, não possuem um olhar sobre ele, muito menos um olhar sobre este hoje, com vistas ao seu passado, sua história e o contexto específico de conflitividade em que ela se processa. Para realizar isto, busquei fazer uma revisão que visitasse os principais trabalhos dedicados ao tema. Aliado à revisão, empreendi no trabalho de campo a permanência e a circulação – durante cinco semanas – em Porecatu, com visitas a Centenário do Sul e Vila Progresso. Além disso, foram mais duas semanas de pesquisa no CDPH-UEL e na biblioteca setorial de ciências humanas da mesma universidade.

O escopo comentado neste capítulo constitui, então, o ponto de partida para a análise pretendida. Ou seja, a partir das entrevistas e demais ocasiões narrativas no território no tempo presente. As entrevistas são realizadas, em sua maioria, com moradoras e moradores antigos, que vivenciaram todo o processo histórico relacionado nesta bibliografia – desde a chegada no “sertão” de Porecatu, quando “era tudo mato”, até

os dias presentes – porém, na condição de trabalhadores e trabalhadoras não envolvidos diretamente no conflito. Inclusive, algumas das pessoas entrevistadas trabalharam como empregados da família Lunardelli, Usina Central do Paraná e posteriormente do Grupo Atalla.

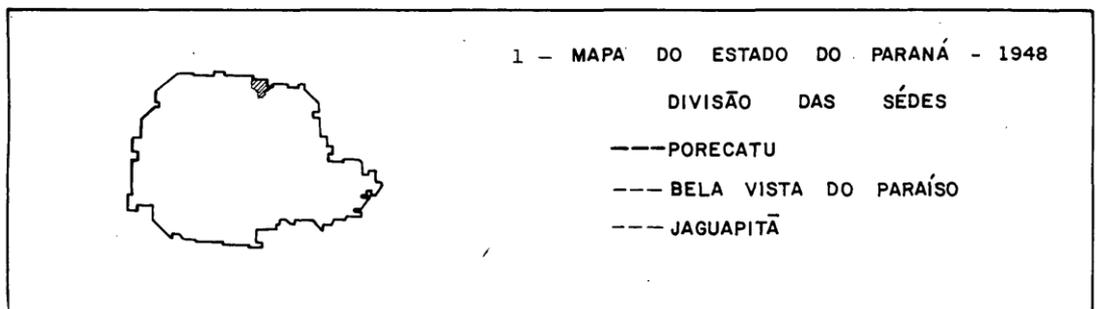
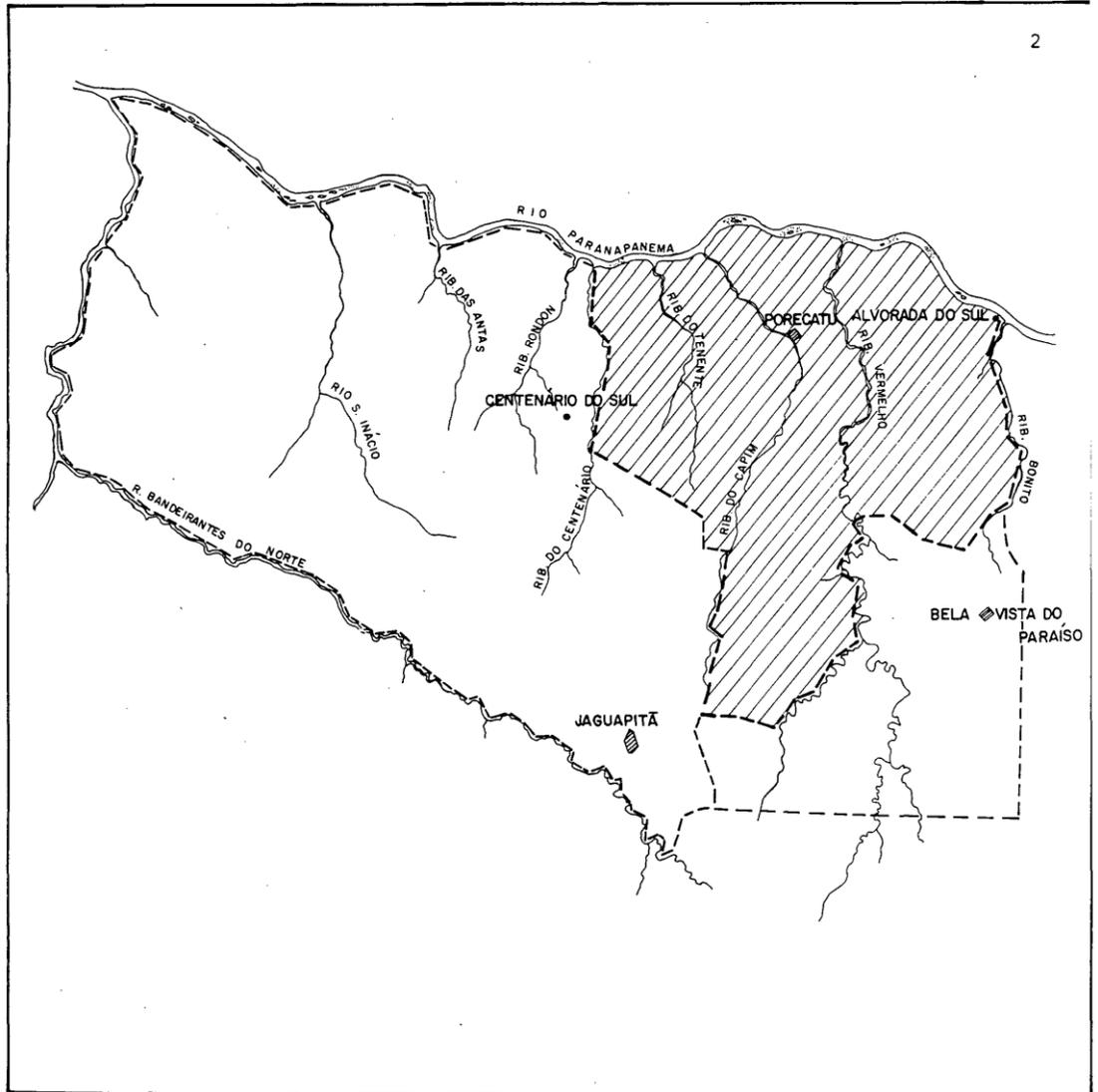
Busco reconstruir, assim, a sociogênese da luta agrária em Porecatu, ligando passado e presente, ao passo que evidencio esta como constitutiva da memória local e como as relações estabelecidas organizam a construção das narrativas de hoje sobre o presente e sobre o passado. Neste processo, as marcas do mandonismo local em Porecatu permanecem através da memória, do trauma e do silenciamento e, hoje, saem de uma longa hibernação para serem recolocadas pela reemergência das lutas agrárias no território, devido às ações que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) passa a realizar a partir de 2008.

2. A QUESTÃO AGRÁRIA E CONFLITOS PELA TERRA EM PORECATU

Este capítulo se debruça sobre a história agrária de Porecatu e sua região. Ilustra e caracteriza os processos históricos nos quais está enraizada a problemática agrária do território sob investigação, pontuando a emergência de seus conflitos no passado e no presente.

No início de sua colonização moderna, Porecatu era parte do município de Sertanópolis. Em 1948, foi alçado à categoria de município e compreendia uma região que hoje engloba cinco municípios, ou partes deles (figura 1) (Ferreira, 1984, p. 2). Sendo eles: Porecatu, Centenário do Sul, Florestópolis, Alvorada do Sul e Mirassolva. A partir de 1952 passa a vigorar a situação administrativa presente na figura 2, com o desmembramento dos municípios supracitados (Ferreira, 1984, p.3). Os dois mapas seguintes mostram a localização e os limites do município, bem como suas posteriores divisões.

Mapa 1 - Limites do município de Porecatu em 1948



A história do município de Porecatu e sua região, de maneira convergente com a maioria dos municípios brasileiros, se inicia no bojo do processo de expansão demográfica e econômica de uma fronteira agrícola. Este, por seu turno, é marcado por uma lógica conflitiva, já que elementos diversos encampam disputas pelas formas de ocupação, posse, uso e significação dos novos territórios em colonização. Tais disputas – lutas econômicas, políticas e ecológicas – são a expressão de processos mais amplos, mas que se realizam localmente, constituindo suas particularidades e sua historicidade específica, mediados pela realidade ecossistêmica e pelo sistema político e econômico que se configura localmente, segundo os desdobramentos das disputas mesmas.

Segundo Ferreira, para Porecatu (1984, p.4-5), “*não só a luta pela terra exprime os antagonismos inerentes à expansão da fronteira agrícola na região: litígios jurídicos e greves nas fazendas demonstravam a luta constante dos trabalhadores por melhores condições de vida e de trabalho*”. Na concepção da autora, o desenvolvimento da questão agrária em Porecatu possibilita o evidenciamento de duas características fulcrais da expansão capitalista na agricultura e no campo. A seguinte citação, além de expor a interpretação teórica da autora e situá-la nos marcos dos debates clássicos da questão agrária, possibilita uma noção das relações econômicas que se estabeleceram a partir da colonização do território e se tornaram fundantes a partir de então. De acordo com Ferreira (1984)

A primeira delas [das características fulcrais] evidencia o espaço criado pelo capital para o desenvolvimento de um campesinato independente, sem a propriedade legal da terra, em regiões de fronteiras ou em áreas ainda não valorizadas. Espaço, entretanto, limitado pela inserção destes camponeses no mercado capitalista e pela sua situação precária de posse da terra, que faz de seu processo de trabalho um instrumento de valorização das terras do fazendeiro/ capitalista, que se apropria delas após expulsá-los.

A segunda, nitidamente presente em Porecatu, é a possibilidade de o capital, ao mesmo tempo, expropriar da posse da terra o campesinato independente e recriar, dentro das grandes fazendas, um campesinato *sui generis*, que só se constitui como tal enquanto se assalaria como força de trabalho principal da empresa capitalista: camponeses proletários, portanto, sujeitos a uma complexa rede de mecanismos de exploração que rebaixavam substancialmente o custo do seu trabalho e do empreendimento agrícola em geral. Pode-se dizer, na verdade, que Porecatu evidencia que esse espaço para o campesinato se expressa numa necessidade da expansão capitalista na agricultura, dada a escassez relativa de capital numa época em que a economia brasileira mudava as bases da sua acumulação de rural para urbano-industrial e dadas as especificidades de uma região de fronteira do café (p.5).

Neste processo contraditório, antagonizam-se os fazendeiros/grileiros capitalistas e os posseiros. Em Porecatu, assim como em todo o Norte do Paraná, estas disputas – sobretudo pela propriedade da terra - entre posseiros e grileiros estão presentes desde o início de sua formação, quando o município ainda era distrito de Sertanópolis-PR. No entanto, neste território, a disputa chega ao conflito armado organizado, grosso modo, de um lado, por uma guerrilha formada por posseiros e membros do PCB, e, do outro, por grileiros e seus jagunços, apoiados pela Polícia Militar do Paraná e agentes do DOPS.

Angelo Aparecido Priori (2011, p.63), a partir de Hobsbawm (1998, p. 242-243), caracteriza a ocupação da terra em Porecatu e as conseqüentes disputas envolvidas neste processo como um contexto em que *“a terra é reivindicada simultaneamente por camponeses ou grandes proprietários, sendo que geralmente a terra é pública e de domínio do Estado”*. Conforme o autor, este contexto é mais frequente em regiões de fronteira agrícola e ocupação recente, e sua figura política principal é o posseiro. Este, tem como seus opostos o grileiro e o jagunço (Priori, 2011).

Com a mercantilização da terra a partir do Lei de 1850, a posse se torna, na prática, antítese da propriedade privada e mero instituto provisório a ser convertido em propriedade (Moura, 1988 *apud* Priori, 2011). Em contrapartida, de fato, a efetivação da posse como propriedade não se realiza apenas através dos tramites legais do mercado, mas se utiliza de meios legalmente nebulosos, invasão (Moura, 1988 *apud* Priori, 2011) e coerções de diversas naturezas.

As reivindicações de posse na justiça são um destes recursos frequentemente utilizados em todo o Norte do Paraná quando da sua colonização. Estes instrumentos, as *ações possessórias*, eram os recursos jurídicos que quando utilizados por falsos proprietários, se convertiam em ferramentas para a grilagem. As ações podiam ser de *reintegração de posse* ou de *despejo de posseiros* (Priori, 2011). Em Porecatu, os litígios se iniciaram com este tipo de recurso, sempre combinados com intimidações e ações violentas de jagunços a mando dos grileiros e grandes proprietários, elementos estes que se confundem, como veremos adiante.

O caso da família Billar, umas das que liderou a resistência dos posseiros, fornece vários elementos para análise. Conforme o historiador Angelo Priori (2011, p. 64-65), *“em julho de 1950, Jerônimo da Costa e sua mulher Joana Uhl Costa junto a outros proprietários, ingressaram no Juizado de Direito da Comarca de Porecatu com uma*

Ação de Reivindicação de Posse contra José Billar Segura e sua mulher, Antônia Pinha Billar". Os requerentes alegavam serem proprietários de glebas de terra que incluíam a posse dos Billar. O tom ameaçador e acusatório por parte dos autores da ação aparece em todo o processo que, por sinal, em seus autos, refere-se aos posseiros como réus:

Que no entanto, há alguns annos, mais ou menos em 1943, José Bilar, também conhecido por José Vilar, hespanhol, casado, lavrador, residente nas referidas terras, e sua família, de má fé, sem qualquer título, invadiram parte dessas terras, ahi fazendo derrubadas de mattas, construindo casas, fazendo plantações, extragando as mattas e madeiras, usufruindo as terras e ahi se mantendo até esta data.

Que a área invadida e estragada é de mais ou menos quarenta alqueires de terras...

Notificados a não fazerem, durante o andamento deste processo, qualquer modificação no immovel, devendo responder civil e criminalmente por extragos das bemfeitorias e novas derrubadas das mattas, pois desta data em diante tudo que fizerem para destruição terá animo criminoso¹⁵

Segundo Priori (2011), a família Billar alega, em sua *contestação de defesa*:

Em maio de 1941, José Bilar, atendendo ao convite de seu cunhado Hilário Gonçalves Padilha, e tendo conhecimento das promessas do Governo do Estado do Paraná de distribuir terras virgens às famílias de agricultores, que pretendessem cultivá-las, embrenhou-se pelo sertão paranaense, indo localizar-se, com sua mulher e filhos, em terras situadas na bacia do Ribeirão Centenário, terras onde convergiam, na mesma época, perto do 300 famílias de posseiros.

A preferência por essas terras decorre não só da riqueza da região, como também, porquê nesse tempo existia na barranca do ribeirão do Capim um marco indicando que nesse ponto começavam as terras devolutas do Estado.

Assim, certos de que haviam se localizado em terras devolutas, o R. [réu – AP] e sua família, a exemplo do que vinham fazendo os demais posseiros, enfrentando toda a sorte de privações, longe da civilização e sem meios de comunicação, devastaram suas matas, construíram ranchos e estradas, formaram culturas e pastos, tornando a região habitada e produtiva¹⁶

Pode-se notar que a questão central era sobre quem detém a posse legítima da terra. Os autores da ação possuíam títulos de propriedade emitidos por cartórios. Os Billar, por sua vez, argumentavam a legitimidade da posse pela antiguidade, ocupação, uso efetivo e produtivo da terra; e que não se tratava apenas deles, mas de cerca de trezentas famílias, em situação semelhante, ocupando e trabalhando terras que julgavam

¹⁵Cartório Cível do Fórum da Comarca de Porecatu. Autos do Processo Nº 228/50, apud Priori, 2011, p.66. Mantém-se grafia original.

¹⁶Cartório Cível do Fórum da Comarca de Porecatu. Autos do Processo Nº 228/50, apud Priori, 2011, p.67.

ser devolutas (Priori, 2011). Segundo a pesquisa documental deste autor, as terras em questão eram devolutas pelo menos até agosto de 1942.

De acordo com Priori (2011), os autores da ação contra a família posseira haviam adquirido as terras via transação comercial, comprando-as de Ricardo Lunardelli, em janeiro de 1949. O mesmo autor afirma que

É interessante notar que os documentos apresentados pelos supostos proprietários como comprovantes do direito sobre tal gleba de terra se constituíam em várias cópias de transcrição de registro de imóveis, geralmente solicitadas verbalmente pela parte interessada. Ao analisar esses registros, é possível resgatar a história (pelo menos a “história forjada” – como fato, evidentemente) da construção de uma propriedade. O imóvel em questão, reivindicado pelos autores da ação, tem origem a partir de duas transações comerciais. Parte dele foi retransmitido mediante compra e venda, diversas vezes (Priori, 2011, p. 69). Grifos meus.

O empresário paulista Ricardo Lunardelli constituiu este imóvel mediante a compra, em agosto de 1942, de uma área pertencente ao Estado do Rio Grande do Sul¹⁷ e outra área, pertencente ao Sr. Mario Bastos Cruz, adquirida por Lunardelli mediante um compromisso de venda cujo contrato data de novembro de 1945. Antes de serem propriedade de Mario Cruz e do Estado do Rio Grande do Sul, as respectivas glebas pertenceram a sucessivos donos, inclusive ao Estado do Paraná, e mudaram de mãos por meio de sucessivas compras e vendas e ações judiciais (Priori, 2011). Na obra que aqui utilizo como referência, o autor descreve em detalhes esses processos. Reproduzo apenas o suficiente para uma noção de como se constituía a propriedade da terra com vistas a um caso concreto. Conjuntamente, demonstro o contexto em que se gestam e se sucedem os conflitos armados propriamente ditos.

O caso da família Billar parece ser semelhante ao de outras trezentas famílias de posseiros (da região dos municípios de Presidente Prudente, Rancharia e principalmente Regente Feijó, de onde vieram os Billar) que acorreram à região devido à corrente notícia de que o Governo do Paraná estava distribuindo terras virgens do Estado a famílias de agricultores que almejassem cultivá-las (Priori, 2011). Em meados de 1941, esse grupo, então, ocupou a região. A escolha de região foi justamente pelo fato de haver um marco e uma tabuleta, às margens do ribeirão Capim, demarcando que ali se iniciavam as terras devolutas do Estado do Paraná (Priori, 2011).

¹⁷Antes de pertencer ao estado, pertencia ao Banco Pelotense. Após a extinção deste, seus credores revendem o imóvel ao estado do Rio Grande do Sul (Priori, 2001, p. 70).

De fato, a Constituição Federal e a Constituição Estadual do Paraná que datam, ambas, de 1946, asseguravam *justo título* e, portanto, prioridade para o trabalhador rural na aquisição de posse que esteja situada em terras devolutas e que contenha “cultura efetiva e morada habitual” (Priori, 2011; 2012). Além disso, os posseiros sempre foram cuidadosos, procurando regularizar as posses que ocupavam por meio de inúmeros requerimentos que quase nunca eram, sequer, respondidos (Priori, 2011). O esmero dos camponeses e as garantias constitucionais não foram suficientes para assegurar os direitos destes em Porecatu.

No seguinte parágrafo é possível observar como a ação confusa do Estado do Paraná contribui para agravar os conflitos entre os diversos atores que procuravam se apropriar de terras na região. Segundo Priori (2011, p. 77)

Em dezembro de 1945, o próprio governador do Estado esteve na região e, em uma reunião realizada com os posseiros daquela área, prometeu que se “continuassem plantando e usufruindo as terras por eles ocupadas e que se por acaso essas terras pertencessem a outros, eles, posseiros, seriam compensados com a preferência para o compra de outras no Estado¹⁸”. Nesse mesmo ano, diversos engenheiros do Estado iniciaram, “a partir das barrancas do Ribeirão Capim”, o loteamento de uma área de mais de 1.000 alqueires, dividindo-a em lotes de 40 alqueires cada. Das 300 famílias de posseiros que existiam na região, somente 5 receberam lotes. No entanto, pouco depois, tal loteamento foi suspenso e o Estado começou a dividir a região em glebas de 200, 300 e 400 alqueires. Mais tarde, editais foram afixados nas prefeituras da região, sobretudo de Porecatu, avisando que o Governo do Paraná estava cedendo glebas entre 200 e 400 alqueires para pessoas que não tinham posse na região. Foi a partir de então que muitos fazendeiros, sobretudo do Estado de São Paulo, dirigiram-se para aquela região, com finalidade de adquirir propriedades.

A região conflagrada já possuía tensões oriundas de um antigo histórico fundiário onde se emaranhavam grandes grilos, concessões, compras e vendas, disputas judiciais e títulos de propriedade cujas áreas declaradas se sobrepunham (Priori, 2011, 2014; Ferreira, 1984). No entanto, é com o mandato de Moysés Lupion (a partir de 1946) que se colocam as condições para o aprofundamento das tensões e irreversibilidade dos conflitos. A política agrária e fundiária voltada às grandes propriedades, com o privilegiamento de elementos econômicos externos, marginalizava e desamparava o camponês posseiro. Segundo Priori (2011)

¹⁸Cartório Cível do Fórum da Comarca de Porecatu. Autos do processo Nº 228/50. p. 119 apud Priori, 2011, p.77).

Deve-se dizer que os grileiros tiveram um campo fértil de atuação a partir da eleição do senhor Moysés Lupion. Ele mesmo um grande grileiro de terras e dono de companhia de colonização. Foram nas suas duas gestões frente ao governo do Paraná (1946-50 e 1956-60) que eclodiram os dois mais graves conflitos de terras do Estado: Porecatu e a Revolta do Sudoeste, essa no ano de 1957 (p.118).

Orben (2014) elenca mais as seguintes definições presentes na literatura para o movimento de 1957: Revolta dos posseiros; Levante de 1957; Luta social de 1957 e Revolta dos colonos. Ele elege a última como mais pertinente para defini-lo. A luta se passou na região do Paraná que lhe dá um dos nomes, e teve como principais focos os municípios de Francisco Beltrão, Pato Branco e Capanema. O contexto para a eclosão do conflito se estabeleceu com reeleição de Moysés Lupion como governador. José de Souza Martins (1995 apud Orben, 2014) lembra que este era ligado às companhias de colonização e, frequentemente, “*terras eram negociadas e tituladas em favor de amigos e parentes do próprio governador, que imediatamente hipotecavam os títulos no Banco do Estado, obtendo grossos capitais em cima de terras que não lhes pertenciam de fato*” (p.74). Era constante a presença de jagunços contratados pelas companhias colonizadoras, que tinham por função arrancar violentamente os camponeses que viviam naquelas terras.

Duas particularidades caracterizam este conflito do Sudoeste do Paraná. Uma, assinalada por Martins (1995 apud Orben, 2014) é o fato de ter conservado independência das organizações que influenciaram grande parte das lutas no campo brasileiro no século XX: Ligas Camponesas, partidos e sindicatos. Outra, destacada por Orben (2014), é a leitura de que ele foi amplamente vitorioso, garantindo a pequena propriedade no Sudoeste paranaense. Este mesmo autor atribui o êxito do movimento camponês à independência destes agentes.

Lupion e suas práticas são de conhecimento e estão presentes na memória de antigos habitantes de Porecatu e do Paraná de maneira geral. Seu nome batiza uma cidade localizada a cerca de 50 quilômetros de Porecatu: Lupionópolis. Conforme a sessão “História de cidade” do site oficial do município,

A cidade de Lupionópolis tem como marco inicial de sua história, a cessão de uma gleba de terras requeridas pela Empresa Imobiliária “ANIS ABBUDI & CIA LTDA¹⁹”, a qual imediatamente mediu e

¹⁹A empresa colonizadora pertencia a Aniz Abud e Ibrahim Abud Neto, pai e filho. Um pequeno artigo opinativo no blog Doc.Londrina (2013), intitulado *O Clã Abud: uma outra mitologia de colonização*, narra parte da trajetória dos “empresários”. “*É difícil não ficar curioso, é difícil ficar indiferente a esses homens que encarnaram a figura do colonizador, do plantador de cidades em pleno século 20, no sertão do Paraná.*”

demarcou a área em lotes (pequenos sítios e datas urbanas), formando assim, o patrimônio de um plano preestabelecido de colonização e povoamento ao mesmo tempo (Lupionópolis, 2017).

O nome da cidade “*é em homenagem ao então Governador do Estado do Paraná, Senhor Moysés Lupion*”. Existe no estado uma espécie de folclore em torno do “*governador que fazia rolo de terra*”. Sobre isso, Camilo²⁰, o primeiro interlocutor que apresentamos, traz memórias importantes. Mas antes de expô-las, cabe a apresentação do interlocutor.

Ele tem 84 anos de idade. Chegou ao norte do Paraná ainda com três ou quatro anos, por volta do ano de 1937, para se instalar em Ibiporã com sua mãe, pai, e mais seis, dos onze irmãos. Em maio de 1945 a família mudou para Porecatu. Na época, já com 12 anos, ele foi estudar. Seu pai e seus irmãos foram trabalhar na construção da UCP. O primeiro foi ser auxiliar de pedreiro, os outros aprenderam profissões como encanador, fundidor, modelador e vendedor. Pouco depois de chegar a Porecatu, Camilo interrompeu os estudos, pois a cidade só tinha turmas escolares nos anos iniciais. Desde então, passou por várias atividades e veio a se firmar no ofício de mecânico, no qual se aposentou.

Camilo: Naquela época, o governador do Estado era o Moysés Lupion. E ele gostava de um negócio de rolo de terra. Dava um tanto de terra pra você, dava um documento lá, mas num tinha as quatro estacas. Aí, na hora da divisória que teve as brigas, teve as invasão, e que houve muita morte, né. E polícia... Foi pesado no começo, foi pesado mesmo! Mas só que aqui, assim, na cidade, dizer que...[dizer que tinha briga de terra na cidade? Não tinha] tinha aquelas briga de bêbado, de antigamente. Todo mundo andava armado. Os caras às vezes saiam numa briga aí. Matava um ou outro... Mas, briga maior mesmo era lá

No perfil ficcional de João Antônio, intitulado Tuaregue, e na “novela desajeitada” de Domingos Pellegrini, “As sete pragas”, fica forte a impressão de que os dois agiram como grileiros, liderando jagunços na guerrilha contra índios e posseiros em terras sem lei. Mas a fachada era técnica, racional, com firma estabelecida, muita propaganda e etc. & tal. Tirando a estrada de ferro, um modelo de negócio muito parecido com aquele implantado pela Companhia de Terras Norte do Paraná, ainda na década de 1930.

O Estado concede, ou vende a preço de banana, centenas, milhares de alqueires de terras. A empresa colonizadora limpa a área dos “intrusos”, abre uma madeireira, abre estradas, demarca os lotes rurais e urbanos; contrata uma legião de picaretas que roda o país atrás de compradores e aventureiros. É o negócio da colonização.

A dupla Aniz e Ibrahim, ao que parece, foram hábeis para lidar com essa situação. Em 1947, o governador Moysés Lupion concede a empresa Aniz Abud & Cia. Ltda. uma gleba que fazia parte do município de Jaguapitã. Cinco anos mais tarde, foi criado e aprovado pela Assembléia Legislativa o município de Lupionópolis. O prefeito eleito, Ibrahim Abud Neto, o mais jovem prefeito do país. Na época, 23 ou 24 anos de idade e muita vitalidade

Além dos negócios com Lupion, Aniz foi sócio de um outro empresário e político de grande destaque, Adhemar de Barros, governador do Estado de São Paulo, aquele a quem foi atribuído o lema “rouba, mas faz”. Aniz e Adhemar eram sócios da fazenda, onde mais tarde, seria criado o município de Terra Rica.

²⁰Entrevista em 26/10/16, Porecatu.

no meio do mato. Mataram família. Daí, rapaz, foi fogo! Então, era um tempo quente. Era um tempo quente!

Ele estabelece os nexos causais entre a conduta de Lupion e as violências agudas ocorridas ‘no mato’. Como dito, a violência das armas, do sangue e da barbárie ocorria mais nas regiões de mata, onde estavam encravadas os pequenos sítios e posses dos camponeses. Era na relativa paz da cidade onde se articulava a retaguarda política, institucional e econômica desta violência. Era onde se organizavam e se preparavam as milícias de jagunços que trabalhavam em conjunto com a Polícia Militar do Paraná.

Miguel²¹ tem 88 anos de idade. Nasceu em Minas Gerais e chegou em Porecatu em 1948, com 19 anos, vindo do Estado de São Paulo. Logo que chegou, foi trabalhar na Usina Central do Paraná (UCP) onde ficou dois anos. Durante onze anos foi um destacado cortador de cana na cidade, devido, talvez, à sua forte constituição física. Abandonou esta profissão para se tornar pedreiro e, posteriormente, passou a ser proprietário de uma pequena fábrica. Nesta posição, foi durante muitos anos um fornecedor de equipamentos para os negócios da UCP.

A seguir ele menciona o nome de Lupion para depois expressar algumas memórias sobre os conflitos do passado e seus motivos, reflexões acerca dos conflitos agrários recentes, e estabelece vínculos com a política mais ampla.

Miguel: Que Porecatu foi cidade pequena, mas boa. Posso fazer, falar alguma besteira... Ouve aqui, em 51, Porecatu foi pé de guerra. Foi pé de guerra! Isso saiu na revista [O] Cruzeiro. Se procurar na história da revista, você vai achar.

Adriano: É, eu já ouvi falar que teve umas brigas grandes.

Miguel: É que o Requião... O Requião, não... O... Lupion. Que foi governador muitos anos. E aqui era só mato... E aquela região de Vila Progresso, de Centenário, essa parte do rio Paranapanema, era mata... Mas não era pequeno, não. E chegava os pessoal aí, eles dava terra. "Vai, pode entrar, vai abrir as terras lá, procêis!" . Isso aconteceu muito. Então, vinha aquelas pessoas que tinha alguma uma condiçãozinha, não rica, pra derrubar uma mato ali. Plantava café, ele fazia um sitiozinho ali, dele. Só que não tinha documento. Era do governo, né.

Adriano: Eram terras do governo?

Miguel: É, do governo. Aqui era tudo do governo. O João Lunardelli, quando veio aqui em 41, ele pegou 50 mil alqueire. Mas, que que ele fez? Ele pegou uma parte pra ele, e pegou uma parte, aqui no Paranapanema, dividiu em sítio e foi vendendo. Terra baratinha. Quando chegava ali, 50 cruzeiro o alqueire. Então quem tinha... Igual eu, tinha dinheiro, dava pra comprar uma fazenda. Podia comprar uma

²¹Entrevista em 19/10/16, Porecatu.

fazenda, mas por causa de não ter condições de abrir, eu não fui. E o povo abria terra, abria. E o Lunardelli, por exemplo, vendeu, mas vendeu! Não teve nada de roubo. Quem comprou dez alqueire, vinte, trinta, cem alqueire, tudo é dono, né. Agora, na Vila Progresso, ali pra baixo... Tinha as fazenda ali... Aí, os que tinha requerido terra do governo, né. Chegou aqui,[passa a narrar uma discussão hipotética] “aqui eu requeri. Não, é meu! Que eu peguei” né. (risos).

Apesar de Miguel não dizer especificamente a relação de Lupion com os conflitos, no momento em que ele cita seu nome, durante nossa conversa, fica subentendido que a atuação deste foi decisiva para a intensificação das ofensivas aos posseiros e consequente endurecimento da resistência. Percebe-se que existe uma certa confusão em relação aos agentes do conflito. Fica a impressão de que possivelmente os sitiantes e posseiros disputavam terra entre eles. De fato, este tipo de conflito entre os próprios camponeses aparece nas narrativas colhidas. Fica evidente, também, a intenção de proteger e legitimar a memória dos Lunardelli. Miguel – e outros interlocutores com falas parecidas – diz que João Lunardelli apenas comprava e vendia terras. Toda sua conduta estava circunscrita à aquisição e/ou venda da propriedade das terras dentro do mercado, ou seja, era legítima. Ademais, a confusão da narrativa reflete a confusão dada nas relações concretas, gerado, por seu turno e sobretudo, pela ação ora tendenciosa, ora ambígua, ora criminosa do Estado e dos grileiros.

De fato, a combinação entre manipulação ilegal de instrumentos jurídicos combinada ao uso estratégico e deliberado da violência, ou seja, a prática da grilagem, é processo basilar e constitui a regra na configuração agrária e fundiária em zonas de fronteira agrícola em expansão. O que ocorreu no norte paranaense no intervalo 1930-70, guarda semelhanças com o que ocorre hoje²² no Mato Grosso, na Amazônia e no MATOPIBA, por exemplo. Mas, as investigações acerca do caso de Porecatu se tornam relevantes devido a algumas características específicas, dentre elas: trata-se de um município jovem, localizado numa região de expansão de fronteira agrícola historicamente recente, e por isso relativamente bem documentado e presente em memória; o processo de abertura, disputa e fechamento desta fronteira como território não incorporado à economia capitalista brasileira já se finalizou. Assim, a dinâmica e as disputas do território, que obviamente são permanentes, passam a ocorrer na âmbito de

²²Sobre o lugar da fronteira na constituição da sociedade brasileira, Martins (2016, p. 20-21) assinala que “*O ciclo histórico da fronteira ainda não acabou. O presente da sociedade brasileira continua determinado e regulado, em boa parte, pela dinâmica de expansão territorial e seus confrontos sociais e étnicos. A fronteira tem sido, entre nós, um sujeito político*”.

uma economia capitalista já estabelecida. Porecatu apresenta extremos, pela violência à qual as disputas chegaram, pelo nível de organização da resistência camponesa e, em contrapartida, o nível de organização dos grileiros e suas íntimas relações com as autoridades, localmente e no Estado do Paraná; pelo seu vínculo específico às questões políticas e agrárias nacionais, devido ao fato do PCB ter-se inserido neste território, junto aos posseiros organizados e pela sua relação com o programa varguista da *Marcha para o Oeste* (que será abordada adiante); por fim, e sobretudo, pela configuração agrária e fundiária estabelecida após o fechamento legal da fronteira em 1952, processo esse marcado pela fim do levante camponês (Ferreira, 1984).

Priori (2011) afirma que, na visão dos camponeses, o desfecho da luta em Porecatu foi positivo. Muitas das famílias envolvidas no conflitos receberam terras em Centenário do Sul. Em torno de 380 famílias foram assentadas em localidades mais afastadas, como Campo Mourão, Paranavaí e Iporã. A conquista da propriedade legal de um pedaço de terra era o principal desejo desses posseiros camponeses, embora, depois da luta, tivessem de abrir mão de anos de trabalho, e as terras agora garantidas possuísem qualidade (a terra vermelha da região de Porecatu está entre as mais produtivas e valorizadas) e proporção territorial inferior à da qual eram expulsos (Priori, 2011).

Ao que parece, pelo menos em parte, a acomodação deste conflito agrário teve sua viabilidade por conta da abundância de terras em outras regiões de fronteira agrícola paranaense – que são, na verdade, continuidade do processo de expansão da agricultura capitalista cafeeira paulista, no qual Porecatu está inscrito -, quando, justamente, a região desta se fecha enquanto tal. Os primeiros posseiros a se fixarem na inóspita região eram ex-empregados e arrendatários de fazendas paulista de café, sobretudo da Alta Sorocabana. Caracterizavam um excedente pauperizado e sem perspectivas, espremidos em pequenas propriedades, em condições precárias para sua reprodução social em uma região de fronteira já fechada há muitos anos e dominada pelas grandes propriedades. Conforme relata o posseiro José Billar em entrevista

A familhagem tava completa, não é? Tudo rapaziada, então aí nos quizemo vir pro sertão porque tinha largueza de abrir, 10 a 15 alqueires, sendo derrubado para plantar milho e abóbora para o porco... (Em São Paulo) eram poucas terras e nós queria aumentar, não é, a safra, crescer mais... Lá tava apertado, lá era um lotinho de 5 alqueires, 3 alqueires. O resto era fazenda. Lá não tinha liberdade ... nós viemos para o sertão para ter mais terra e a liberdade". (Entrevista nº 1, com José Billar) (Ferreira, 1984, p.84-86).

Sendo assim, pode-se observar que uma mesma geração foi deslocada duas vezes pela lógica embutida no processo de expansão capitalista na agricultura. Mas essa dinâmica merece uma investigação à parte, que não será aqui empreendida.

Aqui, interessa ressaltar que, apesar da aparente acomodação dos embates de Porecatu, neste município se estabilizou um contexto agrário marcado pela alta concentração fundiária e produtiva, pela superexploração do trabalho e por uma política local extremamente autoritária. Esse contexto é caracterizado pela hegemonia e supremacia da família Lunardelli: o patriarca Ricardo Lunardelli²³ e seus filhos João e Urbano. Esta, nos traços típicos do mandonismo local brasileiro do qual trata Maria Isaura Pereira de Queiroz (1969), mesclava patrimonialismo e clientelismo, caracterizando um sistema com características que flertam com o coronelismo. Tratarei destas questões com mais profundidade adiante.

Ao que tudo indica, após o fim do levante camponês nenhuma outra força contra-hegemônica ou mesmo alguma facção local distinta teve possibilidade de realizar alguma oposição viável contra o mandonismo dos Lunardelli. De acordo com narrativas locais, nas raras vezes em que um candidato de oposição foi eleito, não teve meios de governar e sofreu perseguições pessoais. Isto porque a família se tornou a principal monopolista das terras e também era fundadora proprietária da Usina Central do Paraná. Dominavam, assim, a base produtiva do município, o abastecimento e circulação das necessidades mais básicas da população local.

Constituiu-se, deste modo, um poder local autoritário, onde uma facção deteve o controle político e econômico quase que total que perdurou por quase duas décadas. Em meados da década de 1970, a família Lunardelli perde sua supremacia econômica e

²³“Ricardo Lunardelli, fazendeiro de Catanduvas mas original de Rio Claro, era já conhecido pela estruturação empresarial de suas fazendas, muitas vezes pioneiras em técnicas de plantio de cafezais mais conservadores do solo, no aprimoramento da qualidade do café e na mecanização agrícola. Suas propriedades, em São Paulo, combinavam duas culturas em larga escala: o café e o algodão. Sua empresa incluía outras atividades, como beneficiamento e comércio do café. Cf. Diário Commercio e Indústria s/data, em poder do Museu Paranaense. Em Porecatu, Ricardo Lunardelli fundou uma empresa individual que transformou, em 1946, em sociedade anônima com a denominação de Ricardo Lunardelli S.A., Agricultura, Indústria e Comércio, abrangendo, além das fazendas e da Usina, atividades de beneficiamento e exportação de café, serrarias, posto de gasolina, laboratório médico, etc. Cf. USINA Central do Paraná S.A. Agricultura, Indústria e Comércio; histórico. Arquivo da Usina Central do Paraná, Porecatu. Após a expansão de seus negócios para Porecatu, sua fama de fazendeiro moderno se intensificou, como demonstram artigos de jornais e de revistas. Cf. por exemplo, o "Diário Comércio e Indústria", São Paulo, 20 e 21 de nov. 1959 e SILVA, Sérgio Moraes, na reportagem “O Brasil de amanhã depende de brasileiros de hoje”. Ricardo Lunardelli, pioneiro da Cruzada Santa da Defesa da terra: obras, palavras, conceitos e realizações que toda a nação precisa conhecer. Curitiba s/data, ambos em poder do Museu Paranaense, Seção de História. Curitiba.”(Ferreira, 1984, p. 104).

política, que já vinha se deteriorando. Como marco desse processo, podemos eleger a venda da UCP e das terras para o grupo empresarial paulista da família Atalla, que leva o mesmo nome (Grupo Atalla), originário da cidade de Jaú.

Apesar da mudança dos proprietários, a configuração econômica, fundiária e política - concentrada - parece não ter sido alterada. Pelo contrário, o Grupo Atalla passa a comprar inúmeras propriedades de fazendeiros e sitiantes. O processo de concentração fundiária em Porecatu aparece representado de maneiras variadas nas narrativas colhidas, onde são evocadas diferentes mediações para explicar o processo que, conforme pode ser percebido nas falas, se inicia logo no período dos Lunardelli, e se intensifica com a chegada do Grupo Atalla. É, ademais, válido salientar que nunca se estabelece nenhuma relação entre o passado agrário conflitivo e a configuração concentradora que vigora desde lá até o presente. Sobre estas memórias que narram o “abandono” dos fazendeiros e a aquisição de mais terras pelos monopolistas fundiários, continuamos com Miguel.

Miguel: Entrou uns chefes aí embaixo²⁴, que eu não sou inimigo de nenhum, nunca precisei brigar com eles. Mas não [...] pode falar nada, problema deles, não me ofendeu em nada, né. E fez [fizeram] aquelas confusão, os fazendeiro acabou tudo indo embora de Porecatu, se sentiu humilhado. Os chefe. Mas viu, essas coisa que a gente acompanha. Eles foi embora. Eu conheci todos os fazendeiros. Eles foram vendendo e foram embora. Tudo. E o Atalla, aí chegou o seu Atalla aí, acabou comprando tudo.

Adriano: Porque a usina brigava com os fazendeiros?

Miguel: Não, eles tinham uma greve [no sentido de boicote], não os donos da usina, mas os próprios funcionários do chefe. Eles, com aquele poderio de ser dono, achar que mandava, desfazia dos fazendeiros. Porque, sabe, cê tem 100 alqueire, o outro tem 10 mil. Ah, cê não é nada perto deles, né. E aqui na cidade, mesmo, eles fazia pouco [dos fazendeiros fornecedores]. Eu observo, nunca discuti, nunca briguei, mas vejo tudo. E foi acabando tudo embora. Sei o nome de todos que foi embora, pra não falar que é mentira. Foi acabando, e eles foi comprando. Aí chegou o Lunardelli, o Atalla, aí começou comprar. Daqui pra Centenário, a região toda. Foi comprando e os fazendeiro foi vendendo e foi embora. Então ficou um... Um grupo só. Tem, tem os sitiante que não vendeu. Tem uns... Uma meia dúzia, mais, que não vendeu.

É sensível que Miguel fundamenta a sua representação do processo de concentração fundiária dando maior relevo a uma mediação: a micropolítica, na relação dos funcionários chefes com os fazendeiros fornecedores de cana para a usina. Possibilita,

²⁴Em Porecatu é corriqueiro referir-se à UCP como “lá embaixo”, “ali pra baixo”, “ali embaixo” etc, pois a usina inicialmente era localizada na parte mais baixa da cidade, próxima ao rio Capim, onde a cidade começou.

talvez, a tradução para uma perspectiva de *perto e de dentro* interessante e que ajuda na compreensão do processo, de fato. Contudo, parece ser um tanto incompleta e deixa grandes lacunas se queremos compreender tal processo numa perspectiva mais profunda e enraizada no entendimento de um contexto histórico mais amplo. É improvável que um fazendeiro decidisse vender sua fonte de sustento pelo simples fato de sentir-se desprestigiado por seus clientes, como também é improvável que existissem tantas possibilidades de produtores serem humilhados e desprestigiados por um único comprador se existissem mais compradores. Há a dimensão econômica deste contexto, na qual pode ser constatada uma espécie de coerção econômica na relação comercial entre UCP e os fornecedores de sua matéria-prima. O que viabiliza isto é o monopólio da vida econômica. Tal ideia pode ser melhor fundamentada e compreendida quando relacionamos a narrativa de Miguel à de outro interlocutor, apresentado a seguir.

Bernardo²⁵ tem mais de cem anos de idade. Nascido em Sertãozinho-SP, chegou em Porecatu 1944, já casado e com filha. Foi barbeiro, dentre outras profissões, e depois se tornou proprietário de uma pequena fazenda. Apesar da idade avançada, impressiona pela vitalidade e pela lucidez. Foi muito solícito e demonstrou prazer em narrar suas memórias. É patriarca de uma família que possui negócios variados na cidade, sendo bem estabelecidos economicamente. Uma das primeiras coisas que Bernardo disse, sem eu ter me referido ao assunto, foi que era melhor nem falar sobre as coisas que envolviam os conflitos, ou “brigas” por terra. Gesticulando como quem afasta algo com a palma da mão, disse algo como “*tem umas coisas que teve que a gente deixa pra lá*”. Ficou claro que ele se referia a certos conflitos no passado da cidade. No entanto, mesmo sem ter sido feita nenhuma pergunta acerca destes, das *brigas*, o próprio Bernardo, por vezes, entrava neste tema. Dizia ele que foram apenas brigas, e que morreram poucas pessoas, frisando, inclusive, que algumas tiveram um destino merecido, pois agiram de má fé e fizeram coisas como colocar fogo no sítio de outras pessoas, por exemplo.

Houve um momento em que perguntei a Bernardo se acaso havia indígenas quando ele chegou em Porecatu, ele respondeu, franzindo a sobrancelha e balançando negativamente a cabeça: “*Não, não, não...*”, para, em seguida exclamar: “*aqui tinha posseiro!*”. Começou, assim, a descrever a região em que passava a Picada²⁶ da Floresta.

²⁵Entrevista em 06/05/2016, Porecatu.

²⁶‘Picada’ é uma denominação para uma pequena e rudimentar trilha que se abre na floresta, geralmente com o uso do facão.

Pela descrição, trata-se da região onde ocorreu a resistência armada. A picada sairia das imediações de Jaguapitã e iria, em linha reta, até o rio Paranapanema, passando próxima ao rio Centenário. Segundo o interlocutor, nesta região os Lunardelli não teriam comprado todas as terras. Bernardo conclui esta parte da conversa com uma frase contraditória: “*Essa história da briga não é verdade. Teve muita briga!*”. Nesta frase, a palavra briga, em sua primeira menção, parece se referir à *briga*, uma briga específica, provavelmente ao levante mesmo dos posseiros. Em seguida ele contrapõe, dizendo que houve brigas. Ou seja, houve brigas, mas não houve a briga específica que dizem ter havido. Após dizê-lo, narra uma demanda de um posseiro, mas que, na gravação, devido a características da fala e voz do narrador, não pode ser compreendida integralmente. O que fica evidente é a negação de um conflito agrário de maiores proporções e consequências, através da qualificação deste como uma briga corriqueira por terras.

As disputas por terra envolvendo violência em diversas esferas realmente são a marca na formação do espaço agrário brasileiro, principalmente nas regiões de fronteira. Mas a categoria *briga*, conforme utilizada pelo interlocutor em questão - e ainda por outros - para representar os conflitos em Porecatu, mascara a real natureza destes, sobretudo, ofusca uma percepção mais apurada dos contornos que os conflitos adquiriram, especificamente, no município aqui tratado. A categoria aqui em pauta parece decorrer de uma naturalização dos conflitos violentos pela terra, ao passo que também reafirma esta naturalização. Este tipo de naturalização talvez guarde relação, também, com a postura de invisibilização e silenciamento dos conflitos agrários - historicamente e na atualidade – por parte do poder público municipal. Este não utiliza nenhum dos aparatos que controla (site da prefeitura, Casa de Cultura, Museu, biblioteca, nomes de logradouros e instituições etc.) para realizar alguma espécie de reflexão crítica acerca de memórias ou atualidades de conflitos e questões agrárias no município.

Sobre a relação dos fazendeiros fornecedores com a UCP, Bernardo também tem uma história pessoal.

Ele relata a sua demanda com João Lunardelli (o primogênito de Ricardo Lunardelli), dizendo que este foi o culpado pelo declínio da família. Diz que ele “queria mandar muito, autoritário”. A demanda foi entre Lunardelli e proprietários que produziam cana-de-açúcar para fornecimento da UCP. Pelo que pude entender, o usina se recusava a comprar a cana dos fornecedores em condições justas para estes. Isto levou estes

fornecedores a uma condição alarmante, visto a dependência da usina para absorver toda a matéria prima destes produtores. Bernardo narra sua ida ao Rio de Janeiro, onde conversou com o Presidente. Este providenciou dinheiro para Bernardo e mais cinco ou seis companheiros [pois todos estavam falindo] que estavam envolvidos na demanda liderada por Bernardo. Ele diz ter sido um “advogado sem título”. Conforme narra o entrevistado:

Bernardo: João Lunardelli, ele queria mandar, mandar em Porecatu, mandava em Centenário, queria mandar no Paraná, acabou mandando [fala algo incompreensível sobre o governo estadual] mas, aí...ele foi se afundando. Foi se afundando. Isso eu vou te contar por que isso aí é coisa minha. Só briga! Só briga! Não, imagina que aquele tempo puxava carroça. Caiu dois pau, de queimar, lenha, que levava pra queimar. Então o cara ele morava no sítio lá. Passou [e dá a entender que o homem pegou essa lenha que pertencia a João]. Ele mandou chamar esse homem, e falou o diabo (risos). Por causa daqueles dois pau (risos). Quer dizer, então foi, foi...eu até não sabia, mas como eu fui obrigado, não por que eu queria brigar, não. É... Isso é uma luta que nós tivemos. Ficou dois ano sem moer cana, e nós de fornecedor... Legítimo. Ele queria acabar com os canavieiros, é... Ele se afinanciava [com] nosso sítio, sem [eu] saber. Eu descobri tudo por causa da demanda. Bom, eu não tenho estudo nenhum, aprendi muita coisa. Mas estudei um ano por correspondência, aprendi fazer requerimento, como aprendi outras coisas. Então eu fiz um, um requerimento na minha vida, ficou dois anos demandando, demandei dois ano com a usina, e ganhei a demanda...A briga foi duas, três, etapa. [A usina] Teve que paga (risos)! Bom, de coisa, ele tinha feito um financiamento muito grande, eu num sabia, mas eu já tinha recebido. O instituto [Instituto de Açúcar e do Alcool - IAA] pediu [trecho incompreensível, mas que dá a entender que ele fala de dispositivos legais que impedem e recebimento de financiamento público para empreendimentos em terras que possuam demandas legais, litígios etc.] Quando eu tomei conhecimento, que ele ia fazer esse bruta desse financiamento, ué, briga é briga, né? Eu viajei, praticamente, eu viajei de domingo pra Curitiba, pra entrar no instituto com o requerimento. [João Lunardelli] Não pôde mais pegar aquele dinheiro! Acabou, não pode mais pegar dinheiro [exclamações imitando alguém desesperado]. O turco aqui [o Atalla], era presidente do instituto, ele sabia de tudo.

Adriano: Grupo Atalla?

Bernardo: O Atalla. O Atalla comprou essa usina com aquele financiamento. Ele [incompreensível] com o dinheiro, o João vendeu a usina e ele pagou o que pode, foi aquele dinheiro.

Adriano: que o João não conseguiu pegar?

Bernardo: É, o turco, o Atalla (risos). Esperto. Tinha processo no instituto. Aí o próprio Atalla pegou. Mas isso demorou, demorou dois anos.

Devido a sua idade avançada, seu sotaque e sua dicção, a voz do interlocutor está rouca e por vezes é difícil compreender muitos trechos da gravação. O que é possível

compreender neste trecho é o seguinte: para acessar um financiamento, a empresa não poderia ter nenhuma tipo de contestação jurídica em processo contra si. Bernardo, tendo conhecimento desta informação, efetuou algum tipo de requerimento contra a UCP, o que inviabilizou o empréstimo pleiteado por esta. Aparentemente, este fato contribuiu muito para João Lunardelli vender a usina. Bernardo compara João a um personagem da uma novela antiga: um coronel que incendia sua cidade após ser derrotado nas demandas locais decisivas que disputava. Ainda, conforme Bernardo, este recurso que João não conseguiu acessar foi o mesmo utilizado pelo Grupo Atalla para comprar a usina, posteriormente. Os Atalla aparentemente tinham ligações dentro do instituto (provavelmente o extinto Instituto do Açúcar e do Alcool, IAA) e se favoreceram para acessar esses recursos e comprar a usina de João, que segundo Bernardo, criou e se envolveu em muitas brigas, atrapalhando a gestão dos negócios da família.

Meu interlocutor levanta, neste trecho, outro ponto importante quando diz “*Ele se afinanciava [com] nosso sítio, sem [eu] saber. Eu descobri tudo, por causa da demanda*”. Isso diz respeito ao esquema comercial de terras criado pelos Lunardelli para se financiarem e se suprirem de matéria prima. Voltarei e essa questão posteriormente.

Aqui, novamente, trago a narrativa de Camilo, que reconstitui outra dimensão do contexto em tela e traz outros eventos que também informam sobre a historicidade do mesmo. Pedi a ele que me contasse como era a agricultura no passado, como foi se transformando e como era hoje.

Camilo: é, começou com plantio de café. Enquanto construía a usina, o movimento era café. Tinha muuuito café aqui. As fazenda tudo de café. Até pertinho aqui, ó. Pra cima aqui, essas fazenda já era, tanto as particular, quanto da usina também. Que eles tinha. Aí começaram a planta cana e café. Conforme o rendimento da usina. Foi, veio aquela geada, aí rancou tudo e plantou cana. Aquilo que atrapalhou. Bom, atrapalhou o Brasil, né, na época.

Como já mencionado, em Porecatu, de início, predominava a cultura cafeeira mesclada às agriculturas voltadas para consumo local de alimentos, como ocorria no sistema cafeeiro, sobretudo no colonato. Camilo também menciona o fato conhecido de que a UCP também possuía fazendas de café. Os Lunardelli fizeram seu capital através deste, sendo o irmão de Ricardo, Geremia, o quinto e último “Rei do café”. Embora predominassem os cafezais, Ricardo Lunardelli constituiu extensos canaviais logo no início de seu empreendimento em Porecatu, principalmente na fazenda Canaã, que existe até hoje e é um canavial de milhares de hectares.

Elemento crucial desta fala é o trecho em que o narrador distingue as fazendas que não pertencem à usina como *particulares*. Ou seja, se particular é o oposto de público, coisa pública e UCP se confundem na concepção de alguns cidadãos locais. Esta distinção entre particular e UCP é recorrente neste e em outros interlocutores e será melhor retratada adiante, para pensar o poder local em Porecatu.

Camilo faz uma das poucas menções a um evento ambiental específico que impactou profundamente a base econômica de todo o norte do Paraná. A geada negra de 1975 que, literalmente, da noite para o dia dizimou os cafezais da região. Mas ela, por si só, não explica a trajetória narrada por Camilo. A cultura do café já vinha sendo substituída paulatinamente na região antes da geada de 1975. Na região de Porecatu, especificamente e nesta data, a UCP tinha quase trinta anos de operação e os canais já dominavam boa parte da paisagem.

Camilo: então, aqui ficou assim. Aí foi dando lugar pra cana. Os fazendeiro meteu cerca, colocou grama e boi. Colocou pasto e boi. E mudaram daqui. Porque daí ficou, fazenda que tinha aí, às vezes 50 casa, 60 casa, de colono trabalhador que trabalhava na lavoura do café, se tornou duas, três casa, só. Pro campeiro, pro ajudante lá. E fazia cerca. É assim. Aí foi cabando, cabando tudo. Virando em cana, aí... Aí a cidade também, parou. Aí o pessoal fui mudando pra Londrina, né. [...] E... foi essa, essa foi a vida. Então, pessoal já cresceu já pra fora. Mão de obra especializada vinha tudo de fora!

Temos uma interpretação pessoal e local, para o desenvolvimento deste território, sobre fenômenos gerais dos movimentos e desenvolvimentos dos capitais na agricultura brasileira. Outrossim, ela fornece alguns pontos de contato pertinentes para uma análise e interpretação num plano mais teórico e amplo destes acontecimentos narrados. Esta espécie de *cercamento* narrado pode ser interpretada como a consolidação definitiva da terra como *terra de negócio*, em uma manifestação mais abstrata, reduzida a ‘hectares’ delimitados e desabitados, utilizados apenas para auferir rendas proporcionais à sua produtividade face ao modelo monocultor (no caso, o da cana-de-açúcar). Isto é: “*virando em cana*”. É fato que nas fazendas cafeeiras a terra já estava relacionada enquanto *terra de negócio*, e estas eram mais densamente habitadas porque esta cultura necessitava de mais força de trabalho (capital variável), e era mais rentável mantê-la assim: menos tecnicizada e com uma menor composição orgânica do seu capital. Isto devido ao relativo baixo preço do trabalho, nas suas diversas modalidades, em um sistema onde a terra era progressivamente monopolizada, também com baixos dispêndios financeiros por parte dos fazendeiros.

Fica expressa, ademais, o caráter centrífugo desta forma de enclave agrícola que se constitui a partir de então. Assim, a fala de Camilo, quando analisada, possibilita captar interfaces entre questão agrária e questão agrícola e sua territorialização, se expressando conforme se alteram as paisagens e a forma de habitá-las, marcadas por um processo onde as formas de reprodução do capital recriam fronteiras sobre processos e relações ainda não mediados por ela.

Arelado a isso, pode estar o desenvolvimento da questão demográfica no município. O número de residentes em Porecatu vem diminuindo progressivamente ao longo das últimas décadas, como mostra o quadro a seguir.

Tabela 1 - Evolução demográfica de Porecatu

Levantamentos do IBGE	População residente
Censo demográfico 1970	22.277
Censo demográfico 1980	21.464
Censo demográfico 1991	-
Contagem populacional 1996	17.215
Censo demográfico 2000	15.881
Contagem populacional 2007	14.174
Censo demográfico 2010	14.189 (11.442 urbana; 2.747 rural)
População estimada 2016	13.863

Fonte: IBGE.

Ou seja, as taxas de crescimento geométrico da população são negativas e ainda mais acentuadas para a população rural, como aponta o censo demográfico de 2010 (IBGE apud IPARDES, 2017).

Tabela 2 – Taxas de crescimento da população de Porecatu

Tipo de domicílio	Taxa de crescimento (%)
Urbano	-0,78
Rural	-2,42
TOTAL	-1,12

Fonte: organizado a partir do censo demográfico 2010 (IBGE) em IPARDES (2017).

O que ocorreu, da década de setenta pra cá, foi uma queda de 37,76% da população residente contabilizada naquele período (1970), com uma concentração de mais de 80%²⁷ da população residente remanescente na área urbana, em 2010.

Tais dados, junto às falas anteriores de Camilo, informam sobre o sucedâneo do contexto estabelecido com o fechamento da fronteira agrícola na região de Porecatu. Aparentemente, da década de 1960 em diante, ocorre o aumento da concentração

²⁷Cálculo feito a partir do censo demográfico de 2010.

fundiária, num processo de expulsão do campesinato e abandono das atividades agrícolas, venda e arrendamento das propriedades por parte fazendeiros que não puderam se adequar àquele contexto fundado tanto pela lógica do movimento do capital no campo e dos rumos dados à agricultura de maneira geral no Brasil, quanto pela configuração local desigual, concentradora e violenta. Ambas as dimensões se manifestam de maneira interconectada no território.

Outro ponto sintomático dos desdobramentos agrários e fundiários em Porecatu e que, possivelmente, compartilha explicações com o exposto acima pode ser observado no nível de superexploração do trabalho nas fazendas da região pertencentes à UCP e Grupo Atalla.

Sobre isso, em 2008, uma série de quatro reportagens do jornal Gazeta do Povo registrou os processos e denúncias contra a Usina Central do Paraná, e a subsequente execução de flagrantes de trabalho em condições degradantes, análogas à escravidão, realizados pelo Grupo Especial de Fiscalização Móvel do Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério Público do Trabalho e a Polícia Federal na usina e em fazendas de sua propriedade. Esta comissão interditou partes da Usina Central do Paraná, rescindindo o contrato de 228 trabalhadores em condições de trabalho análogas à escravidão. Foram efetuados 150 autos de infração que a Polícia Federal usaria de base para instauração de um inquérito policial (Gazeta do Povo, 2008). Segunda as reportagens

A auditora Maria Cristina Toniato e Silva disse que só presenciou condição semelhante nas carvoarias do sul do Pará. No setor sucroalcooleiro, disse, Porecatu é o pior local que já visitou [...] conforme os auditores, a empresa não fornece nem mesmo água [...] embaixo de uma lona preta, uma cadeira vazada e um buraco na terra seriam o “banheiro” dos trabalhadores [...] Quinze áreas da usina, consideradas de risco, foram interditadas. Foi proibido o acesso às áreas de plantação de cana, a utilização de agrotóxico – por manipulação inadequada – e paralisada a oficina mecânica. Também foram interditados por falta de segurança 39 dos 52 ônibus que fazem o transporte dos trabalhadores – na maioria moradores das cidades da região [...] Conforme os procuradores do Ministério Público do Trabalho, desde 1997 há ações e processos contra a usina, que ainda correm na Justiça do Trabalho. O MP informou que anteriormente já haviam sido realizados Termos de Ajustamento de Conduta (TAC), que foram todos descumpridos (Gazeta do Povo, 2008).

Na época destas reportagens, e segundo estas, a usina acumulava mais de 500 ações trabalhistas, todas já com decisão definitiva. Este conjunto de fatos denota a candência atual de uma problemática agrária/fundiária até então acomodada e

invisibilizada. Estas denúncias motivaram o MST a ocupar a fazenda Variante (área total de 1.406,5 hectares), no início de novembro de 2008, e mais outras desde esta data até os presentes dias. Na propriedade, também pertencente à Usina Central do Paraná, a comissão encontrou 17 trabalhadores em condições de trabalho degradantes, análogas à escravidão. A ocupação foi realizada com cerca de mil famílias e foi considerada a maior ação do MST naquele ano (MST, 2008; Gazeta do Povo, 2008). Conforme José Damasceno, da coordenação estadual do movimento social, o motivo da ocupação foi o flagrante das condições de trabalho no local, apesar do INCRA não ter considerado a fazenda improdutiva (Tribuna, 2008).

Localmente, as ações do MST dividem opiniões. Entre os interlocutores e pessoas com quem dialoguei em variadas ocasiões, isso também pôde ser notado. Entre interlocutores detentores de um discurso de maior subserviência e/ou que foram funcionários em postos de chefia da UCP e/ou dos Lunardelli, o tom de criminalização do movimento social (das lutas sociais e da esquerda, de maneira geral) é aberto, como no caso do senhor Miguel.

Miguel: a Porta do Céu, onde que tá os Sem Terra lá. Ali é 600 alqueire. Lá tem uma parte que tá invadida pelos Sem Terra.

Adriano: e tem bastante terra invadida?

Miguel: aqui invadiu essa aqui, ó, aqui em Florestópolis invadiram tudo. E esse nosso governo, cê me desculpa, que eu não tô falando mal. Tô falando o que eu sinto. Seu Lula fez a maior cachorrada da face da terra. Abriu mão pros Sem Terra, pro bandidismo entrar, puseram fogo daqui até Florestópolis, tudo num dia só. Na cana. Foi a coisa mais impressionante você ver o fogo queimando daqui a Florestópolis. Os Sem Terra pôs fogo em tudo, na cana do homem. Não foi? Você sabe o que é por fogo, em 2, 3 mil alqueire de terra tudo de uma vez só? Do homem. E cadê a lei? Cadê o governo? Cadê o presidente? Agora, se você já tem dificuldade, e fazem uma dessa. Mais difícil vai ficando. Invadiram. Tá ali ó. Tem duas mil, três mil família ali. Ninguém entra lá. Ali embaixo tem outro monte lá, ninguém entra. Lá na Porta do Céu tem mais, uma cidade, lá, deles.

Esmeralda [esposa de Miguel]: uma favela, né...

Miguel: É... Tem, aqui em Alvorada invadiram uma fazenda muito grande, também. Já invadiu, a polícia e tira, passa uns tempo, volta tudo de novo. Porque não tem lei, é um país sem lei. Um país pobre! Agora você vê onde é que foi o PT.

Por outro lado, o monopólio da terra e espoliação do trabalho são encarados com naturalidade.. Outra questão sensível na fala e recorrente em ocasiões narrativas em campo é a culpabilização do MST pela decadência econômica de Porecatu, que, na

verdade, é a decadência da UCP. O “Homem” [dono da cana] mencionado acima é, provavelmente, um dos irmãos Atalla. A defasagem do ramo sucroalcooleiro dos negócios desta família é conhecida e comentada dentro do setor (Jornal da Cana, 2009). No entanto, as ocupações do MST, de certa forma, vieram a calhar como uma forma de auto-justificativa para a conduta criminosa do grupo e para transferir parte da culpa de suas ingerências para ao movimento social. Este, pois, é um dos discursos presentes quando locais tentam explicar a realidade presente de Porecatu, embora tenha soado, a mim, em tom quase sempre ideológico.

Até 2014 o INCRA já havia vistoriado cerca de 32 mil hectares pertencentes ao grupo Atalla, dos quais cerca de 10 mil foram considerados improdutivos (MST, 2014). Atualmente, o MST ocupa mais três fazendas sob propriedades do grupo Atalla, distribuídas entre os municípios de Porecatu, Florestópolis e Centenário do Sul (MST, 2014, 2015) (todos municípios que, antes de se emanciparem, pertenciam a Porecatu). Dentre elas, a fazenda Tabapuã²⁸, em Centenário do Sul, com 2.463 hectares, ocupada desde 2009, e a fazenda Porta do Céu, em Florestópolis, com 1.661 hectares, ocupada no dia 1 de março de 2014, após ser constatada pelo INCRA a sua improdutividade (MST, 2014, 2015; Bonde, 2015).

Apesar das propriedades terem mudado de titulares, a configuração econômica, fundiária e societária local se mantêm, principalmente nas suas características de concentração fundiária, de poder político dos novos donos e da dependência econômica do município em relação à UCP e demais bens e empreendimentos concentrados ou sob influência dos maiores proprietários de terras e negócios (usinas, principalmente). Logo, toda a problemática acerca da terra, conflitos, poder político e econômico está presente nas falas das entrevistadas e entrevistados, independente da posição política destes no contexto local. Está engravado em suas memórias, nas suas leituras sobre o presente e o passado, no posicionamento político frente à realidade que vivenciaram e vivenciam, como trauma, crítica ou subserviência.

Em outra conversa, com um senhor que chamaremos de Vinicius²⁹, ocorre uma outra confusão, também recorrente em falas de outros interlocutores. Em uma breve

²⁸Conforme a série jornalística de Pedro Paulo Felismino sobre o conflito armado de Porecatu, pela Folha do Londrina, “a fazenda Tabapuã foi palco de intensos tiroteios no auge da “Guerra de Porecatu” (Folha de Londrina, 14 de julho de 1985). Acervo do CDPH-UEL.

²⁹Entrevista em 27/10/16, Porecatu.

apresentação, o interlocutor chegou a Porecatu com 11 anos de idade para trabalhar na fazenda São Paulo, com serviços braçais. Em 1959 começou a trabalhar na UCP, onde foi mecânico e motorista. Tornou-se próximo da família Lunardelli, como motorista particular destes. Subiu na hierarquia do setor de transporte da usina, tornando-se chefe, posto no qual se aposentou. Na seguinte fala, Vinicius procura identificar posseiros com grileiros. Devido à maneira pela qual ele colocou essa ideia, não foi possível distinguir se foi uma confusão deliberada, com vistas a deslegitimar a luta dos posseiros e legitimar seus oponentes, ou se o interlocutor realmente não conhece a distinção relativa entre posseiro e grileiro. Segue o trecho da conversa.

Adriano: [Eu gostaria de saber sobre] uma coisa que o senhor até falou. Das histórias não bonitas que se contam sobre aqui.

Vinicius: Teve umas briga feia, aí. Até 51 ainda tinha briga feia aqui. Aqui pra baixo, Centenário]... Esse fundo, aí. Tudo grileiro, sabe? Tudo, tudo... Grileiro de terra, posseiro. É igual esses Sem Terra aí... Esses Sem Terra, também. Tem uns coitadinho que vive de baixo da lona, e tem os rico, que faz as casas de tábuas, mora lá, tem trator, tem colhedeira, tem tudo. Os coitadinho não tem nada, esses são os Sem Terra. Isso é tudo sem vergonhice, safadeza do governo, do PT, né. Infelizmente, é. Se fizesse... Eu não sou contra os Sem terra. Tem uma fazenda? Tá... É da, não sei da onde é, vai lá, faz com um agrimensor. Reparte cinco alqueires pra cada um, faz o cadastramento das famílias, coloca lá. Aí, sim. Mas não do jeito que tá aí. Isso aí é uma zona. Muito bandido aí.

Adriano: E tem bastante fazenda ocupada aí?

Vinicius: Tem. Tem Variante, Santa Maria, Porta do Céu, Tabapuã. Tem. Aí tem bandido de todo jeito, rapaz. Porque o cara que pensa direito, que tem cabeça boa, respeito, não vai pra esses lugares.

Outra relação importante que Vinicius nos traz é a identificação dos agentes do passado com os do presente, o que, analiticamente, aponta para a atualidade dos conflitos agrários no território e sugere uma forma de manifestação das memórias de conflitos do passado na forma de representar os conflitos no presente, ao passo que também possibilita perceber, valendo-me da elaboração de Pollak (1989), como uma memória marginalizada aparece no discurso de um opositor (ao menos no discurso), numa conjuntura desfavorável. Um exemplo de como a rememoração de conflitos marcantes e significativos se imprimem no presente “*deformando e reinterpretando o passado*” (Pollak, 1989, p. 8). Após se contrapor de maneira tão explícita ao movimento social, em aberta criminalização e desmoralização deste, Vinicius buscou atenuar sua fala, dizendo que não era contra a reforma agrária, mas discordava da maneira como o MST agia para

alcançá-la. Assim, ele coloca a sua representação de reforma agrária, narrando memórias sobre episódios da vida agrária de Porecatu.

Adriano: E como era de sitiante em Porecatu?

Vinicius: Tinha sitiante, também. Porque o seu João Lunardelli, cê vê que ele era um cara que tinha uma visão muito grande mesmo. Ele já fazia reformar agrária. Ele loteava a fazenda e ponha. Eu peguei um sitiozinho desse jeito. Só que ele não te dava, ele vendia. Pagava com a produção... Você sabe porque ele fazia isso? Os produtores que tinham sítio, era empregado. Então, chegava no fim de ano, que o empregado ia pedir um dinheiro, pra adiantar um dinheiro pra viajar e bá bá bá, ele não te dava. Ele dava pelo sítio. Ele dava o sítio e você pagava com a produção. Ele não te dava o sitio, você pagava com o sitio. E, se você precisasse de um dinheiro, ele te dava um dinheiro, mas debitava no sítio. Cê entendeu? Ele te dava, mas debitava no sítio. Ele não dava. Cê entendeu? Então, um meio que ele fazia reforma agrária e ajudava os empregados. Todos os empregados lá tinha um sítio, só o seu Lázaro que não pegou. Eu fui o último que não peguei. Não sei, o seu Lázaro não teve sorte de pegar. Eu fui o último que pegou sítio da usina. Último a pegar um pedacinho de terra da usina. Todo mundo vendeu, eu não vendi. O meu tá lá.

Adriano: E esse pessoal que tinha antes, foi vendendo pro...

Vinicius: Foi vendendo pra usina. Foi vendendo pra usina, vendendo pra outros.

A fala de Miguel é complementar para a análise.

Miguel: Aí, ele [João Lunardelli] abriu uma fazenda que chama Vermelho, ali, é, e deu pra cada administrador quatro alqueire, cinco alqueire de terra. "Esse aqui é pra vocês, pra pagar com o produção! Vão planta cana, a terra é de vocês". Dá lucro nenhum! Mas também, deu de graça, né!

A representação dos demiurgos Lunardelli é tão enraizada, que a eles é atribuída toda a sorte de benfeitorias, inovações e atitudes progressistas para com a comunidade local. Inclusive, quando o que se faz, na prática, é a antítese do que se atribui no discurso, lógica que camufla uma prática econômica que, de fato, é perversa. O trabalhador que vai adquirir este sítio, na verdade, irá trabalhar gratuitamente para os Lunardelli, já que não tem direito, em realidade, de decidir sobre a utilização da terra. Ele pode inclusive contrair mais dívidas por esta terra, à medida que recebe “favores” do patrão, que pela narrativa, seria uma espécie de décimo terceiro salário. Possivelmente, ele trabalha apenas pelo fetiche de deter a propriedade sobre uma parcela de terra. Isto tem relação com o que Bernardo narra anteriormente no capítulo anterior, quando diz que descobriu que João Lunardelli se “afinanciava” através dos fornecedores de cana. Pode-se deduzir que neste esquema, Lunardelli garantia um suprimento de matéria prima exclusiva para a usina,

cedendo terras apropriadas sob condições conflituosas e passíveis de questionamento. A usina, como único comprador destes fornecedores, detinha a vantagem de controlar a demanda, e desta forma exercer pressão sobre os fornecedores. Parece ser o que ocorreu nas demandas narradas por Bernardo e demais canavieiros com a usina. Como o próprio entusiasta da reforma agrária de Lunardelli relatou - e de acordo com os demais relatos e observando os dados e as paisagens da região -, a maior parte destes fornecedores acabaram vendendo seus sítios para a própria usina e outros. Tais desdobramentos estão refletidos na questão agrária da região, mais ainda no município de Porecatu.

Enquanto escrevo, se dá a continuidade do que aqui elaboro. As ações dos diversos agentes continuam a ocorrer. No início de março deste ano, por exemplo, foi enviado um grupo de policiais militares para cumprir uma ordem de reintegração de posse no acampamento da fazenda Variante. Nesta, pertencente à UCP, é que foram encontrados pelo Ministério Público os dezessete trabalhadores em condições análogas à escravidão, ainda em 2008. Conforme veiculado no portal online de notícias G1 (2017), houve confronto e vinte e um integrantes do MST foram encaminhados à Delegacia de Porecatu. Na página do movimento social no Facebook consta um vídeo da ação dos policiais. Eles chegam com tratores, destruindo as plantações, lançando bombas e balas de borracha no grupo de trabalhadores rurais reunido a algumas dezenas de metros. Os integrantes presos relatam ter sofrido intimidações, humilhações e violências psicológicas enquanto ficaram detidos.

A chegada do novo agente na região, o MST, recoloca publicamente a questão agrária/fundiária em Porecatu, e no Norte do Paraná de maneira geral. Dinamizam-se, novamente, as disputas em diversos campos: da memória, do discurso, pelas instituições e nas ações diretas de ambos os lados. Reforça-se a possibilidade de uma superfície de inscrição e enunciação das memórias subterrâneas concernentes à sociogênese e à historicidade deste contexto atual. O presente trabalho é um exemplo, dos desdobramentos possíveis da conjuntura regional desencadeada a partir de 2008.

Dando continuidade a este raciocínio, continuo uma análise e historicização de Porecatu, agora me aprofundando pela lente analítica dos processos de fronteira, frente de expansão e frente pioneira

3. PORECATU NO CONTEXTO DA EXPANSÃO DA FRONTEIRA NO NORTE PARANAENSE

*Thaís*³⁰: [...] nessa volta, nós levamos, de Bela Vista até Alvorada do Sul [municípios vizinhos a Porecatu], que é poucos quilômetros. Dá uns trinta e poucos quilômetros, nós levamos dois dias! E, era os Fords, era mais puxado a boi, do que andando. Que era, a estrada era pau a pique, mesmo. Terra, e quando eles, é, quando chovia eles enchia de pau. E, chagamos em Alvorada do Sul, tinha dado enchente, e aquele tempo a balsa era com... a balsa era de tambor embaixo, pra poder flutuar. E aí nós não pudemos passar. Aí, nós ficamos lá. Aí, o patrão voltou pra, pra Ribeirão Preto, com carros que estavam voltando, porque ia demorar pra começar passar a balsa. Porque o rio demorava pra baixar. E nessa daí, nós ficamos em Alvorada. [...] Ficamos ali em Alvorada. Ficamos parece que três anos. Eu tinha um ano e pouco. Eu vim pra cá [Porecatu] eu tinha quatro aninhos. Quatro pra cinco. Foi em 42. E daí, a gente ficou em Alvorada, e o papai acabou vindo pra Porecatu, que aí saiu a usina. Que é a primeira usina de pau a pique, meu pai ajudou a fazer. Aí ele teve uma proposta boa, ele saiu dessa serraria, e veio pra Porecatu. Então ele voltava em casa uma vez por mês. Ali nós ficamos mais um pouco. Até Porecatu, porque tava abrindo Porecatu. E [foi] quando a gente veio de mudança em cima de um Ford velho, Pé-de-bode.

Neste tópico buscarei caracterizar o processo de colonização do Norte Paranaense, para em seguida poder contextualizar Porecatu neste, o que também contribui para explicar a emergência dos conflitos e as especificidades do território no passado e hoje. Utilizo como chave de leitura elaborações de José de Souza Martins (2016) acerca da realidade de fronteira. Busco analisar, também, a própria literatura de referência sobre a colonização do Norte do Paraná aqui utilizada à luz desta chave de leitura. Isto permite vislumbrar a dimensão simbólica dos processos de fronteira, imprimida na própria produção das narrativas científicas e historiográficas. Analiso, ademais, trechos das entrevistas que me possibilitaram captar dimensões deste processo (o da fronteira), dentro das memórias de pessoas que foram trabalhadoras e trabalhadores nela.

3.1 Concepção de fronteira em José de Souza Martins

Martins critica o favorecimento epistemológico da ideologia do pioneiro (2016, p. 12-13) presente em algumas linhas de estudo sobre as fronteiras econômicas e civilizacionais na Brasil. Segundo Martins (2016), os estudos dedicados à fronteira, seja na sociologia, geografia, história ou na antropologia, em outros países e mais ainda no Brasil, possuem suas limitações enraizadas no fato de, por vezes, não superarem, de fato, a reprodução da ideologia dominante do pioneirismo. Seja pela eleição da figura mesma

³⁰Entrevista em 17/10/16, Porecatu.

do pioneiro e suas praticas como objeto dos estudos, seja pela fetichização da própria concepção de fronteira, compreendendo-a de maneira estanque como contexto em que está a “*ponta da história*”, com sua “*dimensão modernizadora e transformadora da sociedade*” (Martins, 2016, p. 12).

Preocupado em evidenciar e explorar o caráter singular da realidade de fronteira, o autor realiza uma revisão das noções de **frente pioneira** e de **frente de expansão**. Martins localiza a primeira como tendo sido introduzida pela geografia. Os pesquisadores e pesquisadoras estavam preocupados com as grandes modificações nas paisagens dos territórios, causadas pela expansão da economia nacional propriamente capitalista. O elemento de referência dos pesquisadores era o pioneiro empreendedor, e a ideologia inerente a este estava traduzida no fazer científico da geografia. Continuando com Martins (2016), a noção de frente de expansão, diferente da de frente pioneira, foi uma formulação oriunda da antropologia. Era compreendida como “fronteiras da civilização” com as sociedades nativas, onde se expandiam frentes de deslocamento da população civilizada e das atividades de algum modo, e em geral frouxamente, reguladas pelo mercado.

Noções diferentes, porque expressam perspectivas diferenciadas. A do antropólogo tem como referência as populações indígenas e, de acordo com Martins,

esse antropólogo não vê a frente de expansão como sendo apenas o deslocamento de agricultores empreendedores, comerciantes, cidades, instituições políticas e jurídicas. Ele inclui nessa definição também as populações pobres, rotineiras, não indígenas ou mestiças, como garimpeiros, os vaqueiros, os seringueiros, castanheiros, pequenos agricultores que praticam uma agricultura de roça antiquada e no limite do mercado (2016, p. 135).

Ou seja, tal noção coloca agentes possivelmente antagônicos na própria lógica interna da expansão da sociedade não indígena. Agentes que, apesar de incluídos na categoria ‘não indígena’, contrastam quanto a forma de ocupação, uso e significação dos territórios em que adentram. A presente investigação se dá neste âmbito.

No que tange o empreendimento sociológico do autor acerca do contexto de fronteira, este aponta que “*não há, à primeira vista, nessas concepções de frente de expansão e frente pioneira, a intenção de supor uma realidade específica e substantiva*” (Martins, 2016, p.135). São mais uma maneira de denominar e reconhecer que se está diante de distintos modos de avanço territorial dos civilizados.

No entanto, os conteúdos subjacentes às duas noções – como, no caso de frente pioneira, “*a ideia de que na fronteira se cria o novo, nova sociabilidade, fundada no mercado e na contratualidade das relações sociais*” (Martins, 2016, p.135) - sugerem seu caráter substantivo e singular que não foram analisados e nomeados pelos que historicamente as empregaram. No último vintênio, estes conteúdos – os relativos à frente de expansão - passaram a ser explorados por investigações de pesquisadores realizadas na Amazônia e, a noção oriunda da antropologia e que definia a fronteira da civilização, passou a adquirir conotações cada vez mais econômicas. Passou a designar, por exemplo, o avanço do estado nacional ou do modo de produção capitalista, ao passo que a ideia de frente pioneira tem seu uso diminuído à medida que é englobada pela de frente de expansão (Martins, 2016).

A diferença inicial entre as duas noções da situação de fronteira refletem a própria pluralidade conflitiva de lugares sociais suscitada por esta, onde os pesquisadores dirigiram seu olhar, pela medição da pesquisa científica, com base em sua inserção social na situação de fronteira estudada (Martins, 2016).

Agora, adentrando os desenvolvimentos propriamente ditos acerca das noções aqui trabalhadas, Martins (2016) assinala o descompasso entre a expansão demográfica e a expansão econômica na sociedade brasileira, onde o povoamento começa a acontecer antes da ocupação econômica do território. Conforme o autor

entre a fronteira demográfica e a fronteira econômica há uma zona de ocupação por agentes da “civilização” que não são ainda agentes característicos da produção capitalista, do moderno, da inovação, do racional, do urbano, das instituições políticas e jurídicas (Martins, 2016, p. 138).

Interpreto esta afirmação no seguinte sentido: há um lapso, não necessariamente espacial e temporal, entre o avanço de agentes de alguma forma atrelados à lógica da economia nacional – como os posseiros, entendidos como uma espécie de excedente populacional rural, fruto da lógica econômica e fundiária nacional, no seu aspecto concentrador e desigual – que são impelidos às regiões de fronteira e caracterizam este primeiro contingente demográfico. Sem dúvida existem mediações culturais no movimento destas populações, na busca por mais “liberdade” e um modo de vida mais autônomo, mas que está articulada ao imperativo econômico. Martins (2016, p. 138) continua:

Adiante da fronteira demográfica, da fronteira da “civilização”, estão as populações indígenas, sobre cujos territórios avança a frente de expansão. Entre a fronteira demográfica e a fronteira econômica está a frente de expansão, isto é, a frente da população não incluída na fronteira econômica. Atrás da linha da fronteira econômica está a frente pioneira, dominada não só pelos agentes da civilização, mas, nela, pelos agentes da modernização, sobretudo econômica, agentes da economia capitalista (mais do que simplesmente agentes da economia de mercado), da mentalidade inovadora, urbana e empreendedora.

O lapso entre agentes especificamente capitalistas e agentes oriundos de uma sociedade capitalista ao qual me referi anteriormente reflete uma característica definidora e específica da situação de fronteira, onde coabitam grupos situados *no limite da história* (indígenas), e grupos inscritos *diversamente na história*, como o campesinato, assalariados rurais e seu patronato (Martins, 2016). Nesta diversidade de tempos históricos este autor aponta não só as diferentes formas de reprodução econômica, mas, outrossim, a dimensão cultural desta realidade conflitiva, violenta, marcada pela alteridade, onde “*estão juntas* [estas temporalidades diversas] *na complexidade de um tempo histórico composto pela mediação do capital, que junta sem destruir inteiramente essa diversidade de situações*” (Martins, 2016, p.139).

Aqui situo, em parte, os agentes das diferentes temporalidades no caso estudado. Para Porecatu, em todas as fontes acessadas para a presente pesquisa, não há nenhuma menção à presença de populações indígenas especificamente no território e no período histórico do qual trato. Tudo indica que, ao menos nesta região específica, a dinâmica da fronteira não teve a temporalidade do indígena como um elemento *literalmente* presente, embora, com base em Tommasino (1995), é possível inferir com segurança que a região tenha tido fluxos de grupos indígenas até poucas décadas antes de sua colonização sob a égide da burguesia paulista. Já o Norte do Paraná de maneira geral, tem os indígenas como um elemento presente, sempre confrontado e violado por um lado, e invisibilizado por outro, até os dias atuais.

A tradição de invisibilização dos nativos também pode ser constatada nos trabalhos de geógrafos que descreveram a colonização recente do Norte do Paraná como apontado por Tommasino (1995). Acerca disso, Martins (2016) esclarece que a estirpe de geógrafos que introduziu no Brasil o conceito de frente pioneira invisibilizava os índios no cenário que se propunham a investigar, pois estavam mais preocupados em analisar as profundas modificações das paisagens em face da ação dos novos agentes, pioneiros, que incorporavam os territórios à economia nacional capitalista. No mesmo sentido, pode-se

entender que a ideologia do pioneirismo tende a invisibilizar não só as populações nativas, mas, por diferentes maneiras, todos os agentes defrontados e subalternizados pela expansão econômica sobre os territórios ainda não sob a égide de uma sociedade propriamente capitalista. Cabe assinalar, também, que neste caso a própria noção científica de frente pioneira encontra-se colonizada.

Seria necessário um trabalho específico para investigar o processo de colonização que originou Porecatu por meio do arcabouço analítico delineado por Martins (2016), e aqui esboçado em termos elementares. Assim, cabe esclarecer que o mote crucial desta exposição é sua capacidade de demonstrar dimensões econômicas, políticas e simbólicas de um único processo e como um único processo: a colonização. Martins (2016) consegue imprimir isto, a meu ver, quando trata do processo da fronteira, como realidade singular e substantiva, para o caso brasileiro. O que interessa é ressaltar a complexidade e singularidade do contexto de fronteira de maneira geral, e, em Porecatu, até onde meu esforço empírico permite. Para o contexto que estudo, e como regra geral, esta complexidade é escamoteada por conflitos e violência que, no plano das representações, se reproduzem e se perpetuam nos processos de enquadramento da memória, onde, por sua vez, é silenciada conforme a fixação de determinados mitos em disputa (do pioneiro, no caso) que prevalecem na produção das narrativas que atravessam a memória oficial e pública e, de maneira inerente, silenciam outras narrativas.

3.2 Revisão bibliográfica analítica acerca da colonização do Norte do Paraná

Ao passo que Martins (2016) reconstitui e explica esta contradição na maneira de se compreender a realidade da fronteira, Tommasino (1995) aponta na tradição historiográfica e também em trabalhos de geógrafas e geógrafos dedicados ao Paraná. Utilizo alguns desses autores neste tópico - Bernardes (1953); Müller (1956); Westphalen (1968) – com o propósito de me servir de informações e da densidade descritiva contida nestes, embora ciente de suas limitações epistêmicas, e também com propósito de, justamente, expô-las, colocando-as em contraste com outras narrativas.

Conforme Müller (1956), [embora povoado por povos ameríndios a milhares de anos], o Norte do Paraná começa a ser colonizado e povoado – [pela sociedade colonial que se forma após a conquista ibérica da América do Sul] - a partir do século XVII. Esta região estava inserida na Província de Guaíra, pertencente ao Império Espanhol. Este

apoiou a fundação de reduções jesuíticas, visando à catequização e controle do povo Guarani. Mas as missões não duraram muito. Ainda na primeira metade do século XVII elas já haviam sido destruídas por incursões dos bandeirantes paulistas, quando os grupos indígenas reduzidos foram repelidos para o Rio Grande do Sul, junto com jesuítas (Tommasino, 1995) e à margem direita do rio Paraná. Embora historiadores afirmem que após o fim das missões jesuíticas o Paraná tenha permanecido em relativo vazio populacional indígena, Tommasino (1995) demonstra que ele passou a ser repovoado pela expansão de Guaranis e outros grupos não reduzidos. A autora citada neste parágrafo também trata das origens dessa invisibilização dos habitantes originais, os indígenas³¹, fundamentando-a no contexto de disputa do território colonial do Paraná com o Império Espanhol. Aí, a disputa e a conquista era entendida como por sobre as terras espanholas, e não sobre os indígenas, que eram apenas “empecilhos”, como as florestas e animais (Tommasino, 1995).

No século XVIII o Norte paranaense não foi alvo das correntes de colonização massivas, mas foi gradualmente repovoado por seus povos originários. No século XIX foi retomada sua colonização, ainda que incipiente. São fundados os aldeamentos de São Pedro de Alcântara e São Jerônimo da Serra e a Colônia Militar de Jataí, em 1855, na margem direita do rio Tibagi, com o intuito de proteger essa grande área do ditador paraguaio Solano Lopez. Estes povoados se mantiveram isolados e estagnados até o início da colonização, no século XX (Müller, 1956). Segundo Tommasino (1995), esses aldeamentos eram parte de uma rede maior, que visava estabelecer e controlar uma rota terrestre entre a capital do Império e o Mato Grosso e iniciar o aldeamento dos Kaingáng (tidos com grande fama de resistentes e ferozes) nos sertões do rio Tibagi e adjacências. Nestes aldeamentos, que foram os primeiros da região em que está o atual Norte do Estado

³¹No século XVIII teve início a conquista da região dos Campos Gerais, domínios dos Kaingáng e dos Xoklég.

Os exploradores deixaram registros minuciosos desses primeiros contatos com os habitantes das florestas subtropicais da Província do Paraná. Mas é interessante ressaltar que a historiografia oficial não considera essa expansão como sendo de conquista das terras indígenas e sim como uma disputa pela posse com os espanhóis. Os indígenas aparecem como obstáculos a serem vencidos, numa proporção semelhante à dos animais e das florestas, com empecilhos à implantação do “progresso e da civilização”.

Como não se reconhecia, portanto, desde o início, o direito territorial dos povos indígenas, a referência, para os colonizadores, antes e depois da “descoberta”, é o Tratado de Tordesilhas e posteriormente, os de Madrid e Santo Ildefonso. Embora pareça elementar, é importante ter em mente estes dados para que se possa compreender porque, ao longo de toda a história oficial, não há lugar para os índios enquanto humanidade específica (Tommasino, 1995, p.85).

do Paraná, foram aldeados contingentes dos índios Kayoá, sobretudo em São Pedro de Alcântara (Tommasino, 1995).

Em 1862 havia no Norte do Paraná, portanto, as colônias de São Pedro de Alcântara (Jataí), São Jerônimo da Serra e as aldeações na foz dos rios Pirapó e Santo Inácio, algumas delas incorporando indígenas Kayoás. Neste ano uma expedição saiu de Jataí com destino ao aldeamento de Pirapó, com o objetivo de ligar São Pedro de Alcântara a este e encontrar os campos habitados pelos Kaingáng. A expedição teria passado pela região das atuais Londrina e Araçongas, tendo encontrado grupos de Kaingáangs no caminho (Tommasino, 1995). Este relato, referente à época das primeiras incursões de ocupação paulista, no Norte Velho, e mais o dito até o momento, informa, então, a presença de grupos não aldeados de Kaingáangs, Kaingáangs em processo de aldeamento e os Kayoás aldeados, todos na região entre os rios Tibagi e Pirapó. Porecatu está situada no centro norte dessa região (às margens do Paranapanema), compreendida pelo Pirapó a oeste, Tibagi a leste (ambos afluentes do Paranapanema) e Paranapanema ao norte. Em relação à presença dos indígenas no Norte do Paraná, a autora sentencia:

Na virada deste século, dado o quadro de abandono, podemos deduzir que os Kaingáng retornaram para as florestas principalmente para a região de serras entre os rios Tibagi e Cinzas. Denúncias de chacina dos Kaingáng do rio das Cinzas apareceram na imprensa entre 1911 e 1913. Baldus se refere à chacina de índios Kaingáng na Serra da Pitanga em 1923 (Baldus, 1947, p.76). No final dos anos 20 e início dos 30, os últimos Kaingáng livres foram pacificados pelo SPI e pela equipe da Companhia de Terras Norte do Paraná-CTNP (Tommasino, 1995, p.128).

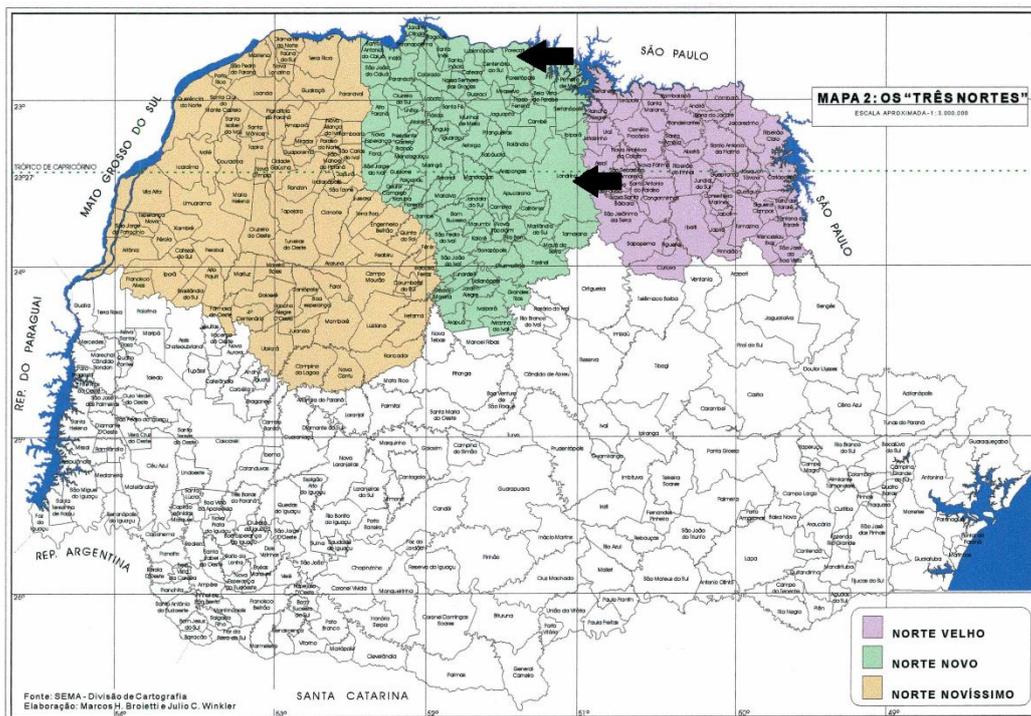
É necessário assinalar que este é o contexto da frente de expansão econômica sob égide da cafeicultura paulista. Em relação ao genocídio dos indígenas, é marcante a presença dos bugreiros. Tommasino (1995) narra diversos episódios onde agiam estes profissionais cujo ofício era aniquilar grupos inteiros de indígenas. A ação deles é lembrada por pessoas que vivenciaram os processos de colonização de territórios na virada século XX em diante, no Paraná, São Paulo e demais estados do Sul.

Na segunda metade do século XIX inicia-se uma nova etapa de colonização e povoamento do Norte do Paraná. Este processo foi empreendido pela cafeicultura paulista *“a partir de 1862, efetuando-se as primeiras penetrações através dos cursos superior e médio do rio Itararé. Eram fazendeiros paulistas que, seguindo a marcha para Oeste do café, foram atraídos pelas manchas de terra-roxa da região”* (Müller, 1956, p. 98). São formados os primeiros núcleos Colônia Mineira (1862), hoje Siqueira Campos; Santo

Antônio da Platina (1866), Venceslau Brás e São José da Boa Vista (1867) que balizaram a frente pioneira em direção Oeste, alcançando o rio das Cinzas, a partir de onde perde impulso e se enfraquece (Müller, 1956).

Colonizado o vale do Cinzas, “as correntes de povoamento descobriram o planalto arenito-basáltico, cuja colonização se processou em duas fases: a mais antiga, que se desenvolveu nas três primeiras décadas deste século [XX], abrangendo a área compreendida entre o rio Itararé e o Tibagi” (Müller, 1956, p. 98), o que hoje se convencionou chamar de Norte Velho; “e a mais recente, [a partir da década de trinta do século XX] de colonização dirigida, que, por iniciativa particular ou oficial, promoveu a ocupação do planalto do Tibagi às barrancas do rio Paraná” (Müller, 1956, p. 98), região a qual se convencionou denominar de Norte Novo, onde se situa a região de Porecatu, e o Norte Novíssimo, mais a oeste. A seta preta superior indica o município de Porecatu, a inferior o de Londrina (mapa 3) (SEMA *apud* Broietti, 1999, p. 37)

Mapa 3 – “Os três nortes” do Paraná



37

O colonização avançava rapidamente sobre as grandes extensões de terra-roxa. Entretanto, deixava na sua retaguarda extensas áreas recobertas de matas e sem ocupação, onde, por algum motivo, não era propícia e/ou não se consolidou a constituição de cafezais de imediato. Essas áreas ficaram como reserva para futuras especulações em momentos mais propícios para sua valorização, e se destinaram em maior parte ao

mercado de terras de pequenas propriedades (Müller, 1956). Cabe notar que as chacinhas de indígenas comentadas por Tommasino (1995) coincidem com a época e a localização da chegada do empreendedorismo cafeeiro paulista no Norte do Paraná, em específico no Norte Velho.

A relativa morosidade com que os trilhos do ramal do Sorocabana, partindo de Ourinhos, avançava a leste do Tibagi limitava o ritmo de avanço da colonização nesta área. Logo, ao passo que essa região seguia um ritmo menos acelerado, iniciava-se, de maneira impetuosa, a colonização a oeste do Tibagi por pioneiros vindos do norte (do Estado de São Paulo) atravessando o rio Paranapanema (Müller, 1956). É nesta região e contexto que se constitui Porecatu.

Como é possível notar com essa breve exposição, alguns fenômenos políticos e econômicos de contexto amplo (regional e nacional) se entretecem para compor a trama que aqui pretendo analisar: a formação do município de Porecatu e seus conflitos agrários. Em um contexto mais regional e econômico, destaca-se a avanço da frente cafeeira paulista. A história de Porecatu é a história da formação de um município em um território de fronteira agrícola relativamente recente, na expansão da frente cafeeira paulista (Ferreira, 1984) sobre a vertente sul do vale do rio Paranapanema, no centro do Norte Paranaense. Conforme Müller (2001³², p. 89).

Do ponto de vista econômico e paisagístico, o Norte do Paraná – criado pelo extravasamento da cultura cafeeira paulista – tem pontos de contato com o Estado de São Paulo. Por outro lado, no que se refere aos traços fisiográficos, tem íntimas relações com o conjunto do Estado do Paraná, uma vez que reúne porções que fazem parte de regiões naturais que a ele pertencem. Desse jogo de afinidades deriva a originalidade do Norte do Paraná: é um capítulo da vida paulista, mas, em território paranaense.

Os processos aqui descritos podem, outrossim, ser compreendidos dentro de um processo de espacialização do capitalismo sobre territórios ainda não subordinados ou integrados ao mercado. Neste caso, é a agricultura capitalista paulista, pela cultura tropical do café, que realiza tal processo, no qual há a supressão do ecossistema (predominava a floresta estacional semidecidual, uma variação pertencente ao bioma Mata Atlântica) predecessor em toda a região norte do Estado do Paraná, e a substituição deste pelos agroecossistemas com predominância de monoculturas de produtos comerciais, voltados para a exportação. O avanço da fronteira aqui comentada se limitou

³²Artigo publicado originalmente no Boletim Paulista de Geografia, n.22, p.55-97, março, 1956.

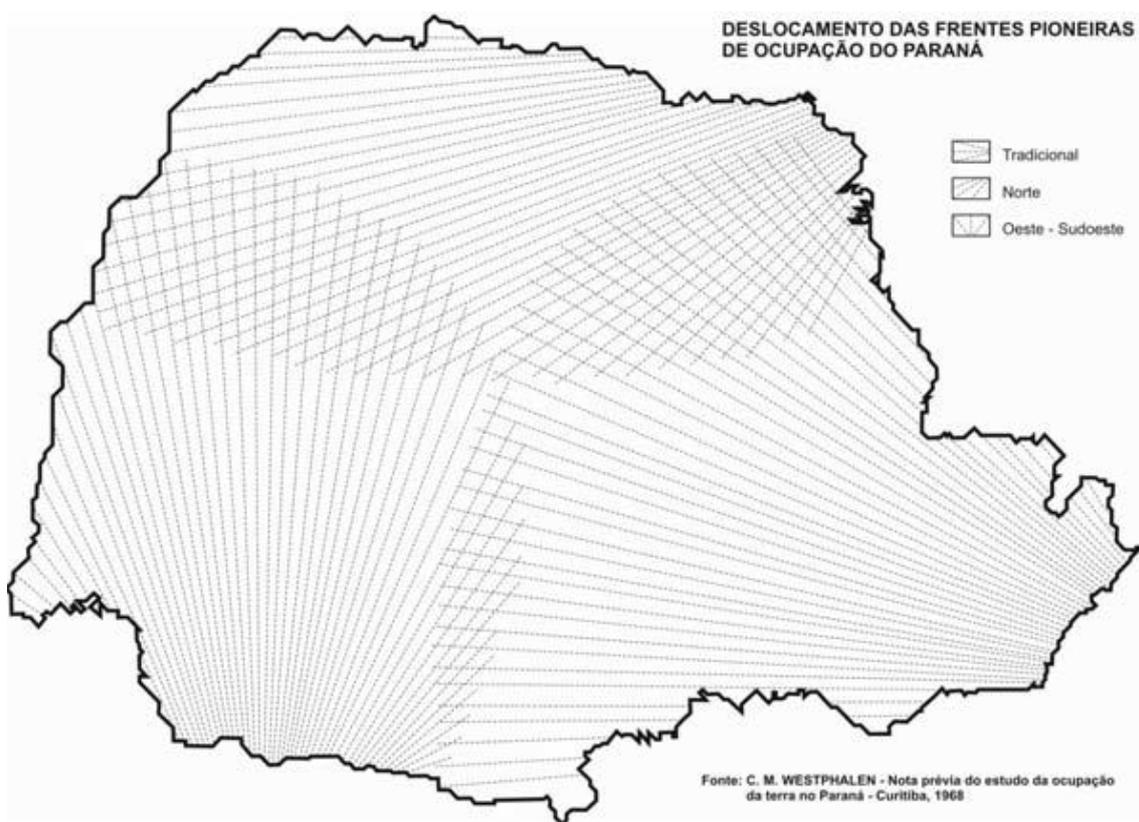
ao norte do estado, principalmente por conta de suas características edafoclimáticas, tendo como o principal fator o fenômeno ambiental das geadas, cuja intensidade e frequência não inviabilizavam o desenvolvimento dos cafezais e sua rentabilidade (Müller, 1956).

Bernardes (1953) comenta que, ainda que a região apresente temperaturas baixas, já ocorrem as duas estações anuais que caracterizam o regime pluviométrico essencial para culturas como a do café: verões chuvosos e invernos secos. Contudo, segundo a mesma autora, o que mais contribuiu para a valorização [capitalista] das terras do Norte do Paraná foi sua conhecida terra roxa. Esta região possui áreas contínuas deste tipo de solo, muito mais extensas do que as encontradas no Estado do São Paulo. “*A terra roxa, de grande fertilidade, valorizou todo o Norte do Paraná e tem sido o chamariz para os milhares de indivíduos que para aí ocorrem desde o começo do século*” (Bernardes, 1953, p. 357). Pode-se, então, falar em uma interdependência de fatores geoeconômicos e ambientais para a valorização das terras e colonização do Norte Paranaense na forma como estas se deram, ou seja, sob égide da economia capitalista paulista em expansão. A seguinte sentença traz elementos relativos à interdependência à qual me refiro.

Recoberto em sua quase totalidade pela mata latifoliada perene subtropical, rica em madeiras de lei (...), o Norte do Paraná representa, na realidade, a extensão, ao sul do Paranapanema, das ricas terras cafeeiras do vizinho estado de São Paulo. (...) de relevo suave, livres em sua maior parte das geadas e seus efeitos prejudiciais, esta região constituía de fato uma grande reserva de terras virgens próprias para a lavoura cafeeira. Por outro lado, sua proximidade do Estado de São Paulo implicava em certas facilidades de transporte e mercado que ajudam a explicar o interesse havido na aplicação de grandes capitais para sua colonização e o êxito deste empreendimento, revelado pelo avanço rápido da frente pioneira (Bernardes, 1953. p. 357).

Conforme Westphalen (1968, apud Sonda, 2010) (mapa 4), - e complementando a descrição feita acima - , o Paraná foi colonizado a partir de três frentes: a Oeste – Sudoeste (gaúcha), a do Paraná tradicional (curitibana), e a Norte (paulista). O mapa 4 serve à ilustração e referenciamento geográfico do processo aqui comentado.

Mapa 4 – As frentes de ocupação do Paraná



É importante salientar que o processo de expansão da fronteira agrícola pela colonização capitalista de novos territórios não ocorre com o avanço de um *front* contínuo³³. De modo contrário, ele se desenvolve conflitivamente, com a marca de grandes discontinuidades geográficas, paisagísticas, sociais, econômicas e temporais. É interessante notar que Bernardes (1953, p. 337), ao dizer, oportunamente, da descontinuidade paisagística da frente pioneira, a define, como geógrafo, no sentido em

³³“Esta expansão do povoamento para oeste em direção ao rio Paraná não se processou progressiva e regularmente desde a fronteira paulista, ao norte, até os limites de Santa Catarina. Por um lado, pode-se adiantar que não houve em época nenhuma uma "frente" contínua, separando as áreas em desbravamento do sertão deserto. Há, mesmo, zonas em que até hoje não se registrou um avanço do povoamento que possa ser caracterizado como realmente pioneiro.

Nem sempre, não há dúvida, se pode traçar com exatidão o limite dessa zona pioneira, não sendo possível reconhecer na paisagem a "frente" onde se desenrola a batalha diária do homem com a floresta. É preciso salientar que esta frente pioneira não corresponde com frequência ao limite do povoamento. Há casos, não há dúvida, em que o povoamento se expande sobre uma zona ainda indevassada ou, pelo menos ainda totalmente despovoada e então a frente pioneira corresponde realmente à fronteira do povoamento. É mais freqüente, no entanto, o avanço pioneiro se processar em uma região já povoada por elementos dispersos, agricultores nômades, ou mesmo criadores de gado que precedem o povoamento regular. Neste caso, a fronteira do povoamento não corresponde a uma "frente" pioneira e nem mesmo se pode considerar como zonas pioneiras as áreas ocupadas por estes elementos isolados” (Bernardes, 1953, p. 336-337). Grifos meus.

que Martins (2016) aponta. Outrossim, deixa nítida a impressão do *ethos* colonizador e seu mito, em versão científica.

Cabe aqui lembrar que a simples penetração de indivíduos isolados adiante das zonas regularmente povoadas não pode ser considerada como o avanço pioneiro. Na verdade, as áreas povoadas esparsamente por agricultores nômades desbravadores da floresta que poucas relações mantêm com a retaguarda, não são realmente zonas pioneiras. A existência de uma zona ou faixa pioneira pressupõe uma intensificação no povoamento e na ocupação agrícola de uma zona, uma aceleração da área [de floresta] derrubada, um afluxo regular de população proveniente de outras zonas mais velhas, a abertura de estradas, o aparecimento de vilas e cidades.

Trata-se da divisão clássica no pensamento sobre fronteira, apontada por Martins (2016). Só pode ser concebido como pioneiro aquilo que é parte da sociedade nacional propriamente capitalista, e que porta as suas formas econômicas, de habitação e significação do espaço e da vida. Os “agricultores nômades desbravadores da floresta”, precariamente incluídos nesse mesmo mundo, são, por sua temporalidade distinta, colocados como o Outro. Logo, não são pioneiros, embora tenham chegado primeiro.

Como apontado anteriormente, há uma tessitura conjuntural, de acontecimentos e contingências para a ocorrência da realidade aqui tratada. No plano político e institucional mais geral, destacarei como parte desses fenômenos, agora de abrangência nacional e refletido regionalmente, a moralização da política agrária e fundiária do Estado do Paraná após a Revolução de 1930 e a consequente intervenção federal nos estados. Isto determina uma nova fase de colonização interna que repercute nos territórios ainda não incorporados “racionalmente” pela economia nacional.

O fordismo periférico do projeto varguista (Silva, 1998) tinha na questão agrária nacional um ponto fulcral. A estratégia de articular a incorporação subordinada do campo brasileiro ao projeto de nação do Estado Novo trazia muitos desafios em si, e suscitava outros tantos, no plano econômico e político, conforme era efetivada. Nesta, o campo precisava ser integrado e modernizado para contribuir e viabilizar um mercado interno, bem como garantir a produção de alimentos para este mercado, primeiro patamar (Silva, 1998) para construção de uma economia nacional moderna.

Torna-se de suma importância estratégica, conforme o próprio Vargas, (apud Silva, 1998) “*povoar racionalmente o País*”, ligando seus núcleos demográficos isolados, e, sobretudo, estimulando ocupação dos “espaços vazios” do País. Incentivava-se, então, a mobilidade da fronteira econômica para incorporar estas regiões ao processo produtivo,

colonizando os sertões (Silva, 1998). Para tanto, e como tática, o governo passa a ventilar amplamente a ideologia bandeirante, cristalizada no ideário da Marcha para o Oeste (Silva, 1998). Entretanto, e conforme o mesmo autor, “*toda a ação colonizadora, povoadora ou mesmo de incentivo à produção buscada por Vargas vai chocar-se, muito rapidamente, com um ordenamento fundiário caótico, desigual e concentrador*” (1998, p.3). Na política agrária implementada entre 1930 e 1945 estará o ponto limitante, mas também uma possibilidade de demonstração da capacidade de Vargas levar a cabo seus objetivos (Silva, 1998).

No caso paranaense, tal política foi chefiada e concebida pelo interventor Manoel Ribas. Segundo Priori (2011, p. 32; 2012, p. 144), “*Diversos decretos regulamentando a política de terras no Estado foram publicados nos anos imediatos à intervenção federal [no Estado do Paraná]. O mais importante deles foi o Decreto Estadual No. 800, de 08 de abril de 1931*”.

De acordo com Priori (2011, 2012), esse decreto muda drasticamente o esquema delineado até então para se adquirir terras no Paraná. Nele, não era mais prevista concessão de terras devolutas a particulares. Referia-se a estas somente para o caso de revalidação de títulos, provisórios ou definitivos. Outro ponto importante é a “*ampliação no conceito de “concessionário”: ele deixa de ser aquele indivíduo ou empresa que recebe uma grande gleba de terra, com o objetivo de revendê-la para terceiros, e passa a ser “comprador de terras do Estado”, devolutas ou em lotes coloniais*” (Priori, 2011, p. 32; 2012).

Priori (2011, 2012), com base em estudo mais detalhado dessa lei, da socióloga Ana Yara Lopes, aprofunda a análise da lei. Destaca que, nela, “comprador de terras devolutas” e “posseiro” se igualaram em condições. Qualquer um teria o direito de pleitear um lote de terra de até 200 hectares, com preço de no mínimo dezoito mil réis o hectare, com acréscimos, por hectare, conforme as características de valorização da área: localização, fertilidade, etc. O pleito se dava por um processo burocrático pré-definido, onde o comprador obteria o título definitivo do lote somente se comprovasse, no prazo de dois anos, a presença de “morada habitual e cultura efetiva” e efetivação do pagamento do preço integral da área requerida.

Segundo este autor:

O Decreto Estadual No. 800, de 1931, era, de certa forma, resultado de uma transformação na política de concessão de terras a particulares e da reorganização do Departamento de Terras, que visava colocar o Estado como o principal agente da fiscalização, da colonização e dos negócios de terras. Mas foi, sobretudo, a partir de 1939, com a publicação da Portaria No. 8.568, que o Interventor Manuel Ribas, governador do Paraná, determina uma ação mais intensa do Estado no sentido de organizar uma nova fase de colonização de terras, chamando para si a responsabilidade de organizar diversos núcleos e colônias oficiais. (Priori, 2011, p. 33-34; 2012, p. 144-145).

A partir destas determinações são formadas colônias importantes em várias regiões de Estado, inclusive na região de Porecatu formam-se as colônias de Jaguapitã e Centenário.

Conforme o próprio Manoel Ribas, eram necessárias essas medida do Estado para limitar a especulação, a ação criminosas de negociantes, aproveitadores e, sobretudo, a grilagem. Para tanto, o Departamento de Terras passou por grande incremento, tornando-se o órgão mais importante de 1939 em diante. Embora o Estado tenha passado a centralizar em muito a colonização, duas empresas de colonização continuaram a operar sob contrato com este: a Companhia de Terra do Norte do Paraná³⁴ e a empresa do Engenheiro Francisco Beltrão (Priori, 2011, 2012).

A política do Interventor visava alinhar o Paraná à política agrária de Getúlio Vargas, agora no bojo político e econômico da “Marcha para o Oeste” (Ferreira, 1984; Priori, 2011, 2012). Buscava-se a intensificação e diversificação da produção agrícola, nos moldes da pequena propriedade tradicional, visando diminuir a dominância do latifúndio, povoando as zonas de fronteira agrícola e terras devolutas, através de processos dirigidos não violentos e, [sobretudo], criando uma camada de pequenos proprietários (Priori, 2011, 2012). Segundo o autor:

A política de Vargas para o campo expressava o “rompimento com o pensamento agrário-conservador” (Linhares; Silva, 1999, p. 103). As exportações tradicionais de produtos agrícolas diminuíram

³⁴A colonização intensiva do planalto arenito-basáltico, em moldes modernos, teve início em 1929 e foi obra da Companhia de Terras Norte do Paraná. Esta organização, que empreendeu uma das mais notáveis obras de colonização no Brasil, foi fundada com capitais ingleses (1.460. 000 £, em ações, e 375 000 £, em obrigações), começando por adquirir, no Estado do Paraná, uma gleba de 515.000 alqueires paulistas (12.643 km²). Formou-se, então, definitivamente, a Paraná Plantations Co. que, percebendo a grande importância que boas vias de comunicação teriam para seu plano, desdobrou-se em duas subsidiárias: a Companhia de Terras Norte do Paraná, que trataria da colonização, e a Cia. Ferroviária São Paulo-Paraná que, comprando o ramal Ourinhos-Cambará, procuraria levar os trilhos até as zonas de loteamento. As duas entidades, assim entrosadas, se completavam: enquanto a colonização garantia fretes à ferrovia, esta assegurava o fluxo contínuo de colonizadores para as frentes pioneiras (Müller, 1956, p. 100).

consideravelmente, a partir do crash de 1929 e do fechamento dos mercados internacionais, o que levou o setor a uma retração, “perdendo capacidade de gerar renda (e divisas) e, conseqüentemente, sua ampla autonomia política, passando a ser objeto da intervenção do Estado” (Linhares; Silva, 1999, p.104). Enquanto as exportações despencavam, por falta de mercado, internamente havia uma crescente demanda por alimentos e matérias-primas (Priori, 2011, p. 36; 2012, p. 146).

Ferreira (1984) traz uma interpretação complementar à de Priori e de Silva, neste sentido. Segundo ela, a *Marcha para o Oeste*, anunciada em 1938 como grande meta do Estado Novo, tinha como um de seus objetivos reforçar a unidade da nação. Para tanto, o governo tinha de ter preponderância no processo de ocupação efetiva dos territórios brasileiros. Estes princípios norteadores seriam viabilizados e realizados incentivando a migração de populações das zonas com maior densidade populacional para as de “vazio demográfico”. A autora continua, dizendo que

A prioridade seria a organização, pelo Estado, de colônias onde a pequena propriedade fosse predominante. A *Marcha para Oeste* constituía-se, portanto, num discurso bastante condizente com o Estado autoritário nacionalista que se delineava desde 1930: a postulação da unidade ou integração nacional como contraposição aos regionalismos; a colonização efetiva como forma de aliviar tensões nas zonas velhas e nas cidades; a colonização com populações nacionais para evitar a imigração, numa conjuntura internacional indefinida e com o risco de importar *ideologias exóticas*, o privilegiamento relativo da pequena propriedade, como forma de solapar sem enfrentamento direto os alicerces do latifúndio, com o surgimento de novos atores sociais — os pequenos proprietários rurais, uma nova classe média pretensamente desvinculada do domínio das oligarquias rurais e, ao mesmo tempo, insensíveis a ideias subversivas de esquerda (Ferreira, 1984, p. 65-66).

No entanto, a política varguista acabou, efetivamente, sendo apenas acessória a processos espontâneos de ocupação de terra, ainda que, no discurso e na legalidade objetivasse a colonização oficial. Ademais, a dificuldade de administrar o antagonismo entre pequena propriedade e o latifúndio, junto à falta de recursos para financiamento dos projetos, limitaram os governos estaduais na efetivação da colonização oficial. Apesar das restrições, houve ampliações significativas na Centro-Oeste e de maneira menos expressiva na Amazônia (Ferreira, 1984).

Compreendo, com o exposto, uma espécie de sobreposição de processos políticos e econômicos que criaram condições para conflitos no campo. Basicamente, um processo histórico mais longo e espontâneo: o avanço do capital agrário paulista em suas várias etapas e configurações econômicas, desde a Vale do Paraíba, Oeste paulista, Sudoeste paulista e sua última etapa, Norte do Paraná (Dean, 1996); e o projeto varguista de

ocupação dos “espaços vazios”, mais dirigido pelo Estado, que, ao menos na região em questão, não teve sucesso em suas táticas de evitar os choques com o ordenamento agrário estabelecido. A isso, soma-se a queda de Getúlio Vargas e seus interventores, que no Paraná resultou na eleição do Moysés Lupion e em um giro de 180 graus na política de colonização. O que há de comum nestes processos é que são atravessados e dinamizados simbolicamente pela ideologia colonizadora, seja do pioneirismo, da “ocupação do racional” dos “espaços vazios”, da Marcha para o Oeste etc.

Pensando com Martins (2016), é possível identificar o conflito de Porecatu como o choque entre agentes de uma expansão demográfica, fortalecida pela política de Vargas/Ribas, e o avanço da expansão econômica, tendo a frente pioneira como égide. Neste contexto, a temporalidade do campesinato, ainda em precária relação formal com a terra conforme as instituições modernas e capitalistas, começa e passa a ter cada vez mais imposta sobre si a necessidade de se colocarem em relação com a terra segundo estas mediações mercadológicas, legais etc. Nesta transição, a mediação do capital – do pioneiro paulista – é violenta enquanto se impõe e se estabelece definitivamente, com o “fechamento da fronteira”. Passado esse período, onde a violência é mais cruenta e generalizada, a reprodução do que se estabelece passa e se opera em outros campos. Agora, torna-se necessário invisibilizar, silenciar, colocar no esquecimento, não dizer, justamente o processo que lhe é ontologicamente constituinte. Isto é, em si mesma, a própria reprodução da hegemonia deve ser interpretada como perpetuação da violência. Ainda mais quando os traumas ainda estão vivos em testemunhas presenciais deste passado, como se verifica na realidade aqui investigada.

Para o Norte paranaense, as narrativas dominantes e oficiais acerca da sua colonização têm como essência a mitologia do pioneirismo e invisibilizam o seu Outro, sejam eles indígenas, caboclos ou camponeses. O relato a seguir sugere a mitologia de pioneirismo também como algo transversal às divisões de classe, como elite/subalternia, capital/trabalho e entre setores econômicos.

Vinicius: família Lunardelli que construiu isso daqui. Foi pai e mãe de Porecatu, sabe? Família Lunardelli foi pai e mãe de Porecatu. Eu vou dizer uma coisa pra você: patrão igual aqueles, não pinta outro aqui nessa região aqui, não! Que eles era bom! Bom mesmo!

Ela [a mitologia] se cristaliza numa espécie de figura carismática, a família Lunardelli, mediada por um discurso de subserviência e colocados como demiurgos para a existência de Porecatu.

Julgo válido refletir sobre tais questões colocando-as, ainda, em termos demográficos, onde se revela ainda mais mitológica tal narrativa. Entre as pessoas com as quais conversei ou entrevistei e que migraram para Porecatu logo na sua origem, temos representantes da Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais, Goiás e São Paulo. Também foi frequente a menção aos caminhões de “nortistas” trazidos frequentemente, para trabalhar nos serviços duros. Como lembra o senhor Miguel, “*todo ano aqui em Porecatu vinha os caminhão. Trazia cheio de nortista. Tudo [todo mundo] queria vir. Sortava aqui [diz ele, fazendo um gesto amplo com a mão]*”. Sobre isso, o senhor Lázaro³⁵ oferece mais detalhes. Ele tem 86 anos e chegou à região de Porecatu com cerca de 15 anos, em 1946, vindo da região de Montes Claros/MG. Trabalhou durante a primeira safra da UCP como cortador de cana. Ele alega sempre ter tido sorte, pois nunca precisou “ficar pegando no pesado”, ou seja, sempre conseguiu pegar os serviços menos pesados e melhor colocados, tendo apreço junto aos patrões. Trabalhou durante 60 anos na usina, principalmente no setor de transporte, onde chegou aos cargos de chefia e se aposentou. Ele narra:

Lázaro: quando chegava a safra, eu trabalhava no transporte, eu que fazia a distribuição do povo. Eu soltava caminhão desse Paraná tudo. Buscando gente, pra cortar cana. Naquele tempo de pau-de-arara. Não sei se ocê ouviu fala. Pau-de-arara, nós pegava aquele povo nortista. Fazia, cobria o carro em cima com uma lona, e ia lá pro norte e vinha aqui cheio de gente pra poder cortar cana. Aquele povo. Buscava gente no Pernambuco, na Bahia, vários lugares de Minas, Sergipe, Alagoas. Buscava gente pra todo esses estados.

Adriano: o senhor ia nessas viagens?

Lázaro: não, eu não ia, que eu tomava conta do movimento. Pra cada lugar desses, eles mandava um agenciador.

Adriano: quem era o agenciador?

Lázaro: agenciador era o próprio administrador da fazenda. Ele que ia, e chegava lá, ajustava o povo, enchia o caminhão e vinha embora pra cá.

Embora a migração fosse regulada pelo trabalho sazonal da colheita nas grandes fazendas, muitos desses trabalhadores permaneciam definitivamente. Algumas migrações, como esta aqui mencionada, ocorreram sob gestão desse capital, por uma demanda de trabalho para a viabilidade de sua reprodução. Na verdade é mais um exemplo de como esse capital – pioneiro ou não – necessita do Outro para sua reprodução, destruindo-o e/ou invisibilizando-o.

³⁵Entrevista em 16/10/16, Porecatu.

Outra dimensão desse mesmo processo - do choque entre temporalidades e as relações (poder, trabalho, etc.) - está presente na fala de Vitória³⁶. Ela nasceu em Porecatu em 1948. Irmã de Thaís e Silvia, também é filha de uma das primeiras famílias a chegarem em Porecatu. No entanto, saiu de Porecatu ainda antes de completar a maioridade, para concluir seus estudos. Entre idas e vindas, ficou 42 anos fora de Porecatu. Está na cidade há oito anos. Aposentou-se como enfermeira. Na seguinte fala narra memórias importantes para se pensar o processo da fronteira sob olhares complementares.. Trata-se da percepção *de dentro* destes processos. De pessoas cuja vida fez parte dele.

Vitória: mas aqui era muito mato, muito, o clima daqui era um clima muito frio. Isso aqui, o [tempo de] frio, [era] o frio. O [tempo de] calor, [era] o calor. A meia estação...[a mesma coisa]. Hoje em dia não tem mais. É outro clima. Você tá falando de coisas rurais, coisas assim. A devastação aqui foi muito grande. Tanto que, eu fiquei fora, uns tempos. Eu fiquei acho que dois? Dois anos sem vir. Sem vir, porque realmente na época a gente não tinha como. Não se podia ir e vir. Não se ia e vinha. Não se tinha muita ligação de telefone porque não existia tudo isso. Era só central de telefone. E eu cheguei aqui, quando eu descii aqui na coisa, eu não sabia aonde eu tava! Eu não sabia onde eu tava! Tão grande foi a devastação. Rápido. Porque veio a usina. Como se fosse assim, BUM! Casa, casa, desmata, derruba, derruba, cafezal, casa, casa, casa, vila, vila, que não acabava mais. E eu sentei, e eu não sabia onde eu tava. Sorte que uma pessoa conhecida [falou] “ô, fulana!”. Eu só chorava [e se perguntava] "será que é mesmo? Eu estou em Porecatu?". Eu não reconhecia a entrada. De tanto que foi assim um BUM. Eu me lembro da inauguração dessa usina. Me lembro de tudo. Mas a transformação ambiental daqui... Hoje em dia, eu digo, o que era antigamente, na minha época da menina, de jovem e adolescente, era esplendoroso, o clima. Hoje em dia não temos mais um clima. Não temos. Um dia faz sol, outro dia faz calor, outro dia você não aguenta! Queimadas imensas. Olha, anteontem nós achávamos: "nossa, vai chover!" Formou um negócio preto desse lado [apontando para o céu]. Aí essa daqui [apontando para a irmã] falou: "isso não é chuva". Nuvem, como se fosse uma coisa imensa assim, como se fosse uma bomba de Hiroshima, preta. Queimada. Dali a pouco o ar fica irrespirável. Você sente como se tivesse numa estufa. Numa estufa! O... e aí, quando a gente percebeu, do lado de cá, também. As duas. Você fica num, porque a cidade, se você olhar de cima, se tiver oportunidade de olhar, ela fica numa baixada. A primeira usina foi construída assim. A outra já fica mais no alto. Então, isso aqui vira uma estufa. O que eu digo, hoje mesmo eu recebi um comunicado que mais uma pessoa tá com câncer. Tem uma incidência de câncer nessa cidade! Que eu como enfermeira não consigo entender. Eu não consigo entender. A incidência de câncer aqui é muito grande! É muuuuito grande! Ninguém te falou? Mas eu falo. É uma cidade muito pequena pra incidência de câncer que tem aqui... É muito grande, rapaz. [...] O ar, o ar realmente, com as queimadas é [muito ruim], se não tiver ventando. Eles começam por fogo e fica irrespirável. E com poeira da terra, e em seguida o cisco

³⁶Entrevista em 23/10/16

preto da queimada. Que que isso causa no meio ambiente? Você passa a mão, naquele cisco, se você passa a mão assim, você vai sentir que é uma coisa oleosa. Ele é pegajoso. Um calor, uma coisa... Você se sente, você sente um cansaço... Vai te dando um cansaço físico. Então, a gente sente que é o ar.

A partir de uma memória afetiva, Vitória narra sua percepção das transformações ambientais de seu lugar de origem. Este foi um dos momentos mais significativos de sua narrativa. Ela entrou neste assunto espontaneamente, demonstrando grande carga emocional, especialmente a narrar seu retorno a Porecatu depois de dois anos em São Paulo. Ela voltou à mesma localidade de onde saíra. A mesma casa, porém, estava desterritorializada. Referências territoriais de sua identidade foram drasticamente alteradas. Sua angústia vem de não se identificar mais com aquilo que deveria ser a sua casa. Sua memória provavelmente seria outra, caso tivesse acompanhado estas mudanças morando no lugar. É interessante, na análise desta trajetória narrada, constatar que uma moradora nascida em Porecatu e tendo a lacuna de dois anos fora, durante uma época de intensa modificação socioecossistêmica, teve a possibilidade de chocar-se instantaneamente com toda dimensão e dramaticidade das mudanças.

Vitória narra, como continuidade, a insalubridade da vida que se torna uma característica do lugar, a partir de então. Alteram-se as relações socioecossistêmicas, altera-se a paisagem e a sua habitação.

Todas as entrevistas desta pesquisa foram realizadas com trabalhadoras e trabalhadores da frente pioneira em Porecatu. Como trabalhadores que são, em vários momentos o fio condutor da sua narrativa e que baliza suas histórias de vida é o trabalho. O seguinte trecho, de Miguel e esposa, Virgínia, auxilia a conceber uma imagem da paisagem originária descrita por Vitória e, conjuntamente e pela perspectiva do trabalho, compreender parte do processo de modificação apontado por ela. Virgínia é um pouco mais nova que Miguel. Ela tem por volta de 77 anos, e Miguel tem 88.

Virgínia: e nós foi formador de café [ela e sua família, ao chegar em Porecatu]. E não tem mais [formador], né.

Miguel: o fazendeiro comprava a fazenda. Em vez dele derrubar, mandava o pai dela, pegava quatro, cinco alqueire, derrubava e plantava café. [supondo] Eu ia lá, pegava quatro, cinco, derrubava e plantava café. O outro ia. Por quatro ano, ou seis anos. Uns pegava por quatro.

Virgínia: ele é dono daquilo por seis ano, sabe!É, tudo que produz ali, é da gente. Tudo é da gente. Durante 6 ano.

Miguel: é, ela pegou por seis, outros pegava por quatro.

Adriano: [e] depois?

Miguel: entregava. Entrega e não tem[tinha] nada. Mas, seis anos, desfruta seis anos [neste momento se expressa de modo a ponderar alguma vantagem, para o trabalhador, nesta modalidade de exploração do trabalho]. Desfruta a café, porque o café, com três anos, ele já produz.

Virgínia: só que, a gente, pensar bem, aquele mato todo ser tudo derrubado na mão...

Miguel: tudo no machado! Não tinha motosserra.

Virgínia: machado e foice. Primeiro eles vai com a foice e roça tudo pra depois ir e derrubar as árvores grandes. E, então, é difícil, meu Deus! Quando eu era pequena (risos) ah! Eu achava difícil!

Miguel: as árvores eram monstruosas! Não... de um metro e meio de grossura.

Virgínia: você conhece figueira? A figueira tem aquelas raízes grandonas, e quando derruba fica assim, deitada a árvore. E a gente escondia de chuva ali debaixo da raiz (risos).

Miguel: É, mais é grande. Tinha peroba de dois metro de grossura. Sem mentira. Eu conheci aqui, dois metro o toco dela em pé. E vendia, madeira barato. Era queimado tudo.

Adriano: e não vendia?

Miguel: punha pra queimar. Tirava [colhia, aproveitava], mas a maioria era tudo queimado. Fazer o que com aquilo? Aqui a serraria. Olha, Lupinópolis e Centenário tinha acho que umas oito serrarias cada um. Aqui em Porecatu, agente tinha a da usina aí, que era grande.

Fica registrada uma relação entre as formas de exploração do trabalho na frente cafeeira paulista, entendida como fronteira, e o modo de expansão desta. Isto foi amplamente debatido por José de Souza Martins (1981; 2016) e explorado em detalhe por Ferreira (1984) especificamente em Porecatu.

Os grandes fazendeiros, seja pela compra ou pela grilagem (como descrito anteriormente, as duas formas de aquisição ocorrem em condições privilegiadas econômica e politicamente, com a anuência do Estado), tomavam posse das terras ainda cobertas pela floresta. Estabeleciam contratos abusivos com trabalhadores, que como *formadores*, realizavam a valorização daquelas terras, trabalhando, como dito, durante quatro ou seis anos nelas. Derrubando a mata, abrindo caminhos, carreiros e estradas, transpondo obstáculos, construindo as primeiras benfeitorias, as roças e, sobretudo, plantando os cafezais. Por vezes, eles se endividavam com os donos da terra, pois necessitavam de implementos - para realizar a conversão das matas em terras agrícolas

para os próprios donos – pelos quais deviam pagar ao fim do contrato. Muitas vezes entregavam as terras e ainda ficavam em dívida com os proprietários.

De acordo com o estudo de Ferreira (1984), que analisa a economia de Porecatu entre 1940 e 1952, o gastos com bens de capital e insumos nas grandes fazendas e sítios eram insignificantes. Conforme a autora

Os dados sobre dispêndios de capital nas fazendas e sítios de Porecatu demonstram que se estruturou, na região, uma agricultura *primitiva*, com uma baixa composição orgânica do capital, onde se aproveitava a fertilidade natural das terras novas e se adotavam relações de trabalho que transferissem parte do custeio da atividade agrícola para os próprios trabalhadores³⁷ (Ferreira, 1984, 117).

A autora analisou os processos cíveis e criminais para o período estudado e constatou que, nestes, 73,7% eram empreiteiros formadores, também chamados apenas de *formadores*. Isto considerando apenas os litigantes principais dos processos, sem considerar os trabalhadores da família não remunerados. Este dado reforça a característica da região como de fronteira e ajuda a explicar a baixa capacidade de inversão do capital nas grandes fazendas de Porecatu (Ferreira, 1984).

Martins (2016), ao dissecar o processo de escravidão na *peonagem*³⁸, afirma que

o que a peonagem tem promovido na frente pioneira, desde pelo menos a expansão dos cafezais brasileiros para o oeste de São Paulo, no século XIX, é a produção de fazendas e não, fundamentalmente, a produção de mercadorias, nas fazendas, para o mercado de consumo; isto é, a peonagem tem produzido, sobretudo nos casos recentes, os meios de produção a serem utilizados pelo capitalista na produção de mercadorias (p.82-83).

Para expor sua essência e historizá-la, refere-se a um processo de trabalho idêntico ao do formador, mas com ocorrência ainda no período da escravidão negra. Neste usava-se trabalhadores livres, ao invés de escravos, na formação das fazendas de café, onde trabalhavam pelo simples direito de cultivar a terra. Desta forma, os fazendeiros reduziam os dispêndios financeiros na etapa de formação do empreendimento produtivo, pois os

³⁷Reproduzo aqui um trecho de uma entrevista de Ferreira (1984, p. 119) com um fazendeiro londrinense. Nele, o fazendeiro caracteriza a natureza dos contratos na modalidade de *formador*. Deixa claro, ademais sua conveniência: "Em Porecatu, em Londrina, em todo o Norte do Café naquela época, o custeio era feito de outra forma: nós empregávamos uns trabalhadores diferentes, chamados formadores e eles trabalhavam pelo direito do plantio. Se eles precisassem de um pouco de ajuda nós emprestavamos com nossos recursos próprios. Depois que a plantação produzia, então eles ganhavam em dinheiro pelo número de pés formados. Mesmo assim, eram poucos os gastos". Entrevista com Rafael Rezende.

³⁸Segundo Martins (2016), a maior parte dos casos de escravidão no Brasil tem ocorrido dentro das relações de trabalho deste tipo.

escravos eram um investimento elevado. Por conseguinte, os mesmos fazendeiros podiam investir já no próprio empreendimento constituído, por exemplo, comprando escravos. Ainda conforme Martins (2016), esta característica perdura nas frentes pioneiras e na peonagem atual.

A seguinte fala, de Camilo, nos ajuda a continuar caracterizando o contexto a partir da experiência dos próprios trabalhadores, e detalha, *de dentro*, a natureza das relações de trabalho na fronteira.

Camilo: tirava toco, muitas vezes com enxadão.

Adriano: E plantava como?

Camilo: plantava até quando tava sujo. Plantava! Exatamente. Café também. Muitas vezes vinha plantando café e tinha que desviar do toco, né, porque era tudo peroba, na mão, era machado. Ninguém conhecia motosserra. Motosserra acho que não tem 50 anos? Na época era tudo no machado. Foice e machado. Derrubava mato. [Supondo] Tá, chega lá, vai uma turma roçando, embaixo, né, roçando, vê onde vai cair a árvore, tudo direitinho. E aí pegava, dois, um aqui, um desse lado e outro de outro, né [para derrubar a árvore com os machados]. Então tinha até os cara que tinha mais valor, que tem uns cara, que a maioria das pessoas corta assim, [apenas] de um lado. Eu, por exemplo, corto assim [e faz o gesto com a mão, da direita para a esquerda], do outro lado eu não corto nada. E tinha cara que cortava tanto assim, como cortava assim [repete os gestos com as duas mãos, nas duas direções]. Esses cara ganhava dinheiro. Eles ganhavam por metro. Metragem. Esses cara ganhava um dinheirão. Rendia. E outra coisa, o patrão via você trabalhar, que que acontece? Pra você sempre vinha mais, pro outro vinha menos. Pagava a produção, né. Por produção.

Esses relatos, das condições em que se constituíam as fazendas comerciais em Porecatu em seu tempo de fronteira, foram recorrentes na pesquisa. Dizem muito da penosidade, precariedade e relações espoliadoras do trabalho, bem como do baixo nível técnico em todas as atividades agrícolas e de formação de empreendimentos agrícolas.

A seguir procedo à caracterização de um localidade que foi o epicentro do território camponês onde ocorreu o conflito de Porecatu: Vila Progresso. É interessante mencioná-la, pois esta, além de ter sido importante estrategicamente durante o conflito, foi o centro econômico, de intercâmbios e entrepostos alternativo à Porecatu, que também se formava no mesmo período, o da fronteira.

3.3 O caso de Vila Progresso³⁹

Primeiramente farei uma breve caracterização desta localidade que foi o núcleo dinâmico de uma porção específica do território de Porecatu em seu tempo de fronteira cafeeira.

Conforme consta da literatura e dos registros sobre o assunto, Vila Progresso foi o epicentro da Guerra de Porecatu. Hoje, está situada no município de Centenário do Sul, o qual antes de ser emancipado pertenceu ao município de Jaguapitã, que por seu turno foi parte de Porecatu até 1952. Aparentemente, esta aglomeração urbana se desenvolveu de maneira muito distinta da que foi característica de Porecatu. Enquanto a última, desde início, esteve marcada pela dominação política, econômica e simbólica da família Lunardelli, tendo sua trajetória e cronologia oficial praticamente sobrepostas à trajetória dessa família, é possível constatar que Vila Progresso se desenvolveu segundo um poder local bem mais diluído, uma maior autonomia, diversidade e dinamismo econômico. Esteve localizada no centro de uma região coberta majoritariamente por florestas, cravejadas de pequenos sítios, provavelmente em sua maioria posses. Eram os tempo áureos do café no Norte Paranaense. Havia, também, grandes fazendas nessa região. Tanto nas fazendas, quanto nos sítios de camponeses independentes, plantava-se café, como cultura para o mercado. Entretanto, associada àquela economia cafeeira estava uma rica economia de base camponesa que, embora atrelada a uma economia de mercado capitalista, possuía um grau de autonomia em relação a esta e abastecia uma sociedade fronteiriça com produção diversificada. Conforme diversos relatos, a vila era tão ou mais populosa do que a própria Porecatu e gozava da pujança econômica característica⁴⁰ das regiões de campesinato bem estabelecido. O seguinte trecho, presente no site do município de Centenário do Sul caracteriza brevemente a localidade em seu início e na atualidade.

HISTÓRICO DO DISTRITO DE VILA PROGRESSO - MUNICÍPIO DE CENTENÁRIO DO SUL

O Município começou a se desenvolver no início da década de 40, principalmente com o surgimento das fazendas cafeeiras. O Distrito de Vila Progresso, por exemplo, foi um grande centro comercial e conheceu o progresso, como o nome anunciava.

No bairro, cercado por florestas de peroba-rosa, habitavam mais de 30 mil pessoas. Ali concentrava um farto comércio com lojas de confecções, médicos e dentistas, cinco mercearias, vários bares, açougues e muita fartura.

³⁹Visita em 25/10/16.

⁴⁰Aqui, a noção camponesa de *fartura* é mais adequada do que uma noção economicista de pujança econômica.

Palco de um dos mais sangrentos conflitos armados que o Norte do Paraná já teve registro, o distrito de Vila Progresso, em Centenário do Sul, foi o pivô central da Guerra de Porecatu, no final da década de 40.

Pouco divulgada pelos livros de história, o conflito envolveu posseiros de terras, a quem o governo federal havia prometido áreas agrícolas caso desmatassem a região, grileiros que tentaram ocupar a região sem qualquer respaldo e os grandes fazendeiros. [...]

Atualmente, poucas pessoas que foram testemunhas e ainda estão vivas evitam comentar o assunto. Com o fim do Ciclo do Café, o êxodo rural provocou o esvaziamento do distrito. Hoje, pouco menos de 300 pessoas residem na região, a maioria boias-frias na condição de itinerantes (Prefeitura Municipal de Centenário do Sul)⁴¹.

Hoje, a vila é um pequeno bairro rural, está totalmente cercada por grandes fazendas inteiramente recobertas pela monocultura da cana-de-açúcar. Possui uma pequena escola de ensino fundamental I. O comércio está reduzido a dois bares que vendem também pequena variedade de alimentos industrializados e poucas utilidades domésticas. A rua principal foi duplicada e asfaltada há poucos anos. Além desta, há uma outra, paralela, e mais duas pequenas travessas que ligam estas paralelas em suas extremidades. Todas são de terra, exceto a principal. Espalhadas pela vila existem algumas pequenas casas antigas, aparentemente abandonadas. Há também um campo de futebol.

O despovoamento e decadência desta localidade foram tematizados nas reportagens de Pedro Paulo Felismino (Folha de Londrina, 1985) (foto 1) que trataram do conflito de Porecatu.

⁴¹Cabe ressaltar a grande diferença entre esta fonte oficial (site do município) em Centenário do Sul e Porecatu, no que tange a maneira como contam suas respectivas histórias.

Foto 1 – Box sobre Vila Progresso na reportagem de Felismino (1985)



Hoje, de fato, Vila Progresso está praticamente "fora do mapa". Já o município fundado e construído no contexto da expansão do capital da família Lunardelli (Porecatu) persiste, apesar de suas contradições e grande estagnação. Já aquele que era oriundo de um contexto territorial camponês mais autônomo e diversificado, como nucleação comercial e de serviços, foi solapado pelo ordenamento fundiário, social e produtivo que se impôs após o fechamento da fronteira⁴².

⁴² Somando-se a isso, há o evento climático da Geada Negra de 1975, que destruiu os cafezais do Norte do Paraná. No entanto, apesar de significativo, não entendo esse evento ambiental estocástico como amplamente explicativo para a situação socioeconômica dessa localidade. Estas questões exigiriam maiores investigações, mas sustento meu raciocínio em alguns pontos, que são: apesar de ter impactado profundamente a economia da região devido à perda das plantações da principal cultura comercial, antes mesmo da geada os sistemas produtivos da região já transitavam para outras culturas e já havia uma reestruturação em curso. Apesar das dificuldades enfrentadas, tanto pelo oligopólio da produção e do comércio, quanto pelos menores proprietários, outros polos cafeeiros do norte paranaense não apresentaram uma decadência tão acentuada e permanente. Creio que a geada de 1975 pode ter contribuído, na região de Vila Progresso, para acentuar uma situação já estabelecida: o monopólio da terra pelo capital sucroalcooleiro, devido à fragilização que pode ter provocado nas bases produtivas dos pequenos proprietários remanescentes após o fechamento da fronteira agrícola.

Em visita à Vila Progresso, me dirigi à escola, localizada na entrada da vila, a alguns metros do início da rua principal. As funcionárias que me receberam, por sua vez, disseram para eu conversar com o zelador, pois nenhuma delas era nativa ou morava em Vila Progresso, exceto ele. O zelador aparentava ter por volta de 35 anos, e estava sentado na frente da escola conversando com uma mulher também dessa faixa etária, e outra senhora aparentando cerca 50 anos. Me aproximei cumprimentando e perguntando se era ele o zelador. Falei sobre a pesquisa, que procurava pessoas conhecedoras do lugar e de suas histórias, de preferência as mais velhas e nascidas ali. As duas mulheres também disseram que não eram nativas do lugar. Pude detectar o esboço de algumas expressões peculiares nos rostos dos interlocutores. O misto de curiosidade, com leve desconfiança e até uma percepção cômica da situação, demonstrada na maneira como retribuía meu olhar e na maneira como se entreolharam à medida que iniciavam uma conversa na qual comentavam e avaliavam nomes de pessoas que poderiam ser indicados a mim. Falaram de algumas pessoas, as quais, no final, ou não eram antigas, ou não eram de lá. Por fim, concluíram que seu Marcos era alguém com quem eu poderia falar, pois era bem antigo e conhecedor das histórias. Me explicaram o endereço e segui pra lá.

A casa de Marcos fica na extremidade oposta da rua principal, na qual eu estava. Percorri, assim, toda a rua, sempre interpelando as pessoas que encontrava para perguntar sobre famílias locais antigas. Quase todas as pessoas que abordei diziam não poder me ajudar, alegando que não eram do lugar, moravam há pouco tempo ali e não conheciam pessoas de famílias antigas.

Marcos⁴³ mora numa casa relativamente confortável para os padrões de Vila Progresso. Chegou com a família na vila em 1955, vindo de Turmalina-MG. É um senhor lúcido e simpático. Foi acolhedor, dizendo para eu abrir o portão e entrar, antes mesmo dele chegar até este, quando eu, ainda na calçada, explicava a razão da visita. Sentamos na varanda e ele ofereceu um café. Continuei falando sobre a pesquisa e sobre porque era importante esta conversa com ele. O senhor concordou em conversar e de pronto começou a contar sobre sua vida. Neste momento eu perguntei se ele me permitia gravar aquela conversa, expliquei, em seguida, as condições de uso do material gravado na pesquisa. Ele sorriu serenamente, ao passo que acenava negativamente com a cabeça. Disse algumas palavras, em tom baixo, não inteligíveis, justificando sua negativa. Perguntei se

⁴³ Conversa em 25/10/16, Vila Progresso – Centenário do Sul.

eu poderia, então, realizar algumas anotações durante a conversa. Da mesma maneira foi negada esta possibilidade.

Segundo seu relato, quando chegou por lá, apesar de já existirem algumas fazendas abertas, a maioria das terras ainda estavam conservadas em matas⁴⁴. Segundo Marcos, da sua chegada em Vila Progresso, a cultura agrícola predominante era o café. Este, pelo que pude compreender, era plantado tanto pelos camponeses como pelos grandes fazendeiros. Muitos trabalhavam como formadores e como meeiros nas fazendas. O contexto de trabalho narrado vai de encontro ao postulado por Ferreira (1984). No entanto, na Vila Progresso e seu entorno houve o predomínio de uma economia camponesa associada às fazendas de café, e também um grande número de unidades produtivas (posses e sítios) de camponeses independentes. Trata-se da região onde se concentraram grande parte das centenas de famílias que acorreram à região por conta dos projetos de colonização implementados por Manoel Ribas, no final do década de 1930 e início do 1940.

Em dado momento perguntei sobre os conflitos de terra. Ele respondeu que ali havia ocorrido conflitos com ‘posseantes’, e que, quando ele chegou, em 1955, os conflitos já haviam cessado. Perguntei mais especificamente sobre os conflitos entre posseiros e fazendeiros entre 1947-51. Ele respondeu, me olhando de lado e com alguma malícia: “*ah, a revolução do Quiabo...*”. Quiabo era o apelido de uma das lideranças da resistência camponesa na chamada Guerra de Porecatu. Com seus irmãos, liderava um dos três grupos armados que compunham a guerrilha organizada entre os camponeses e o PCB (Felismino, 1985; Priori, 2011; Oikawa, 2011). Conforme Priori (2011), a conduta deste grupo durante o conflito é passível de alguns questionamentos acerca de sua submissão ao comando central do movimento, - que por seu turno emanava do Comitê Central do PCB - tendo eles não comparecido a uma ação importante, colocando, assim, vários combatentes em risco.

Na narrativa de Marcos, a reconstrução do personagem Quiabo adquire uma conotação que flerta com o folclore. Mateus diz que ele era ruim, matou muita gente, e, “*dizem que o Quiabo ainda tá vivo, de tão ruim que era*”, morando num município da região. Quiabo também se converteu no nome de uma localidade, onde antigamente

⁴⁴Isto corrobora a tese de Ferreira (1984), de que o conflito se deu em um contexto em que as áreas demandadas no território eram muito reduzidas em relação às áreas recobertas pelo ecossistema original.

morou sua família e, segundo este e outros relatos, formou-se uma vila, posteriormente. O seguinte trecho pode estar relacionado à suposta violência de Quiabo.

Com Lupion no poder, os fazendeiros e grileiros intensificam as pressões. No dia 2 de janeiro de 1947, por exemplo, surgia uma pequena amostra do que estava por vir. Por solicitação de Antonio Angelo, dono da fazenda Palmeira, o major Euzébio de Carvalho, então delegado em Porecatu, invade a posse de Francisco Lourenço Figueiredo, o “Quiabo”, e prende-o arbitrariamente. Francisco é levado, sob espancamento, até o curral da fazenda de um proprietário identificado por Hermínio, e ali conhece o inferno: é torturado durante todo o dia. Objetivo claro: intimidá-lo e obrigá-lo a deixar a posse que ocupava há anos (Felismino, 1985).

Marcos trouxe sua memórias sobre o passado de Vila Progresso. Diz que antigamente a vila era rica, movimentada e com mais habitantes. Havia cinco armazéns, farmácias, dentistas e comércios variados. Tudo muito movimentado. Hoje, conforme Marcos, são apenas dois bares e um comércio incipiente. Segundo o narrador, as coisas eram melhores antes de “*virar tudo em cana*”⁴⁵.

Ao final da conversa, perguntei sobre outras famílias antigas com as quais eu poderia falar. Ele foi muito reticente ao responder, fornecendo-me apenas um nome, que depois não consegui localizar, muito por conta da imprecisão e indisposição com a qual a informação foi dada.

Com base na caracterização exposta, tendo em mente a história do processo de formação do Norte Paranaense contemporâneo no qual está inscrita Porecatu, e, sobretudo, com a reflexão acerca das múltiplas dimensões desse processo em suas especificidades para o município em questão e, por fim, compreendendo as continuidades deste até os presentes dias, cabe aqui uma exposição de dados sobre a estrutura fundiária e economia agrícola do município, para serem apreciados à luz do contexto exposto anteriormente.

3.4 A posse da terra e a produção agropecuária no município de Porecatu

Com base no Censo Agropecuário de 2006 (IBGE, 2006), organizei as seguintes tabelas (3 e 4), que expõem alguns dados acerca da estrutura fundiária, ou seja, das

⁴⁵Expressão frequentemente utilizada no território para se referir ao processo de generalização espacial da monocultura da cana-de-açúcar.

condições de posse, ocupação, número de estabelecimentos e extensão das áreas destes. Posteriormente exponho dados acerca da produção agrícola nos anos de 2013.

Tabela 3 – Condição legal do produtor em relação ao estabelecimento rural

Condição legal do produtor	Número de estabelecimentos	Área dos estabelecimentos (hectares)
Proprietário individual	109	19.977
Condomínio, consórcio ou sociedades de pessoas	4	825
Cooperativa	-	-
S.A. ou por cotas de responsabilidade limitada	3	12.322
Instituição pública	2	-
Governo	-	-
Outra condição	4	612
Total	122	33.736

Tabela 4 – Condição do produtor em relação ao estabelecimento rural

Condição do produtor	Número de estabelecimentos	Área dos estabelecimentos (hectares)
Proprietário	114	32.686
Assentado sem titulação definitiva	1	-
Arrendatário	4	342
Parceiro	3	733
Ocupante	-	-
Produtor sem área	-	-
Total	122	34.145

A partir destes dados iniciais, já é possível notar a concentração fundiária no município. Apenas três empresas detém 12.322 hectares (média de 4.107,33/empresa) enquanto 109 proprietários individuais detém 19.977 ha (média de 183,27 ha/produtor), sendo que ainda não encontrei dados sobre a distribuição real neste último dado. Outra questão que suscita reflexão é a ausência e/ou escassez de dados em relação a assentados sem titulação definitiva, ocupantes e produtores sem área, em um território com histórico de conflitos agrários e flagrantes de trabalho escravo, ainda que como fronteira agrícola Porecatu tenha se fechado entre 1951-52, com a resolução do conflito a favor dos grandes fazendeiros, empresários e grileiros. Soma-se a isso o fato do município possuir uma área total com 29.166,3 hectares, mas ter um total de 34.145 hectares computados em “Condição do produtor”. Isto pode estar ligado e um possível descontrole da regularização fundiária do município.

Também chamam atenção os números publicados em relação à produção agrícola do município. Das dezenas de cultivos elencados nas tabelas do censo

agropecuário, foram registrados em 2013, 2014 e 2015 a produção de apenas 7 cultivos, entre lavouras permanentes e temporárias, sendo eles: na categoria *Lavouras temporárias*: cana-de-açúcar, milho, soja, feijão e mandioca; e na categoria *Lavouras permanentes*: café e limão (1 ha).

Seguem alguns dados do item *Produção Agrícola Municipal – Lavouras temporárias*, referentes aos anos de 2013, 2014 e 2015. De todas as culturas elencadas na tabela do IBGE, as seguintes são as únicas que apresentam dados para o município de Porecatu. Está destacado em laranja o item “área plantada” para cada cultura.

Tabela 5 – Lavouras temporárias elencadas em 2013, 2014 e 2015

Lavoura/ano	2013	2014	2015	
Cana-de-açúcar - Quantidade produzida	710.258	704.581	698.001	toneladas
Cana-de-açúcar - Valor da produção	35.989	36.758	36.994	mil reais
Cana-de-açúcar - Área plantada	8.322	9.487	9.615	Hectares
Cana-de-açúcar - Área colhida	8.322	9.487	9.615	Hectares

Milho (em grão) - Quantidade produzida	5.596	11.100	15.576	toneladas
Milho (em grão) - Valor da produção	1.861	3.466	5.374	mil reais
Milho (em grão) - Área plantada	1.810	2.500	3.245	Hectares
Milho (em grão) - Área colhida	1.010	2.500	3.245	Hectares

Soja (em grão) - Quantidade produzida	2.584	7.290	8.670	toneladas
Soja (em grão) - Valor da produção	2.416	5.978	8.670	mil reais
Soja (em grão) - Área plantada	800	4.500	2.690	hectares
Soja (em grão) - Área colhida	800	4.500	2.690	hectares

Feijão (em grão) - Quantidade produzida	-	20	-	toneladas
Feijão (em grão) - Valor da produção	-	26	-	mil reais
Feijão (em grão) - Área plantada	-	20	-	hectares
Feijão (em grão) - Área colhida	-	20	-	hectares

Mandioca - Quantidade produzida	-	1.440	-	toneladas
Mandioca - Valor da produção	-	382	-	mil reais
Mandioca - Área plantada	-	80	-	hectares
Mandioca - Área colhida	-	80	-	hectares

No item *Produção Agrícola Municipal – Lavouras permanentes*, referentes aos anos de 2013, 2014 e 2015 as únicas culturas presentes no censo são as seguintes.

Tabela 6 – Lavouras permanentes elencadas em 2013, 2014 e 2015

Lavoura/ano	2013	2014	2015	
Café (em grão) - Quantidade produzida	87	41	70	hectares
Café (em grão) - Valor da produção	362	243	462	Mil reais
Café (em grão) - Área plantada	85	69	58	hectares

Café (em grão) - Área colhida	85	69	58	hectares
-------------------------------	----	----	----	----------

Limão - Quantidade produzida	25	-	-	hectares
Limão - Valor da produção	14	-	-	Mil reais
Limão - Área plantada	1	-	-	hectares
Limão - Área colhida	1	-	-	hectares

Temos, então, apenas cinco culturas elencadas na produção agrícola do município de Porecatu em 2013, totalizando uma área plantada de 11.018 hectares. Destes, 10.932 (99,21%) se concentram em três monoculturas: cana-de-açúcar, milho e soja. Do total da área plantada, 8.322 hectares (75,53%) são unicamente de cana-de-açúcar. As três monoculturas aumentaram suas áreas plantadas entre 2013 e 2015. Apenas em 2014 foram computadas áreas plantadas com lavouras que não cana, milho e soja, com pequenas áreas cultivadas com mandioca e feijão. A única lavoura permanente que persiste nos três anos é o café, mas com uma área plantada ínfima em relação às três principais monoculturas.

Qual a razão para a instalação desta lógica em Porecatu e no território no qual o município está inserido, tendo-se indícios de que no passado esta também era habitada por famílias camponesas de posseiros (Ferreira, 1984; Priori, 2011; Priori et al, 2012), que lá viviam, realizando uma agricultura diversificada, em um agroecossistema mais complexo, viável e independente, pelo qual eles lutaram na chamada Guerra de Porecatu?

O quadro atual certamente não é um reflexo direto e exclusivo do processo histórico aqui trabalhado. A prevalência da área plantada com monoculturas (café e cana no passado, cana, soja e milho hoje) em Porecatu, apesar de histórica, guarda relação com processos recentes de reestruturação produtiva em torno da cana-de-açúcar - matéria prima do açúcar e do álcool - mas também é condicionado pela configuração agrária, fundiária e social da região, como produto histórico. Miguel⁴⁶ – que começou sua vida profissional como cortador de cana da UCP, tornando-se posteriormente pedreiro e depois proprietário da uma pequena fábrica, para qual a UCP era um importante parceiro comercial -, na seguinte fala, abre terreno analítico neste sentido.

Miguel: Pouca gente se define uma coisa com a outra. Maringá⁴⁷ tá muito maior que Londrina. Mas não passa em habitação, mas a renda é maior, que tem mais indústria. E Porecatu não teve. Ficou a usina aí,

⁴⁶ Entrevista em 19/10/16, Porecatu.

⁴⁷ Maringá e Londrina são as maiores cidades do Norte do Paraná, com 403.063 mil e 506.701 habitantes cada, respectivamente (IBGE, 2017).

"nós é dono daqui, nós manda tudo", e... Povo diz: "é porque houve muita morte, muito assassinato aqui em Porecatu". Não. Eu to aqui aqui quase 70 anos...

Miguel faz uma comparação entre Maringá e Londrina, dizendo que, apesar da primeira ser menos populosa que a segunda, é mais rica, pois é mais industrializada. Quando ele diz “pouca gente se define uma coisa com a outra”, está dizendo que a maior parte das pessoas não faz essa relação: uma cidade pode ser maior, mas pode ser mais pobre que outra que seja mais industrializada, porém com menor população. Segundo Miguel, em Porecatu, toda a possibilidade de desenvolvimento pela instalação de novas indústrias – que poderia fazer dela uma cidade rica, apesar de pequena - foi vedada pela Usina, que “manda e é dona de tudo”. Em seguida, ele observa que o “povo” diz que tal estagnação econômica se deve às “muitas mortes e assassinatos” ocorridos no passado, numa alusão às disputas agrárias violentas. Baseando-se em toda sua longevidade vivida em Porecatu, portanto, em seu conhecimento pessoal da história do lugar, Miguel nega esta possibilidade.

O interlocutor atribui os problemas econômicos de Porecatu ao mando da UCP, e nega o fato dos problemas estarem enraizados no desenvolvimento conflitivo da questão agrária no território. Novamente, não se estabelece relação entre os conflitos do passado e a gestão monopolista do território pela UCP até o presente. Ou seja, anula-se a possibilidade do mando da UCP – que causa os problemas políticos e econômicos de hoje – estar, justamente, relacionado às disputas agrárias violentas do passado.

Miguel refere-se apenas à usina, e não a seus proprietários, sejam os Lunardelli ou os Atalla. É uma maneira de nomear sem “citar nomes” diretamente e, ademais, demonstra que o permanente mando da usina representa a continuidade de uma determinada configuração, apesar da mudança de proprietários. Ademais, é sensível que as ideias para a resolução do problema político e econômico de Porecatu raramente toquem diretamente temas como democratização da terra, reforma agrária, regularização fundiária, inclusão produtiva etc. Logicamente, questionar o mando da UCP é, implicitamente, tocar nestes temas. No entanto, apenas uma dimensão desse mando é questionada: aquela, enraizada no poder político local, que lhe permite impedir a entrada de novos agentes econômicos. A proposição implícita a esta crítica corrente é a de que deve haver mais indústrias na cidade, para gerar mais empregos e renda e dinamizar a vida na cidade de maneira geral. Vemos, então, que a própria crítica ao mando da UCP silencia sua dimensão econômica fundante: o monopólio da propriedade da terra.

Aqui, uma breve exposição sobre a UCP e o Grupo Atalla contribui para a compreensão do contexto produtivo local. O grupo foi presidido até 2009 por Jorge Wolney Atalla, o “homem forte” nos tempos áureos do Proálcool, presidente da Coopersucar na década de 70, era considerado em visionário do ramo sucroalcooleiro no Brasil. Entretanto, há alguns anos

Os negócios de açúcar e álcool do Grupo Atalla, também controlador da Cimentos Planalto SA, definham a olhos vistos. As duas usinas da companhia, a Central Paulista, de Jaú (SP) e a Central do Paraná, de Porecatu (PR), já não processam mais cana para a família. É a fotografia de um antigo ícone do setor em crise, com problemas anteriores aos que hoje afetam outras usinas e exíguas possibilidades de reação (Jornal da Cana, 2009).

As duas usinas do grupo acumulam ações trabalhistas e não suscitam interesse de investidores, por estarem “velhas e totalmente defasadas”. Conforme apurou o jornal Valor Econômico, desde 2008 a UCP não opera por ausência de capital de giro (Jornal da Cana, 2009).

Embora esteja inoperante há alguns anos, a UCP continua detendo grande parte das terras em Porecatu e região, o que lhe permite continuar condicionando a gestão do território, dando continuidade ao contexto de concentração fundiária, dependência econômica e estagnação da vida do qual foi o pivô.

4. PODER LOCAL EM PORECATU

Neste capítulo busco relacionar alguns conceitos que me possibilitam interpretar o sistema político estabelecido nas condições históricas expostas e analisadas até o momento. Mandonismo, coronelismo e clientelismo são os principais. Me ateno às elaborações de José Murilo de Carvalho (1997) quanto a estes. Devo salientar que não pretendo utilizar o caso de Porecatu para alguma espécie de elaboração teórica acerca dos conceitos, já que estes são objetos de longos debates teóricos, tanto na literatura brasileira, como na internacional. Trato apenas de esboçar um quadro teórico mínimo para compreender um elo do objeto da pesquisa e analisá-lo segundo as narrativas colhidas.

De acordo com Carvalho (1997) o mandonismo se configura com a presença local do personalismo, com estruturas oligárquicas de poder. Conforme o autor, *“o mandão, o potentado, o chefe, ou mesmo o coronel como indivíduo, é aquele que, em função do controle de algum recurso estratégico, em geral a posse da terra, exerce sobre a população um domínio pessoal e arbitrário”* (p.2), tanto na vida econômica, quanto na vida política. Trata-se de um atributo dos sistemas políticos tradicionais, assim como o clientelismo, que sobrevive, até os presentes dias em algumas regiões (Carvalho, 1997).

Carvalho (1997) critica o fato de grande parte da literatura brasileira para esta temática ter igualado o conceito de mandonismo a do coronelismo. O autor define o coronelismo, partindo da obra seminal de Leal, como um sistema que integra poder local, estadual e federal. Este seria característico da primeira república e, como sistema, teria sido desestruturado com o Estado Novo. Aqui a figura do coronel não encerra a definição de coronelismo, que deveria ser entendido em suas especificidades conjunturais econômicas e políticas (decadência econômica dos coronéis e implantação do federalismo) que se inscrevem no período que vai de 1889 a 1937.

Em Porecatu, é possível perceber uma diminuição gradual do mandonismo, até praticamente o seu fim nos presentes dias - com relação, sim, à saída de cena da família Lunardelli, seus principais mandões, mas - como tendência geral, à maneira assinalada por Carvalho (1997), onde este traço perde força até que *“desapareça completamente à medida que os direitos civis e políticos alcancem todos os cidadãos. A história do mandonismo confunde-se com a história da formação da cidadania”* (p.2).

Outro conceito importante na análise é o de clientelismo. É costumeiro o emprego do conceito, de maneira genérica, para designar *“um tipo de relação entre atores políticos que envolve a concessão de benefícios públicos, na forma de empregos, benefícios fiscais,*

isenções, em troca de apoio político, sobre tudo na forma de voto” (Carvalho, 1997, p.3). No meu entender, a relação de troca de benefícios públicos, fluindo dos atores políticos para atores privados, que por sua vez concedem benefícios econômicos – como a financiamento de campanhas – aos primeiros, também encontra valor heurístico quando analisada sob este conceito.

Ainda, o conceito de clientelismo teria seu uso similar ao de mandonismo, na abrangência em que é empregado. Seria “*o mandonismo visto do ponto de vista bilateral*” (Carvalho, 1997, p.3). O poder, nesta perspectiva e conforme entendo, pode ser usado para compreender os fluxos dos capitais (político, simbólicos, monetários etc.) em suas diversas direções nos sistemas políticos brasileiros.

Conforme Carvalho (1997), assim como o mandonismo, o clientelismo permeia toda a história política brasileira. Mas, nesta, suas trajetórias são distintas. A seguir, trago, na íntegra, a evolução do clientelismo no Brasil, segundo o mesmo autor. O faço pela importância do conceito neste trabalho.

Na medida em que o clientelismo pode mudar de parceiros, ele pode aumentar ou diminuir ao longo da história, em vez de percorrer uma trajetória sistematicamente decrescente como o mandonismo. Os autores que veem coronelismo no meio urbano e em fases recentes da história do país estão falando simplesmente do clientelismo. As relações clientelísticas, nesse caso, dispensam a presença do coronel, pois ela se dá entre o governo, ou políticos, e setores pobres da população. Deputados trocam votos por empregos e serviços públicos que conseguem graças à sua capacidade de influir sobre o Poder Executivo. Nesse sentido, é possível mesmo dizer que o clientelismo se ampliou com o fim do coronelismo e que ele aumenta com o decréscimo do mandonismo. À medida que os chefes políticos locais perdem a capacidade de controlar os votos da população, eles deixam de serem parceiros interessantes para o governo, que passa a tratar com os eleitores, transferindo para estes a relação clientelística (p.3).

É preciso, entretanto, salientar uma outra variável desta equação: os setores ricos da população. Em Porecatu, a elite econômica em suas várias fases, a elite política associada, o poder público e esses setores pobres, que lançam mão do voto como um dos instrumento para sua reprodução social, mais do que de exercício de cidadania. Claramente, esses fluxos se dão em relações de poder desiguais.

Para caracterizar o clientelismo segundo um exemplo, Carvalho (1997) cita o caso de uma cidade que na década de 60 era controlada por duas famílias que se revezavam no poder. Elas não possuíam poder econômico, somente o poder político de barganhar os empregos públicos em troca dos votos. O autor caracteriza este como um caso exacerbado

de clientelismo, e não como uma espécie de coronelismo, onde há a preponderância econômica dos mandatários. Por esse raciocínio, Porecatu conserva continuidades com o coronelismo, apesar de, no entendimento de Carvalho, este sistema ter se findado no final da década de 1930. Uma convergência com o coronelismo seria o fato dos mandões em Porecatu serem os detentores do poder econômico, pela dominância de recursos e setores estratégicos no município, exercendo o poder político mais indiretamente, pela determinação e controle das eleições e dos cargos públicos.

Guilherme Delgado (2012, p. 55), no livro *Do Capital Financeiro na Agricultura*, se apropria de uma noção conceitual que é útil para explicar uma série de processos abordados nesta investigação, sobretudo aqueles relativos ao poder local quando em seu estabelecimento inicial: a noção de “ganhos do fundador”. No livro supracitado, o autor a utiliza para explicar a ação do grande capital financeiro - através de “*instituições formais do mercado de terras – as imobiliárias e colonizadoras rurais*” ou quando este atua “*diversificando suas aplicações patrimoniais, segundo estratégias variadas de valorização financeira nesse mercado*”⁴⁸, se movimentando por ramos variados – no mercado de terras. De acordo com a autor, a partir do momento que este [o grande capital] adquire a propriedade de grandes porções de terra,

há, pelo menos, três estratégias que se desenham no mercado. A primeira, [...] refere-se à manutenção da terra em ociosidade, com vistas à valorização especulativa. A segunda consiste na incorporação dessas novas terras ao comércio imobiliário, seja aquele regulado pelo Incra [no caso estudado aqui, o Departamento de Terras e Colonização do Paraná], por intermédio dos projetos de colonização privada, seja ao comércio privado estrito. Nos dois casos, essas empresas se apropriam dos ‘ganhos de fundador’ pela simples incorporação dos direitos de propriedade no espaço novo de exploração do capital. Em particular, quando essas empresas contam com a legitimação pública do Incra, como é o caso dos projetos de colonização privados reconhecidos por esta instituição, os preços dos novos títulos de propriedade ou loteamento que essas empresas colocam no mercado [...], tendem a se valorizar tanto pelo prestígio e poder comercial da colonizadora, quanto pelo aval político da instituição reguladora do mercado de terras.

⁴⁸Em classificação preliminar do autor figuram, entre as “*várias vertentes de interligação desse mercado com as estratégias de diversificação do capital financeiro*”, os seguintes ramos: “*grandes cooperativas; grandes empresas de construção rodoviária e do capital industrial em geral; grandes empresas do ramo seguros-imóveis e bancos, com grandes aplicações patrimoniais na agropecuária; [e] a esse grupo de instituições privadas operantes no mercado de terras deve-se ainda incluir as agências estatais de terras, as quais, capitaneadas pelo Incra, exercem uma importante função política de regulação desse mercado*” (Delgado, 2012, p. 55-56).

Em suma, o raciocínio primordial a ser captado é o seguinte: determinados agentes econômicos que, através do poderio econômico, e/ou político, e/ou da força, e com a anuência do Estado, realizam o “ganho do fundador” ao empreender a gestão territorial da dilatação da fronteira econômica em terras em vias de incorporação aos mercados capitalistas. Esta noção, para o caso do Porecatu, possibilita a apreensão da dimensão econômica da formação de um poder local via conjugação da concentração da propriedade da terra, das atividades econômicas, políticas, simbólicas etc.

A colonização da região de Porecatu⁴⁹, diferentemente de outras regiões do Paraná em sua colonização recente, não foi feita sob o domínio das empresas de colonização (Broietti, 1999), mas sim, sob o poder de empresários individuais, sobretudo com Ricardo Lunardelli e seu primogênito João Lunardelli. Embora, em última análise as empresas de colonização pertencessem a um, ou a um conjunto de empresários individuais, existem diferenças quanto à forma como estes realizam seus empreendimentos e constituem seu poder econômico e político no local onde realizam os mesmos. Diferenças que dizem respeito, sobretudo, ao personalismo na concentração de poder de mando e econômico mais acentuada para o caso de Porecatu.

As empresas de colonização foram a grande roupagem moderna, racional e econômica na colonização do Paraná, sob a qual permaneciam, num conservadorismo dinâmico, em essência, as práticas arcaicas de formação da propriedade da terra e do ordenamento fundiário, muitas vezes antieconômicas se analisadas pelo próprio prisma de um produtivismo capitalista. Em Porecatu, no entanto, a trajetória se dá sob o traço arcaico do mandonismo onipresente e personalista da família Lunardelli. Paradoxalmente, em Porecatu se constitui um empreendimento industrial capitalista com uma rede de outros empreendimentos associados, indo além do negócio especulativo no mercado de terra, apesar de retroalimentados⁵⁰ nas práticas econômicas do mando local. Tal situação pode ser entendida como constitutiva das formas de ação do capital - sobretudo quando opera com anuência do Estado, sem ser fiscalizado e constrangido por instituições deste e da sociedade civil - e remete à ideia de Martins (2016) sobre a pluralidade conflitiva de temporalidades históricas que pode haver nas fronteiras à

⁴⁹Que até 1952 pertencia unicamente ao município de Porecatu, e hoje compreende os municípios de Porecatu, Florestópolis, Mirassol, Centenário do Sul e Alvorada do Sul.

⁵⁰Ferreira (1984) descreve como os Lunardelli se autofinanciavam atuando como negociadores de terras, pleiteando melhoramentos junto ao estado (construção de estradas, p. ex.), para a valorização de suas terras e posterior comercialização destas.

medida que ocorre a territorialização do capital, com a produção não capitalista do capital em sua reprodução ampliada. Assim, se produz, no território aqui estudado, um mandonismo calcado não apenas no controle do recurso estratégico da terra, mas desta e de toda uma gama de necessidades para a reprodução social das pessoas.

Queiroz (1969) - tratando das recomposições do mandonismo local a partir da colonização do oeste paulista [da qual, como já demonstrado, no aspecto econômico (cafeicultura capitalista paulista), o norte paranaense no século XX se constitui como a última etapa] e ascensão da classe dos grandes cafeicultores paulistas nesta região – ilustra a dinâmica de formação dos municípios conforme o povoamento, o surgimento de uma economia (no caso, a do café), que são acompanhados pela ascensão local de um poder econômico, simbólico e coercitivo. Apontando, ainda, as raízes históricas do processo, a autora revela:

Povoamento da zona nova, estradas de ferro são aspectos de progresso que se completam com outro: a criação de novos municípios. Vimos que, desde a Colônia, era o progresso regional que determinava a proliferação dos municípios; tivesse esse progresso por base a maior extensão de plantações ou a descoberta de minas, era no fundo o povoamento do local que determinava o desmembramento de antigo município em outros novos, pelo conhecimento e aproveitamento das partes inexploradas; a divisão provincial, durante a Colônia, tivera mais ou menos a mesma base, e depois se conservou praticamente a mesma. Todo o Vale do Paraíba tinha visto florescerem as divisões administrativas devido às mesmas causas. Também agora, na nova zona paulista, com o desbravamento de parte da região, que nos mapas aparecia como “região ainda inexplorada”, - desbravamento determinado pelo café, - multiplicaram-se os municípios; só na última década do século XIX foram criadas 41 novas circunscrições administrativas

Posteriormente, este processo segue uma dinâmica de fragmentação dos poderes locais descrita por Palmeira (1996), a partir de Daniel Gross (1973) que abordou o tema das lutas faccionais na política local brasileira, demonstrando que “o exclusivismo de mando de um chefe político corresponde ao momento de um ciclo”:

Criado um município, o seu ‘fundador’ exerce um poder sem limites até o momento em que o chefe político de um distrito lhe começa fazer oposição. O acirramento do conflito acaba provocando a divisão do município e garantindo um período de paz a ambos os municípios, até que, em cada um deles, o processo se reinicie. (Palmeira, 1996, p. 42).

O próprio processo de municipalização de Porecatu pode ser compreendido nos marcos aqui expostos. O processo em si é parte de um empreendimento dos Lunardelli, e consiste em mais uma etapa no estabelecimento destes como os *mandões locais* (Queiroz, 1969). De acordo com Ferreira (1984, p.105),

o lugarejo Brasília já é alçado à categoria de patrimônio do município de Sertanópolis, com a denominação de Porecatu, em 1943. A criação do patrimônio não foi resultado somente de sua própria expansão populacional mas também da influência dos Lunardelli, interessados em alcançar rapidamente a autonomia administrativa da região, o que de fato logo ocorreu, em 1947, quando Porecatu foi elevado à categoria de município, sendo alçado à comarca já no ano seguinte.

A dinâmica de fragmentação dos territórios de fronteira recente em novos municípios, mediante o surgimento dos poderes locais, consiste num movimento do poder próprio, para adquirir os instrumentos jurídicos e políticos operáveis numa autonomia local, para manutenção e reprodução social desse poder. Assim, à medida que os distritos se emancipam, elevam-se à categoria de municípios e compõem seus próprios contextos locais, ou municipais. Obviamente, estes municípios estão relacionados em um contexto regional mais amplo e existem fluxos, disputas, sobreposições e interconexões entre estes poderes locais.

Em meu trabalho de campo, pude vivenciar situações e colher falas que dão terreno fértil para uma análise das variadas formas de manifestação desse poder local, que se articulam em muitas dimensões da vida. O poder da família Lunardelli tem reconhecimento unânime em todas as ocasiões narrativas em que é mencionado. Todavia, este se encontra representado de maneiras distintas. Sobre isso, a fala das irmãs⁵¹ Luzia e Selma é ilustrativa. Ambas estão na casa dos 70 anos de idade. São filhas de um delegado de Porecatu da década de 1960, período em que moraram na cidade e chegaram a atuar como professoras em escolas primárias rurais e urbana.

Luzia: Coisa que eu lembro muito do nosso tempo de criança, o pai, sendo delegado, a gente era muito convidada pra todas as festas que tinham lá [na casa da família Lunardelli].

Selma: Na casa da sede. Na sede da fazenda. Das crianças, dos netos, dos filhos. Festa que vinha palhaços de São Paulo. Tudo o que se comia ali vinha tudo de avião, tudo de São Paulo, de avião. Eles tinham um avião.

Luzia: Era um potência!

Selma: Os Lunardelli era. Eu nunca esqueço. O senhor Ricardo Lunardelli!! Seu Ricardo Lunardelli era o mais velho. O chefe. O dono da usina! Ele vinha pra Porecatu de avião. Daí, pegava um carro, com motorista, ia lá na minha casa fazer uma visita pro meu pai. Ele gostava demais do meu pai. Eram amigos. Então cada vez que ele vinha de São

⁵¹Entrevista em 22/10/16, Londrina.

Paulo, ficava parado o carro, na frente de casa, com o motorista, e só ele entrava pra fazer uma visita pro meu pai.

Luzia: Inclusive, eu achava muito bonito, porque ele trazia pro meu pai, se meu pai fosse vivo, você teria um material vasto pra esse estudo teu. Eu lembro assim, o começo deles, fotografias, livros, documentário, da chegada deles lá. Com sacolas, sabe, sacolas de roupa pra poder morar em casa de pau a pique, que eles iam fazendo. E depois se tornou aquela riqueza.

A descrição é da uma família senhorial sofisticada, completamente distinta. Ricardo como a figura onipotente, benfeitor, pioneiro que transformou mato e um punhado de casas de pau-a-pique em potência e riqueza. Aparentemente, “seu Ricardo” tinha algum tipo de preocupação em construir essa imagem, já naquela época. Está introjetada na narrativa das irmãs, de maneira ingênua e idealizada, uma ética em que o brilho da riqueza ofusca o contexto perverso que a mantém. Em seguida, elas narram um fato especialmente sensível para o que proponho tratar aqui.

Selma: Ó, e outro detalhe também. O Ricardo Lunardelli, o dono, ele gostava tanto do meu pai, que ele, o meu pai pra compra o primeira casa em Porecatu, o senhor Ricardo Lunardelli, você lembra disso [se voltando para a irmã], comprou a casa pro meu pai. Pro delegado. Ele comprou! E meu pai pagava, na época, era cruzeiro. Não sei se era 30 cruzeiro, por mês! Pra usina, pro Ricardo. É.

Luzia: Coisa da pai pra filho.

Selma: De tanto que ele gostava do meu pai. Porque meu pai, era um militar, mas era um militar honesto, um militar correto, um militar religioso.

Aqui, a personagem Ricardo Lunardelli se fixa como a representação de um grande pai, e se confunde com a UCP. Apesar da dita amizade entre o delegado e Ricardo, há de se pensar numa possível conveniência no fato do maior proprietário local conceder tamanho favor à chefia da autoridade policial local. Cabe lembrar que nas relações clientelísticas, a troca de favores entre interessados privados e os poderes públicos é uma característica definidora. O paternalismo continua a se manifestar nas representações acerca do poder local em Porecatu, também em versão feminina, como na próxima fala.

Vinicius: Mas... Porecatu é uma mãe, rapaz, essa Usina Central foi mãe de Porecatu. Eu, só [tenho] o que falar bem da Usina Central do Paraná. Bem, bem, bem mesmo! [...] Então, eu só tenho que agradecer a Deus. Deus e à Central do Paraná.

Cabe lembrar que Vinicius dedicou quase toda a sua vida profissional à Usina Central do Paraná (UCP). Lá, transitou da posição de mecânico motorista, motorista

particular da família Lunardelli, até chegar à posição de chefia no setor de transporte, comandando cerca de quinhentos motoristas.

Outro ponto que demonstra o enraizamento simbólico dessa elite está na fala de dona Maria⁵², uma interlocutora que apresento agora. Nascida em 1941 em Senhor do Bonfim-BA, chegou ao norte do Paraná em 1944. A interlocutora é professora aposentada e pertence a uma família da qual alguns indivíduos⁵³ historicamente se colocaram como oposição crítica ao poder local hegemônico em Porecatu.

A conheci na ocasião em que fui visitar o Museu José Jabur, aparentemente o único museu da cidade em funcionamento. Na ocasião, Maria se prontificou a colaborar com a pesquisa e me forneceu seu contato. O museu leva o nome de um prefeito, conhecido aliado político da família Lunardelli e, posteriormente, do Grupo Atalla.

Estabeleci contato diretamente com Maria nesta ocasião, mas fui levado à sua casa por Elza, uma funcionária da secretaria de educação, que conheci por intermédio de Eliane, também funcionária na secretaria e na escola do acampamento em que fui professor, daí nossa conexão. Na ocasião em que fomos apresentados, Elza, por coincidência, também me sugeriu conversar com Maria e, no dia seguinte, me levou à casa dela e também participou da entrevista.

Ao narrar sobre a vida social no passado, ela traz memórias que dizem sobre o que tratamos agora.

Maria: A gente tinha um clube, que era aqueles bailes, né, no tempo dos bailes. Não tinha esse negócio de baile de sábado, não. Qualquer dia da semana fazia um baile, e vinha orquestras de fora, e a gente...Porecatu era considerada uma cidade exibida, mas aquele povo... [suspira] deixa eu te falar uma grande verdade. No clube, era separado o lugar pra eles. A gente não podia sentar naquele lado deles lá, as mesas eram reservadas pra eles. Então pessoas, assim, que vinham, que vinha pessoas de fora, vinha muita gente do Estado de São Paulo, no Paraná, e esse povo vinha tudo a mando deles, e ali era separado até o lugar deles. Se você sentasse numa mesa daquelas por acaso, chegava aquelas senhoras... Ah! Outra coisa gozada, que tem do [incompreensível], parece mentira, tinha assim, quando chegava um casal simpático na cidade, era anunciado no auto falante, que se estava se aproximando o casal fulano de tal, nome da senhora tal. Você perdeu, você podia ter sido anunciado também! Não, nos bailes, bailes, né, então se chegasse alguém, tinha as famílias, né, as famílias que eram...

⁵²Entrevista em 28/04/2016, Porecatu.

⁵³Particularmente, uma de suas irmãs, já falecida, é conhecida por ter empreendido grandes enfrentamentos políticos e discursivos com a situação local, sendo uma das pessoas que trouxe o Partido do Trabalhadores para a cidade.

Então elas chegavam no baile, avisava, “chegando casal fulano de tal”, então as famílias, né, de, como é que tem aqui? Os Pirandeli, Vanzela, esse povo tudo, não era os Lunardelli mas era, é, tradicionais, vinham a mando deles, pra ajudar no [incompreensível] das pessoas. Mas isso era conhecido na região.

E os mesmos eventos, sob uma outra ótica.

Adriano: Uma senhora que eu conheci [a própria Maria], me falou dos bailes que tinham.

Luzia: Ah! Os bailes era de chorar!

Selma: Clube do Café!

Luzia: O clube ainda tem, até hoje. Mas é abandonado, tadinho que só. Mas o Francisco Petrônio. Uma vez, é, Francisco Egídio.

Selma: Orquestra Alemã, vinha da Espanha.

Luzia: Cassino de Sevilha!

Selma: Nelson de Tupã. Tudo orquestras famosas. Os bailes eram assim, tudo. E lá, nós não perdíamos baile. Meu pai ia junto. O delegado levava as filhas.

Luzia: Fardado!

Selma: Mas pra gente era beleza morar ali. Ai, coisa linda, assim... Eu acho que os melhores anos da nossa vida, nós vivemos em Porecatu. Era muito bom.

Ou seja, numa narrativa os bailes aparecem não apenas como eventos festivos, mas também como mais um lugar onde era demarcado o poder e distinção das grandes figuras locais. Em outra, são lembrados como nostalgia daquelas que orbitavam em torno das grandes figuras.

A narrativa de Maria também é interessante para ilustrar processos do mandonismo persistindo mesmo após o advento de instituições modernas, envolvendo aparelhos públicos, emprego e voto. No caso, com a rede escolar de Porecatu. Como professora aposentada, ela relata suas memórias do tempo em que lecionava:

Maria: Os prefeito era eles que escolhia. Cê sabe, isso é verídico, isso posso falar porque passei por isso. A gente tinha uma diretora de escola aqui, que não era assim indicado igual é hoje pelos professores. Quem colocava era a usina. Essas fazendas tudo era da usina.

Elza: Todas com escola.

Maria: E todas tinha escola mantida pela essa senhora, dona Ernesta Antunes de Mello. Ela era a grande líder da usina. Aí então, assim.

Adriano: Ela era uma funcionária?

Maria: Sim, ela era diretora das escolas, aquela tempo não falava escolas rurais, era escolas isoladas, você imagina, escolas isoladas da fazenda tal. Aí nessas altura, eu tava nova mas eu já fui trabalhar. Porque, quem sabia um pouquinho mais ia dar aula pros outros que não sabiam nada (risos). Era uma judiação, mas infelizmente era assim. Aí a gente ia pras escolas, lá a gente via a barbaridade. O povo não falava, o povo ia...todo mundo tinha muito medo, e a gente também. E essa diretora...essa dona Ernesta, ela escolhia as pessoas assim, de preferência dela. Se você tivesse falado meu da, do estado aqui, se num, se num. E eu não sei porque ela me escolheu pra ser professora na zona rural. E eu fui, bem nova ainda, já fui dar aula. Eu pegava assim, se ficasse sabendo de alguma coisa que falava, ela cortava, ela, ela que contratava e ela que mandava embora. E a gente ia trabalhar nas escolas rurais. Naquele tempo todas, todas as fazendas tinha a escola. A usina ajudava a pagar, ajudava a prefeitura a pagar. E agente ia ali trabalhando e vendo as barbaridade.

Adriano: E que tipo de barbaridade que a senhora lembra?

Maria: Por exemplo, tinha aquela [incompreensível] só ganhava quem era da usina, só ganhava o candidato que era da usina. Então aí, agente não podia falar, fazer campanha nenhuma, nem falar pra quem ia votar. Era conferido os títulos de eleitor, por exemplo, o pessoal da fazenda, digamos assim, fazenda Salto, fazenda aqui dessa região que eu trabalhei...então, quantos eleitores tem nessa fazenda? Tantos...tantos eleitores. Até aconteceu um negócio engraçado, que agente, ela tava...aí nos chegamos ela riu de nós assim, era tipo sexta feira assim e no domingo ia ser eleição. Que só tinha no domingo, eleição. Aí ela chamou nós pra fazer aquele discurso bonito, que era maravilha, que a usina não podia perder. E diz que nas fazenda era recolhido os títulos dos empregados e ali era conferido, tantos voto, tantos voto. E ela fez, ela era uma líder. De quem não votar, que votou contra. E se eles achassem que era você, problema era, cê ia ser mandado embora, aquela coisa toda, perseguido...Aí eu lembro que nos chegamos, chegamos nas Kombi, era duas Kombi que levava agente pras fazendas. Aí ela recolheu nós ali na sala tudo, né, e fez aquele discurso! Positivo, né. Aí falou assim: nos temos aqui 19, 19 professores por exemplo, né. 19 votos do Zé Macaca, Zé Macaca é o Zé Jabur, uma família turca que tinha aqui que ele só ganha as eleições. Aí, eu falei: “eu num vou votar no Zé Macaca...”. Nossa, até eu tinha uma amiga, ela faleceu, era muito legal, ela falou assim: “se pode ter certeza [difícil compreender na gravação, mas é algo como “que vai sofrer consequências”]. Eu lembro disso como se fosse hoje (risos). Ela falou pra mim. E porque eu levantei e falei: “não vou votar”. Ela contou 19 pessoas, 19 votos, do candidato que tinha que ganhar, os outros [candidatos] entravam porque tinham que entrar, pois já tava eleito [o candidato da usina]. [não] Interessante, não sei da onde que ia, mas era ele. Então 19 pessoas aqui, 19 votos pro fulano. Eu falei: “eu não vou votar...”. Aí foi aquele silêncio assim, né, como é que eu vou falar uma coisa daquela? Aí, quando ela dispensou, foi assim aquela clima esquisito, e ela falou assim: “estou dispensando, menos a Maria”. E agora? Aí ela veio, ela mudou o tom sabe, ela era muito brava, uma Senhora... Até tem uma filha dela aqui ainda. E, então ela, eu falei: “agora ela me acaba...”. Mas não, ela mudou o tom. Ela falou assim: “olha, Maria, eu só queria pedir uma coisa pra você [Maria diz: pois não.], quando eu estiver falando, assim, eu não queria que você se manifestasse. Falei: “pronto! Então eu não

podia falar eu não vou votar nele?” Então [Ernesta disse]: “tudo bem...”, ela até concordou, mas [disse] “não fala, não...”.

Ou seja, conforme a narrativa e os dados históricos, desde a constituição do contexto político e econômico local, as instituições, mediadas ou não pelo poder público, passam a ser instrumento de mando e manutenção da situação. Esta espécie de patrimonialismo na rede escolar de Porecatu na época da família Lunardelli pode ser captada na fala de outras duas ex-professoras, Selma e Luzia, que lecionaram em escolas de fazendas na mesma época.

Adriano: Em relação à escola, como eram organizadas as escolas? As escolas das fazendas eram bancadas pelo Lunardelli, [ou] eram pela prefeitura?

Selma: As escolas, as fazendas eram pela prefeitura. Eu acho que as fazendas, da usina, da usina era através da usina, né. Agora, por exemplo, tinha uma, que nem, por exemplo, tem a chefe do núcleo por exemplo, daqui. Na época...

Luzia: Dona Ernestina!

Selma: Dona Ernesta, Ernesta. Ela era, ela comandava todas as escolas de fazenda. Tudo a gente devia obediência a ela. A dona Ernestina, chamava de Ernesta.

Nota-se a constante confusão entre coisa pública e privada, onipresente nas narrativas. A figura da dona Ernesta personifica o mandonismo no sistema político brasileiro, aqui na sua manifestação local. Ela atua como intermediária entre o mandatário, uma massa de trabalhadores/eleitores e, aparentemente, no puro e simples controle político.

A capacidade de dona Ernesta de subordinar os funcionários da rede escolar de Porecatu guarda, certamente, relação com sua capacidade como gestora escolar. Mas também é crucial quando a tarefa é garantir os votos de seus subordinados a favor de seu grupo político, e isso nada tem a ver com a competência em sua função profissional. Note-se que a figura do poder político é subordinada à de poder econômico. É o “*candidato da usina*”. A sobreposição entre coisa privada e coisa pública continua sendo demonstrada na relação entre a UCP, a rede escolar e a prefeitura.

Luzia: [Nas fazendas] eles davam uma boa assistência. Se a professora precisasse de qualquer coisa, a charrete tava à disposição do professor. Eles faziam, assim, cada administrador tinha um critério, mas parece que eles eram meio obrigado a dar essa assistência pras escolas.

Adriano: Então, tinha essa dona Ernesta?

Luzia: Ernesta. O nome dela era Ernestina, mas chamava da Ernesta. Ela era a chefona.

Selma: É, ela tinha um cargo, comparando assim, chefe do núcleo, com uma das escolas. Por exemplo, aqui em Londrina, escolas estadual, chefe do núcleo. Ela, ela era, ela tinha o cargo de comandar as escolas das fazendas. Esse cargo era acho que através da prefeitura.

Luzia: E a gente recebia pela prefeitura. Eu acho que eles tinha uma comunicação entre eles, um convênio.

O caso de Ernesta, que é narrado por interlocutores em situações discursivas muito distintas, suscita indagações acerca de uma caracterização mais definitiva e geral do sistema político que vigorou em Porecatu, sobretudo se levada em conta a afirmação de que “*no coronelismo, como definido por Leal, o controle do cargo público é mais importante como instrumento de dominação do que como empreguismo*”(Carvalho, 1997, p. 5). Para tanto, seria necessário uma investigação mais aprofundada e específica, numa perspectiva histórica. Eu precisaria, ademais e, por exemplo, investigar a evolução dos empregos públicos e sua proporção em relação aos empregos privados, sobretudo no UCP, nas fazendas e demais negócios da família Lunardelli, por exemplo. No entanto, já aqui temos pistas e, independente de uma definição, fica sensível a indistinção e confusão entre coisa pública e coisa privada. As falas do interlocutor Camilo são ricas para ilustrar isto. Ele, que chegou ao norte do Paraná ainda em 1937, formou-se mecânico e trabalhou um vários estabelecimentos particulares e na prefeitura municipal. Apesar de ter trabalhado um breve tempo na UCP, na restante da sua vida profissional conservou uma autonomia reletiva em relação a ela.

Camilo: Minha família trabalhava inteira na usina. Todos nós trabalhamos. Eu cheguei a trabalhar antes, também. E eu fui, eu trabalhei no correio. O correio era particular. Era, era assim, era estadual. Não sei se era federal. Era estadual, mas era dirigido pela usina. [...] Tinha um vizinho que era muito amigo da família, e ele era agente do correio, e o correio era lá embaixo, na usina. Nas propriedades da usina, lá. [...] Aí, fiquei sempre aqui. E trabalhei depois numa firma aí, que tinha, lá na entrada, tinha a serraria e tinha uma olaria. E fui trabalhar nessa empresa.

Adriano: Não pertencia à usina?

Camilo: Não, era particular. Particular. [Depois, quando falava da saída de um emprego na cidade de Astorga e da volta à Porecatu] Voltei pra cá e fui trabalhar numa oficina particular aí.

Quando Camilo vai se referir a algum estabelecimento privado que não a usina, ele usa o termo *particular*. Certamente, todo estabelecimento privado é passível de ser designado desta maneira. O que é sensível aqui é o fato dele definir como particular aquilo

que não é da usina, por oposição. De fato, a “coisa pública” e o Estado se constituem através da UCP, como pode ser visto a seguir.

Camilo: Então, já veio. A usina já arranhou a... a usina construindo casa pra funcionário, sabe. Casa de madeira⁵⁴. Essas casa que você aqui, véia, na beira do rio. Ainda tem muitas ainda, até hoje, né. A usina que construiu. Então veio um engenheiro, um agrônomo, e começaram a lotear a cidade. A usina abriu as ruas, né. Aí já, quando foi a município. Foi cidade. Aí virou município.

Adriano: A usina que começou a fazer obra de que?

Camilo: É, a usina veio pra cá, era mata. Tinha o rio aí, esse rio que você viu no mercado. Tinha o rio Capim... e do lado de lá ficou o parque industrial, do lado de cá começou construí casa e vender, e dar casa pros funcionário morar. Que precisava dos funcionário, mas não tinha onde colocar. Então, a usina construiu restaurante, pra rapaz solteiro. E assim foi criando a cidade, fazendo as ruas. Cascalhando algumas né, que quando chovia...

A partir deste relato e outros aportes aqui articulados, podemos conceber um quadro em que a municipalidade se constitui enquanto empreendimento da família Lunardelli. E mais, a constituição desta municipalidade é empreendimento necessário para a viabilidade dos negócios. O contexto que se desenha a partir disso é o de uma ampla dominação da vida econômica do município desde o seu surgimento e em diante, como usufruto dos ganhos do fundador. Sigo analisando trechos que denotam essa dominação, onde a família Lunardelli praticamente monopoliza as necessidades da população urbana local.

Luzia: E eles [a usina] tinham ali, naquela parte de baixo, antes de você chegar lá na usina, tem uma parte que chamava cooperativa. Ali começava desde farmácia, eletroeletrônicos, loja de roupa e até açougue. Tudo ali. A ali era assim. Os associados, que eram funcionários da firma, compravam com uma, de certo, eu tenho impressão, com um tipo dum vale. Não sei como funcionava certinho.

⁵⁴Lázaro dá, a seguir, um depoimento sobre as condições de vida no início dessa colonização. “No mais, era tudo tudo casa de madeira. E ali, aquelas casa que, vixe! Era um grupo, cada casa morava duas família. Uma de um lado e outra de outro. E água, era buscada no rio. Povo bebia água no rio, no Capim. Essa minha mulher, pegava uma bruta de uma bacia de roupa, lá da beira do rio e trazia pra colônia. Não tinha torneira. Com licença da palavra, o mictório era um mictório pra quatro grupo. Quatro grupo de dois, dava oito. Oito família, pra 1 mictório! É. Tinha nada, nada. Os fugão era tudo de madeira, ou de tijolo. Você, pra tomar banho, você tinha que tomar banho no rio. Eu mesmo, só no rio. Pra tomar banho em casa você tinha que tomar na bacia. O que acontecia? Ia todo mundo no rio. Às vezes eu falo... Ninguém nunca pensava, naquele tempo, que a gente, futuramente, ia possuir um carro...ia possuir uma casa, sua, né... Igual hoje, não é boa, mas tem o confortozinho, né? Que a gente dá graças a Deus por causa disso aí. e assim sucessivamente, né. [...] A agente, a gente, pra ir numa fazenda dessa, naquele tempo ia de a pé. Tinha condição, não. Ia de a pé. Meu Deus do céu! Era, era coisa tremenda”.

Selma: Que descontavam em folha. Mas e gente, de fora, podíamos usar e abusar ali. Nós comprávamos só em dinheiro, ou comprávamos ficha. Era assim, tinha fichas. Por exemplo, carne de primeira tinha as fichas. Desse tamanho [e mostra com a mão], de plástico, escrito: 1 quilo de carne de primeira. Daí, com aquela ficha você comprava a melhor carne do açougue.

Adriano: E isso era tudo da usina?

Luzia: Tudo da usina.

Selma: Era uma cooperativa enorme, que tinha desde [*Luzia:* e tudo mais barato!] farmácia, loja, loja de roupas, eletrodomésticos, e tinha.

Luzia: Tudo, tudo, tudo. Você encontrava desde um móvel lá, era tudo, tudo. De se admirar, de passear, porque era tudo uniformizado. As mulheres desde a farmácia, era saia azul, de corpo comprido, pregueada, e blusa amarela escrito: Usina Central do Paraná.

A seguir, o mesmo fato, sobre o monopólio político/econômico da UCP, mas sob perspectiva crítica.

Maria: Eu vou repetir pra você: não podia vir nenhuma indústria pra Porecatu, de jeito nenhum, mesmo que fosse pequena. Nós não tínhamos indústria nenhuma aqui. Se você viesse aqui, cê ia trabalhar, cê tinha que trabalhar na usina. Ó, mas tinha um armazém muito grande, cê tinha que comprar lá também. As pessoas que trabalhavam...

Adriano: Isso é proibido, hoje isso é proibido.

Maria: Claro...graças a Deus! Olha, as pessoas que trabalhavam na usina tinha que comprar nesse mercado. E [a usina] pega [o dinheiro] de volta, porque você tinha que comprar na usina. Quem, quem...Aaah, e essa dona Ernesta também, que era a diretora regional, ela dava, mandava de vez em quando mandava um brinde pra gente. Como será que era naquela época, era cinco o que? Não era cruzeiro, nem cruzado...era antes do cruze...era cruzeiro mesmo, né? É cruzeiro mesmo. Então, vez em quando ela dava, dava um...época da páscoa assim, dava aqueles tipo dum cheque, um vale. Mas pra, já autorizado de comprar lá. Você não podia comprar em outro lugar. Mesmo que você não trabalhasse. E era horrível, sabe, era aquele negócio. Dava um papel escrito assim: autorizo fulana de tal a comprar no mercado da usina.

Elza: Mercadão da usina...

Maria: Mercadão da usina. Que não podia fazer, se você fizesse alguma coisa, se você investisse na cidade, você investia através dos Lunardelli, de alguém dele.

Abaixo, uma foto de uma propaganda do supermercado da usina, no jornal local “O Vale do Paranapanema” (1978).

Foto 1 – Anúncio do supermercado da Usina Central do Paraná



Deve-se ressaltar que o bloqueio a novos empreendimentos e atividades econômicas alternativas no município, que é interesse sobremaneira da UCP, deve passar, necessariamente, pelo aparelhamento do poder público local, pois compete a este autorizar ou não a instalação de novos empreendimentos na cidade. Miguel, que de cortador de cana, passando por pedreiro, veio a ser um pequeno industrial (posição na qual se aposentou) em Porecatu, tem uma história pessoal sobre isso.

Miguel: Eu quis montar a industriazinha. Comprei em seis lugar em Porecatu. Eles vinha e punha obstáculo no meio. Não vou te falar tudo, que é muita coisa. Aí eu falei: “ah, eu ponho”. Eu já tinha aberto por conta própria lá uma indústria. Só que é perto lá do seminário, lá... na igreja. E eu comprei um terreno e construí pra mim lá. Aí, o Atalla comprou o seminário! Veio o padre e vendeu. Chegou lá: é, seu Miguel, nós comprou aqui, que nos vamos construir umas coisas muito boa aqui, você precisa desocupar. Eu falei pro engenheiro: olha, só que vocês tem que me dar um tempo pra eu desmontar aqui e montar em outro lugar, porque a firma já registrada eu não posso fechar assim. Não é certo? tudo registrado, documento... [E eles responderam] "ah , não seu Miguel, o senhor tem o tempo que quiser e não precisa pagar aluguel, precisa nada". Foi pra mim assim, ó, alguma coisa eu mereço pra escutar isso, não é?

Adriano: Mas o lugar não era do senhor?

Miguel: Não, eu já montei o barracão, de madeira, no terreno do padre. Escuta, eu fui da usina, trabalhei no padre a vida toda. Eu tinha tudo

com eles. [O pessoal da usina falando]: "não, mas pode ficar lá que eu não vou usar. Não seu Mario, você pode ficar o tempo que quiser, pode comprar seu terreno, construir. Essas coisas aqui eu vou desmanchar tudo, mas ocê vai ficar aí". E eu ainda fazia serviço pra eles ainda, né. Aí eu comprei terreno de um, dois, três, quatro... quatro lugar. [Provavelmente lembrando falas de responsáveis da prefeitura colocando empecilhos para seu negócio]: "Ah, não, porque aqui, não sei o que...". Aí eu fui comprar lá em baixo, já tinha um terreno no jeito, né. Comprei dois terreno. [Funcionários:] "ah não, porque aqui vai ser a rodoviária, não sei o que, mas não sei o que. Não vai ficar bem". Aí, tinha feito a vila lá em cima. Lá onde que é a Ford, não sei se você conhece. [E começa a falar de um amigo engenheiro que lhe ajudou a conseguir o lugar para construir sua fábrica, e disse:] "Não, seu Miguel, eu tenho um terreno lá que eles não pode te proibi. Que eu vendi pra Ford uma quadra toda. Tem três terreno lá, eu te vendo. Lá você pode construir, que eles não pode colocar obstáculo". Ah, comprei, paguei caro, e construí lá, e eles começou colocar obstáculo em mim. [...] Aí o Ronaldo... [funcionário da prefeitura que tratava das licenças para construção dos empreendimentos. Ele disse a Ronaldo:] Ronaldo, eu vim cá pra pagar o licença pra construir, não é assim? [Ronaldo respondeu, um tanto truculento:] "É, é 1200 conto!". Falei: como que é, Ronaldo? Se num tá louco, não? Escuta, o doutor fez a planta, me vendeu o terreno, vai assinar os documentos tudo pra mim construir. Por amizade me fez a planta em seis vias, não me cobrou nada, e ocê, só pra assinar a licença, dá mil duzentos conto? [e Ronaldo respondeu:] "é, então pra quatrocentos!". Tem lógica uma coisa dessas, tem? Mas foi... caos, caos de vida. Que eu tinha condições, rico não, mas sempre eu tive. Aí, eu fiz. E eles começou a querer me prejudicar. Eu paguei! É meu! Registrei! Rapaz! Porecatu era fracasso. Ceis não sabe nada! Muitos conta, mas não conta! Aí, no outro dia vai o Ronaldo lá: "é, mas porque, essas daqui nós quer deixar assim, assim, porque tem 4 metros e meio de calçada...". [neste ponto ele conta como o funcionário tentou colocar empecilho alegando irregularidades na calçada do prédio da fábrica. Entretanto, parece que a exigência de alteração feita pela prefeitura violava a propriedade de Miguel, conforme esta estava registrada] Falei: "vai, faço sim, me cobra dez metro lá em cima, que eu cedo esse aqui". [O funcionário disse:] "ah, não..." . Falei: "não, eu tenho documento daqui. Esse terreno é meu, como eu vou ceder? Então eu vendo pra vocês. Que eu comprei o terreno, eu não comprei deixando seis metros de frente". [E o funcionário disse:] "é, mas você pode ferrar minhas coisas aqui na rua". Eu falei: "não, na rua não é lugar de por material. A indústria é dentro aqui, não é lá fora. Cê quer comprar, eu te cedo aqui, ó. Você cobra mais dez metro pra mim, até lá em cima. [funcionário:] "ah não". Falei: "então, eu não cedo o terreno". Eles não pode me tomar o terreno. Se eu tenho o documento escriturado, a prefeitura não pode me tomar o terreno. Tem que pagar, não é? E eles não quis trocar, então. [funcionário:] "ah, então se faz!". Não, então eu vou fazer aqui, ó! Que é meu!

É curioso, numa reflexão prévia, que esta crítica parta de Miguel, sendo que este foi, de certa maneira, parceiro comercial do usina. Depois, é claro, de ter transposto as barreiras impostas por uma prefeitura subserviente a esta. Mas a crítica vem justamente de alguém que em algum momento apresentou um potencial risco ao monopólio da vida

econômica na cidade. Miguel, após superar os obstáculos ao seu novo negócio, veio a firma-lo, justamente, com uma relativa dependência das transações comerciais com a usina.

O fala seguinte nos ajuda a conceber a dimensão da dominação.

Lázaro: Ela começou tomar uma iniciativa, foi mais ou menos de 50, 51 foi que foi ampliando as coisas. 54 já tava bem mais evoluído, a empresa. A empresa tinha de tudo. Ela tinha um pomar, mais ou menos 10 alqueire de terra, de pomar. Tinha tudo que você pensava. Laranja, banana, eles carregava banana numas carrocinha de burro. Enchia aquelas carrocinha e saía distribuindo na sessão. Pro povo comer. Laranja. Tudo, tudo, tudo, ali tinha pinha, tinha poncã. Tudo que você pensava, tinha. Era uma riqueza. Eles tinham um horto, horto florestal, horto florestal não, hortas. Era um mundo. Trabalhava, ali trabalhava, pra movimentar com aquilo ali, acho que umas 10 famílias. Aquilo tinha tudo quanto era tipo de verdura que você pensava. Você comprava quilo, bem baratinho. Eles davam, quando tinha muito excesso, dava pra povo. Tinha na usina, uma pocilga. Tinha porco que era desse tamanho assim, ó. Muito, muito, um criame. Tinha também uma, como que chama, de gado. De gado. Tinha confinado e tinha gado leitero, que fazia tudo. Fazia mantega, requeijão. tudo deles. Lá tem os prédio até hoje, onde era as fábrica, naquele tempo. Tudo ali era um fartura, que eu vou dizer pra você. O gado que matava pra fornecer o, o armazém naquele tempo, era tudo deles, tudo deles. Era tudo bem organizado. A carne, você comprava os talão. Você queria passar meses. Se visse que dava, 10 quilo de carne dava pra passar o mês, você pegava os talão. Pra dez quilo. O leite, você tinha também os cartãozinho. 40 litro de leite, você pegava 40 cartãozinho daquele. E ali, o seguinte, você chegava lá, só apresentava o cartãozinho e pegava a mercadoria, e voltava pra casa. Mas tinha tudo, tudo, tudo. O armazém deles, tinha tudo, tudo, tudo. Tinha acessórios, comida de tudo quanto é tipo pra pessoa comprar. Era uma riqueza. Tinha um grande restaurante deles. Aquele restaurante era uma, uma riqueza. Era coisa muito boa! Domingo, domingo o povo da cidade, ia pro restaurante da usina. Chegava lá, tava assim ó [lotado], de gente. Muita comida, eles eram italianos, numa descendência italiana. E eles só pegavam pessoas que... mais ou menos adequado com eles, compreende? Era um organização tão grande, que acho que hoje não tem em canto nenhum mais do Brasil. Mas depois veio, ouve as consequência. Dentro dessa riqueza aí, naquele tempo, você vê, ó. O meu caso. Eu trabalhava na empresa, eu tinha uma pedaço de terra pra eu plantar arroz. Eu tinha pasto pra ter um cavalo, pra andar montado. Eu tinha pasto pra três, quatro vaca, de leite. Eu, eu, eu, tinha tudo isso aí. Mas depois que entrou aquelas leis. Que veio o problema do sindicato, entrou o sindicato na usina. Depois que entrou o sindicato, acabou com tudo. Chegou um ponto que ele pegou e vendeu a empresa, foi embora, e aí foi que entrou o grupo dos Atalla.

Isto é, além de dominar a circulação de necessidades básicas, também realizavam a própria produção destas. Um empregado dos Lunardelli receberia uma parte do seu salário em “vales”, compraria, ao menos uma parte, de suas necessidades nos próprios

estabelecimentos dos Lunardelli, necessidades estas produzidas por estabelecimentos também desta família. Não é de se admirar que o advento dos sindicatos e das leis trabalhistas tenha contribuído para implodir um sistema baseado em tamanha sujeição.

Os depoimentos sobre a vida política local também são profícuos para se constatar esta faceta do mesmo processo que venho aqui analisando.

Maria, na sequência, discorre sobre o esquema eleitoral local e, ademais, fornece pistas para refletir sobre o processo de reprodução social dessa espécie de facção monopolizadora dos poderes.

Maria: E se eles souber, e aí botava um candidato tinha que ganhar, tinha que ganhar aqui! Não tinha esse negócio, não. Esse Zé Macaca mesmo ganhou, eu não sei quantas vezes ele foi prefeito. Ele não morreu não, morreu? O Zé morreu? É que eu to assim, eu preciso perguntar, de repente (risos), às vezes eu pego com meu filho (incompreensível): “Mãe, já morreu!” (risos). E esse rapaz, essa cara, nossa ela era um líder aqui!

Elza: Tradicional...

Maria: Mas ele era, não, ele era o dono daqui do pedaço. Ele que, ele tinha que ganhar, já entrava porque ele ia ganhar, e a usina apoiava. Se a usina apoiasse o candidato, igual eu te falei, os títulos da gente era recolhido e contado. Então, fulano de tal tem tantos votos, tem tantos títulos e tantos votos...aí ficou Dario, o Dario foi prefeito da cidade, o Dario passava pra esse José Jabur, o Jabur terminava e passava pro Dario. Foi assim não sei quanto tempo assim. Assim, um terminava o outro peg[ava]...naquele tempo não era igual agora, 4 ano. Faz, era 6, não era 6 anos? Era 6, agora eu num lembro. Mas não era só quatro anos de prefeito, não. Era mais. Era o tanto que queria, eu acho (risos). A gente nem eu, sinceramente, eu vivi nesse meio, toda a vida eu trabalhei pro município, mas eu não me lembro quantas vezes, num dava pra sair, é...se sabe que tem até uma música que fala assim...como que é? Ah, é! Dizia assim: o Macaco (Macaco é o apelido do Zé Jabur) tá certo, quem manda é o povo, o Macaco tá certo, é Dario de novo (risos). Aí o Dario terminava vinha o Zé Jabur, vinha o Macaco (risos). Até o pessoal falava, Zé Macaco, que era o apelido dele quando jogava futebol. Então tinha essa música, a gente cantava, até hoje eu canto, em protesto eu canto (risos) "é Dario de novo", era Dario de novo porque ele voltava pra prefeito (Maria, entrevista).

As informações da entrevistada realmente condizem com a realidade. Juntos, o neto do Ricardo Lunardelli (Dario) e José Jabur governaram Porecatu por vinte e sete anos, cumprindo três mandatos cada um. Entre 1969 e 1988 (19 anos), durante a Ditadura

Militar, os dois se revezaram no poder, ininterruptamente, com dois mandatos cada⁵⁵. São também lembradas e corroboradas pelas irmãs Selma e Luzia:

Selma: O Dario Lunardelli foi prefeito várias vezes. Ele era prefeito, depois entrava outro, depois ele entrava novamente. Dario Lunardelli era neto do da usina, lá, do Ricardo Lunardelli.

Luzia: Ah [lembrando quem era o outro prefeito que entrava após Dario], o José Jabur. José Jabur é o Macaco.

Selma: Ficou em dobradinha. Ficava assim: o Dario Lunardelli terminava a gestão dele, era eleito o Macaco.

Luzia: Como [se fosse], assim, a turma do Lula, sabe? Como a turma do Lula. Só que esses daí prestava! Esses Jabur também eram uma família muito boa, muuuito boa pro meu pai!

Selma: Família distinta...

É interessante salientar que, embora a fala de Maria seja crítica e a das irmãs seja subserviente, ambas convergem na descrição que realizam dos fatos. Na primeira, em tom de denúncia e com uma caracterização dos traços clientelísticos do sistema político local. A segunda, de maneira naturalizada e colaborativa.

O período em que Dário Lunardelli e José Jabur revezaram no poder ininterruptamente, por 19 anos, compreende o de perda do status econômico e político dos Lunardelli. Entretanto, nota-se que o esquema político se manteve, junto à mesma configuração econômica e fundiária. A Usina Central do Paraná e a terras controladas por ela passam a ser propriedade do Grupo Atalla. Dario e José ainda foram eleitos, por mais um mandato cada nesses 19 anos. Devo acrescentar que, além dos mencionados, a maior parte dos demais prefeitos também eram “candidatos da usina”. Conforme pude verificar, apenas três dos dezessete prefeitos, não eram da situação, isto é, não eram candidatos de usina, seja com a família Lunardelli ou Grupo Atalla. Contabilizando, mais de um terço dos mandatos transcorridos na história de Porecatu foram divididos entre a dupla Dario e José.

Devido à alta produtividade das terras vermelhas na vertente sul do rio Paranapanema e sua crescente valorização, parte de elite paranaense passa a possuir terras na região de Porecatu. Isto faz com que a região comece a se tornar também estratégica

⁵⁵ É sugestivo que durante o período da Ditadura Militar, marcado pelo autoritarismo e ausência de democracia, tenha havido esse revesamento no poder com apenas estes dois prefeitos, da situação. Apesar do verniz democrático pincelado pela ocorrência de eleições para prefeito, vereador, deputados e senadores, eram os militares que impunham suas vontades e regras do sistema político.

nas articulações de poder para além do local. Maria levanta este ponto, citando o nome de uma figura política que até hoje possui influência política e econômica no Paraná.

Maria: Tinha muita gente, os deputados tudo era...aqui era um centro político.

Adriano: É, aqui lançou governador, né?

Maria: Deputados, governador. Paulo Pimentel foi governador todo tempo que ele quis.

O caso de Paulo Cruz Pimentel é emblemático. A partir dele podemos refletir sobre a capacidade do poder econômico e político local se projetar em níveis mais amplos, no caso, estadualmente. Na trajetória em questão, estão articuladas as relações familiares/econômicas das elites, o fisiologismo das relações políticas e a agência do poder econômico nas disputas políticas.

Paulo Pimentel, paulista de Avaré, casou-se com uma das filhas de Ricardo Lunardelli, Yvone. Mudou-se para Porecatu em 1953, onde trabalhou como consultor jurídico na empresa Ricardo Lunardelli S.A. e posteriormente como diretor da UCP (Monteiro, 2015). Em entrevista ao jornalista José Wille (JWS, 2011) ele revela a trajetória que o fez político.

José Wille: Como é que de São Paulo o senhor veio parar no Norte do Paraná?

Paulo Pimentel: Pois é, eu me casei com uma Lunardelli e meu sogro era dono da usina de Porecatu, o maior acionista. [...] Aí, eu praticamente assumi a direção geral da usina de Porecatu, com quase cinco mil funcionários.

José Wille: Como foi o contato inicial com Ney Braga, que estava em campanha no final da década de 50, e que fez ao senhor o convite para se tornar secretário de estado dele?

Paulo Pimentel: O meu grupo econômico, que era o grupo Lunardelli, resolveu apoiar o Ney, que nós nem conhecíamos. E não sei por quais divergências lá, o grupo ao qual eu pertencia resolveu apoiar o Ney Braga. O cidadão que influenciou o meu sogro a apoiar o Ney foi o saudoso empresário paranaense, depois deputado, Hermes Macedo, que tinha uma fazenda em Centenário do Sul.

Paulo segue relatando como conheceu o candidato Ney Braga pela ocasião de um comício Porecatu, e depois como foi convidado para exercer o cargo de Secretário de Agricultura, com intermédio de Ricardo Lunardelli. Ele diz que relutou em aceitar, pois não se julgava tecnicamente competente para exercê-lo. No entanto, aceitou e a partir de então se consolidou como influente político e empresário. Seguem mais elementos

Com a vitória de Ney Braga [em 1960] e sua posse em 31 de janeiro do ano seguinte, foi convidado a assumir a Secretaria de Agricultura do Estado. Por essa época, tornou-se também presidente da junta administrativa da Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná e do conselho de administração da Companhia Agropecuária de Fomento Econômico do Paraná-Café do Paraná, além de ter sido eleito representante da lavoura paranaense na junta administrativa do Instituto Brasileiro do Café (IBC). Deixando a Secretaria de Agricultura do Paraná em 1965, lançou sua candidatura ao governo do estado, registrada desde o ano anterior pelo Partido Trabalhista Nacional (PTN) e, mais tarde, apoiada pela bancada estadual da União Democrática Nacional (UDN) (Braga, CPDOC-FGV)

Paulo governou o Paraná de 1966 e 1971. Ainda hoje possui fazenda em Porecatu. Localmente, é lembrado por ter construído, durante seu mandato, uma estrada “de presente” para Ricardo Lunardelli, que ficou conhecida como “Rodovia do Sogro”. Também, durante seu mandato, foi construída em Porecatu a Usina Hidrelétrica Capivara, no rio Paranapanema (Paraná, s/d).

Tendo realizado esta caracterização e análise do poder dominante em Porecatu, com sua irradiação pelo Paraná, buscarei, a seguir, trabalhar este mesmo desenvolvimento histórico, mas em relação aos processos de produção das narrativas e suas disputas, tanto em relação à memória, quanto em relação às disputas no presente, as quais também evocam a memória. Procurarei demonstrar as relações deste poder local e seus atores na produção das versões de “verdade” e de “mentira”, dos ditos, não-ditos e silenciamentos.

5. MEMÓRIA, SILENCIAMENTO, HISTÓRIA ORAL E OCASIÕES NARRATIVAS

Adriano: eu queria falar mais do antigo, de quando o senhor chegou.

Miguel: quando eu cheguei em Porecatu, a região, quase tudo mato. Tinha cana já, aqui. A usina começou em mil novecentos... tem o livro ali, ó! Tem um livro ali, 1940, quando começou Porecatu, 1941. Eu tenho o livro ali, que eu ganhei. Eu ganhei de presente. Eu ganhei de presente. Os Lunardelli fez o livro, e veio pra prefeitura, e a prefeitura mandou um pra mim. Que a gente é velho da cidade, sempre viveu aqui, sempre dedicou pela cidade.

Alessandro Portelli, em *O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de julho de 1944): mito e política, luto e senso comum* (2000), articula um bom número de categorias e conceitos para tratar da dinâmica histórica pela qual se constituem as memórias sobre o evento específico que dá título ao texto. Deste, o que vem trazer grande contribuição à minha análise é a maneira como o autor evidencia o caráter histórico e específico do evento que estuda, conseguindo demonstrar assim o poder conflitante entre e nas narrativas locais, ao passo que consegue decifrar essa conflituosidade particular, local, segundo uma análise de mediações políticas e ideológicas mais gerais que permeiam as narrativas.

A memória, como um “constructo cultural de palavras e ideias” (Portelli, 2000, p. 108) que, conforme Cappelletto e Calamendrei (*apud* Portelli, 2000) é moldada ao longo de muitas ocasiões narrativas, formalizando-se em narrativas estruturadas, coerentes e que orbitam em torno de um tema político. Visualizo um quadro correspondente a esse em Porecatu, embora sua história, traumas, conflitos, personagens e lugares, ou seja, seus elementos constitutivos⁵⁶ (Pollak, 1992) de memória sejam muito distintos.

No município, o poder público, por meio de diversos instrumentos, é, aparentemente, hegemônico na produção do que chamo de memória pública local. Ele detém o controle de diversos aparelhos que constituem lugares de enunciação privilegiados, produzindo e reproduzindo narrativas, versões, sobre a história local e regional, ao passo que mantém uma espécie de política de silenciamento de narrativas alternativas. Exemplos disso são as narrativas contidas nas descrições do município e sua

⁵⁶“Quais são, portanto, os elementos constitutivos da memória, individual ou coletiva? Em primeiro lugar, são os *acontecimentos* vividos pessoalmente. Em segundo lugar, são os acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer. São acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou, mas que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não [...] podem existir acontecimentos regionais que traumatizaram tanto, marcaram, tanto uma região ou um grupo, que sua memória pode ser transmitida ao longo dos séculos com altíssimo grau de identificação (Pollak, 1992, p. 201). Além desses acontecimentos, a memória é constituída por *pessoas*, *personagens* (Pollak, 2000, p. 201). Por fim, como elementos constitutivos estão os *lugares* (Pollak, 1995, p. 202).

história veiculadas no site da prefeitura, na Casa de Cultura do município de Porecatu e na página do IBGE Cidades.

[O município de Porecatu] Foi fundado em 1941, por Ricardo Lunardelli e seus filhos João e Urbano. Ricardo Lunardelli, proprietário de uma vasta gleba de terras, dividiu-as em lotes e as vendeu, facilitando assim, a sua aquisição por parte de grande número de colonos promovendo o povoamento da região, fundando assim a Usina Central do Paraná, Agricultura, Indústria e Comércio, o maior complexo industrial sucroalcooleiro do Paraná, criando milhares de empregos, consolidando o desenvolvimento e progresso da região norte do Paraná. A primeira denominação dada pelos Lunardelli a este povoado foi Brasília. Pela lei Estadual n°. 199 de 30 de dezembro de 1943 passou a ser Distrito Judiciário Comarca de Sertanópolis e passou a denominar-se Porecatu, que em Tupi-Guarani significa Cachoeira Bonita, originado do Salto Capivara do Rio Paranapanema. Em 1947 foi elevado à categoria de município pela lei n°.02 de 10 de outubro de 1947, sendo desmembrado de Sertanópolis e instalado no dia 05 de novembro de 1947. Pela lei n°.23 de 14 de janeiro de 1948, foi criada a Comarca de Porecatu, e instalada no dia 27 de janeiro de 1949, sendo o primeiro Juiz de Direito o Doutor Octávio Bezerra Valente. O primeiro prefeito de Porecatu foi o Senhor José Patrocínio Silva, sendo o mesmo indicado e nomeado pelo então Governador, Moisés Lupion (IBGE, PORECATU). Grifos meus.

Trata-se da memória veiculada pelas fontes oficiais. Reafirma-se a narrativa dos que venceram os conflitos agrários, ao passo que silencia não só uma “narrativa dos derrotados”, mas nega a pluralidade de versões. Um aparato narrativo e ideológico que embute também determinados valores (pioneirismo, desenvolvimento e progresso), com um cronologia própria, que privilegia determinados acontecimentos (elementos constitutivos) e silencia outros. A cronologia aqui revelada seria a mesma, caso a pluralidade de narrativas fosse contemplada pelas fontes oficiais?

Eis, literalmente, a noção de “ganho do fundador” em sua dimensão simbólica. Neste caso, a cronologia serve a uma memória, fornecendo uma espécie de pontos de apoio para estabilizar a história dentro de uma narrativa. Para Porecatu, conforme pode ser apreciado no parágrafo supracitado, a cronologia oficial (fundação, elevação a município, fundação da UCP, criação da comarca e primeiro prefeito) se confunde com a cronologia que data a narrativa do poder local, pois os acontecimentos estabilizados temporalmente nas datas são, em si mesmos, empreendimentos e interesses de uma elite local em processo, sobretudo a família Lunardelli e seus aliados.

Para abordar a questão do silenciamento na disputa entre narrativas divididas, me apropriarei de alguns raciocínios que Eni Orlandi (1995) utiliza para pensar as relações entre silêncio e linguagem na formação dos sentidos e no discurso. Diz a autora:

O ato de falar é o de separar, distinguir e, paradoxalmente, vislumbrar o silêncio e evitá-lo. Este gesto disciplina o significar, pois já é um projeto de sedentarização do sentido. A linguagem estabiliza o movimento dos sentidos. No silêncio, ao contrário, sentido e sujeito se movem largamente (Orlandi, 1995, p. 29).

Orlandi (1995) está se referindo à fala. Esta, no sentido de verbalizar, só pode se realizada individualmente. Eu, pelo contrário, estou me referindo à linguagem escrita e à oralidade expressando memórias coletivas. No entanto, considero o raciocínio útil para refletir sobre a sedentarização dos sentidos históricos e sua estabilização na (e através da) narrativa que constitui (ao mesmo tempo que é constituída por) uma memória coletiva. Ao mesmo tempo, paradoxalmente, vislumbra-se o silêncio em sua amplidão de sentidos. Orlandi (1995) discute, então, o político na linguagem e sua outra característica necessária: “a *política do silêncio*. Isto é, o *silenciamento* (Orlandi, 1995, p. 30).

A autora em tela utiliza o conceito de silenciamento principalmente para a análise dos processos de censura, ou seja, quando há uma política do silêncio oficializada. Diferentemente, meu esforço, aqui, é com intenção de captar *o sentido de silêncio na política local*, já que não existe uma política oficial de censura. Há, todavia, sentido político em não dizer e no não-dito (Pollak, 1989). Neste sentido, compreendo que permanece a “*questão do “tomar” a palavra, “tirar” a palavra, obrigar a dizer, fazer calar, silenciar etc.*”. (Orlandi, 1995, p. 31). Ampliando um pouco a noção do silêncio aqui apropriada:

Em face dessa sua dimensão política, o silêncio pode ser considerado tanto como parte da retórica da dominação (a da opressão) como de sua contrapartida, a retórica do oprimido (a da resistência). E tem todo um campo fértil para ser observado: na relação entre índios e brancos, na fala sobre a reforma agrária, nos discursos sobre a mulher, só para citar alguns terrenos já explorados por mim (Orlandi, 1995, p. 31).

Faço, então, uma breve prospecção nesta temática para pensar silêncio e silenciamento na constituição das memórias públicas em Porecatu, nos marcos da conflitividade e divisão destas.

Tendo exposto uma concepção do silêncio e seu papel na tessitura das narrativas e destas na tessitura da memória coletiva, atendo-me, agora, à noção de “memória dividida”⁵⁷. Conforme Portelli,

A brilhante definição, “memória dividida”, precisa ser ampliada e radicalizada para definir não só a dicotomia (e hierarquia implícita) entre a memória institucional [...] e a memória coletiva da comunidade, mas também a pluralidade fragmentada de diferentes memórias. (Portelli, 2000, p.128).

Tentando organizar essa “pluralidade fragmentada de diferentes memórias” em Porecatu, podemos delinear, ainda que esquematicamente, a divisão entre uma memória pública oficial (dos vencedores) e a memória pública dos derrotados. Por sua vez, cada um desses campos também possui seus conflitos (PCB local, PCB nacional x posseiros) (Lunardelli x outras famílias tradicionais). São oposições *entre* campos da memória, e também *dentro* destes campos distintos (Portelli, 2000). Não é meu objetivo aprofundar o estudo sobre essas divisões, mas devo evidenciar esta pluralidade para não cair em dicotomias. Neste sentido, Portelli afirma que,

na verdade, quando falamos de memória dividida, não se deve pensar apenas num conflito entre a memória comunitária pura e espontânea e aquela “oficial” e “ideológica”, de forma que, uma vez desmontada essa última, se possa implicitamente assumir a autenticidade não mediada da primeira. Na verdade, estamos lidando com uma multiplicidade de memórias fragmentadas e internamente divididas, todas, de uma forma ou de outra, ideológicas, [aqui, eu acrescentaria politicamente] e culturalmente mediadas (Portelli, 2000, p. 106).

Pollak (1992), ao estudar a memória acerca da Resistência francesa, dialoga com o raciocínio que procuro apresentar. Conforme o autor, a resistência francesa foi composta por grupos diversos, divididos entre tendências comunistas e gaullistas. “*Por conseguinte, nessa memória há um certo número de objetivos, de conflitos, de litígio*”. Após 1945, houve contendas no terreno político francês para disputar, por exemplo, quem detinha a legitimidade como vanguarda de Resistência. “*O objetivo era verem reconhecida a interpretação do passado de cada um e, logo, a sua memória específica*” (Pollak, 1992, p. 205).

Portelli (2000) utiliza o termo *memória pública* para se referir à memória grupal e familiar, constituída pelas narrativas dos indivíduos descendentes ou presentes no

⁵⁷ Portelli (2000) utiliza o termo para tratar das versões acerca do massacre de Civitella, durante a Segunda Guerra Mundial. Nele, os nazistas fuzilaram centenas de civis no vilarejo de Civitella Val di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944). Existem diferentes versões produzidas localmente, que por sua vez estão atreladas a narrativas mais amplas acerca da resistência, indiferença ou colaboração com a ocupação nazista na Itália.

massacre de Civitella em 1944. Conforme o autor, uma memória “*materializada em suas próprias narrativas e em seus narradores gabaritados, nos livros de depoimentos e nas peças sacras*”, ou seja, nos meios de expressão em que essas narrativas locais são construídas. Meios diferentes dos quais aponto, aqui, para Porecatu, e que se impõem, frente ao conflito entre memórias divididas nos quais estão inseridos, combinando mediações e justificativas diferentes. Em Civitella, pela apreciação reverente que a legitimidade do luto, da dor e do trauma pode provocar, ou pelo fato de serem famílias antigas e tradicionais do vilarejo. Em Porecatu, pela subordinação política e econômica, que permite a continuidade de um determinado grupo no controle do poder público, utilizando seus recursos e compondo um quadro de funcionários através de práticas clientelistas, o que possibilita o engajamento pessoal dos funcionários na formulação da memória, como é possível inferir em relação ao que pude vivenciar no contato com práticas da secretaria de cultura municipal e seus funcionários. Portelli identifica essa memória pública como uma “*construção bastante ideológica e institucional, distinta das memórias pessoais nas quais se baseia*” (Portelli, 2000, p. 126-127).

Neste sentido, penso que dialogar com a antropologia social, neste estudo, pode auxiliar na busca de critérios que possibilitem organizar e dar alguma coesão às e entre as diferentes ocasiões narrativas ocorridas em campo, tanto na relação com fontes individuais, como nas ocasiões de visitas a instituições (que também podem envolver situações com fontes individuais).

Como os próprios autores – tanto na antropologia, quanto na história e na história oral – demonstram, é profícuo pensar abordagens, para trabalhos nestas distintas áreas, tendo em mente suas convergências e complementaridades, em relevo as metodológicas. Mas isso implica certos riscos. Pelo lado da antropologia Vincent (2010)⁵⁸ alerta que em vários momentos em que informantes narram histórias de vida e de famílias, estão menos dando testemunhos fiéis sobre o passado do que fornecendo depoimentos do presente; tal fato implica, no entanto e somente, que busquemos dados complementares acerca dos indivíduos, para fugirmos de uma (Vincent, 2010) “*espécie de peça teatral de moral sociológica, povoada de personagens banais – proprietários de terras, camponeses, elites, burocratas, migrantes etc. – circulando em melodramas banais chamados*

⁵⁸Neste trabalho Joan Vincent propõe tipos de pesquisas exclusivos da antropologia sejam complementados pela “ampliação dos limites da análise por meio do estudo dos “campos de atividade” e pela pesquisa histórica da mais minúscula natureza” (Vincent, 2010, p. 497).

revolução, reação, democratização ou progresso” (Geertz, 1971, p.463 *apud* Vincent, 2010).

Estas informações complementares sobre os indivíduos, aqui compreendidos como “*fontes históricas orais, [que] são fontes de narrativas*” (Portelli, 1997, p.25) podem ser um recurso para conectar os narradores e suas narrativas a um contexto social, econômico e histórico mais amplo que, neste trabalho, é pensado e concebido com base em obras de referência sobre o Norte do Paraná e Porecatu, que caracterizam suas origens históricas políticas e econômicas com base em extensas pesquisas documentais e também em fontes orais. Trata-se de compreender e relacionar as representações contidas nas narrativas. Para continuar o raciocínio presente, é útil a seguinte reflexão de Portelli (2000, p.111) sobre “fatos” do historiador e “representações” do antropólogo:

...só considerando-as juntas é que se pode distingui-las. Representações e “fatos” não existem em esferas isoladas. As representações se utilizam dos fatos e alegam que *são* fatos; os fatos são reconhecidos e organizados de acordo com as representações; tanto fatos quanto representações convergem na subjetividade dos seres humanos e são envoltos em sua linguagem. Talvez essa interação seja o campo específico da história oral, que é contabilizada como história com fatos reconstruídos, mas também apreende, em sua prática de trabalho de campo dialógico e na confrontação crítica com a alteridade dos narradores, a entender representações. (grifos meus).

Evans-Pritchard (1978), tecendo sobre convergências entre a antropologia social e história social, devido, justamente, às suas diferenças metodológicas, faz a seguinte distinção “...podemos[nós, antropólogos] *observar el comportamiento directamente y plantear cuestiones que despiertan réplicas y comentarios, mientras que el historiado sólo puede observar el comportamiento social en los documentos y, cuando preguntan, éstos permanecen com frecuencia mudos*” (Evans-Pritchard, 1978, p. 60-61). Talvez, então, a potência e a especificidade da história oral estejam na superação da limitação colocada pelas abordagens estritamente documentais, propiciada pelo seu trabalho de campo.

Outra reflexão suscitada pela experiência de campo diz respeito ao trânsito temporal que venho realizando na concepção da presente narrativa. Nisto, encontro ressonância com Evans-Pritchard (1978, p.61) quando este diz que “*los historiadores escriben historia, por decirlo así, hacia adelante, y nosotros intentamos escribirla hacia atrás*”. Desde a elaboração do objeto aqui investigado, a tessitura da narrativa tem ocorrido, ao menos em parte, num sentido em que “... *a la luz de lo que hayamos*

aprendido sobre el presente, [posso] interpretar las fases de su desarrollo en el pasado” (Evans-Pritchard, 1978, p. 62).

Neste sentido, compreendo que o grupo de pessoas com o qual interajo em campo compõe parte de uma sociedade local no presente e, conforme a perspectiva de Vincent (2010) possui suas ligações com o passado, através dos laços familiares e matrimoniais, empregos etc. Mais ainda “*o próprio pessoal observado na situação de campo é [e aqui pode ser] considerado o elemento residual, por assim dizer, de um processo histórico* (Vincent, 2010, p.476) de transformações políticas e econômicas. Utilizo, aqui, o raciocínio do autor, embora ele o tenha elaborado para pensar no contexto de transformação de sociedades agrárias frente às mudanças de condições políticas e econômicas no bojo da “Grande transformação” (Polanyi, 1980). Talvez por isso ele utilize a classificação elemento “residual”.

O intuito aqui não é explorar este longo e amplo debate e articulação entre antropologia social e história. Trata-se de uma consideração metodológica necessária para expor o olhar sob o qual abordei o meu campo empírico.

Neste ponto, a noção das diferentes temporalidades, conforme Martins (2016), é útil para não se conceber de maneira linear e monolítica esta noção da realidade atual como sendo composta de “elementos residuais de um processo histórico”. Mantêm-se a noção de continuidade subjacente a esta, mas compreendida, agora, como continuidade e desdobramento do choque de temporalidades encarnadas em distintos agentes (posseiro/camponês; trabalhador de frente pioneira; fazendeiro/empresário agrícola; Estado), como elemento fundante, do contexto em que Porecatu se constitui, ou seja, a fronteira.

As narrativas a seguir são férteis para análises nestes sentidos.

Adriano: O senhor diz... Porque teve o pessoal que foi de posseiro.

Miguel: Posseiro, aqui tinha muito. Fazia... safrista⁵⁹ [...] eu conhecia alguns, naquela época. Aí, foi desenvolvendo. Aí, teve aquela revolução, Porecatu em pé de guerra. Foi feio. Teve uma vez que meu primeiro caminhão, que vem caminhão. Cheguei lá, tinha um fulano que foi capitão do exército, ele tinha um filho, e recebeu a polícia. E

⁵⁹Nas palavras de Miguel, “Safrista. A palavra safrista muitos não sabem. Nego chagava aí, vinha, entrava lá no mato, derrubava o mato, fazia um rancho lá e plantava milho. E sortava, quando o milho tava maduro, soltava os porco. O porco engodava no meio do mato. Aí, ia lá, laçava os porco e vendia. Safrista. Chamava safrista. Não precisava tratar que comia... Hoje não tem mais. Nem mato não tem! Eu conhecia alguns, naquela época”.

sabia guerra, né. São preparado, né. Pegou o polícia de Porecatu, foi um caminhãozinho. Teve dois [policiais] que amanheceu pelado lá em Centenário! Pelado, correram pro meio do mato! Rasgou a roupa, é. O sargento e o Bonifácio. Eu falo porque eu conheci demais. Não preciso aumentar, nem diminuir. Se ninguém contou, isso é verdade. Porque eles entrou pro mato. Você vai no caminhão, quando vê, bala de todo lado. O nego vai correr pro mato, né. E não tinha estrada, eles entrou e se perdeu. Foi sair lá em Centenário. Centenário tava começando.

Adriano: mas eles foram lá pra...?

Miguel: a polícia foi lá pra tirar os posseiros, mas recebeu foi a bala! Vinha bala, eles não sabia de onde. Aí passou uns tempo, uns dia, veio o exército de Curitiba. Foi com o caminhão lá, voltou tudo baleado o caminhão. Parou na Usina.

Adriano: Isso o senhor viu?

Miguel: Eu vi não, a polícia lá no Congo⁶⁰, ficava ali pra não entrar gente, sabe? Aí, esse caminhão veio aí, entrou lá [nas posses], e tinha um punhado de gente plantando café, rapaziada nova, que veio do norte. Matou seis ou oito. Pois chegou, queria nem saber quem era, foi matando. Aqui em Porecatu!

Adriano: mas quem chegou matando?

Miguel: A polícia! É, coisa da época, né. Tá enterrado aí, ó, no cemitério [...] É essa conversa, Porecatu.

De fato, os eventos narrados por Miguel guardam paralelo com o que é conhecido dos registros documentais e da literatura. O comandante de uma das operações da polícia - em conjunto com os Lunardelli e demais grileiros -, sargento Paredes, que abandonou seu posto e seus homens quando foram emboscados pelos posseiros; o número de caminhões utilizados; os soldados enviados de Curitiba; o confronto que deixou seis mortos etc. Apesar de confusão em alguns detalhes, a memória de Miguel é relativamente precisa acerca dos fatos, tendo em vista que estes se passaram a cerca de sessenta anos. Entretanto, não intenciono realizar uma outra investigação sobre o conflito, embora eu julgue pertinente fazê-la deste modo: a partir das memórias de habitantes locais que não eram envolvidos diretamente nos conflitos. Aqui, o primordial é refletir sobre as representações, realizadas pelos interlocutores na narração presente, acerca dos agentes dos conflitos, das conexões entre estes, e destes entre os fatos narrados, em suas intencionalidades e interesses. Prossigo com meu interlocutor:

Adriano: me fala da usina, como que era, na cidade, o que que a usina representava pra cidade, como que era...

⁶⁰Congo era o nome de uma fazenda que pertencia aos Lunardelli. Antigamente ela fazia divisa com o centro urbano de Porecatu e com a UCP. Posteriormente, a fazenda foi incorporada ao perímetro urbano e a sua antiga colônia se tornou um bairro marginalizado de Porecatu.

Miguel: não, os Lunardelli... quem começou aqui foi os Lunardelli, tinha a usina velha ali embaixo. Muito bom pra pagar, paga tudo em dia. [Não] Vou falar mal de uma coisa que não deve! Mas enquanto o João Lunardelli, seu Ricardo, que eu conheci os dois, porque eu era... e eu tinha nome aí, eu não queria nem falar, mas eu vou puxar um pouquinho só. Eu fui campeão muitos ano no corte de cana. Campeão mesmo, naquele tempo não era queimado, não. E eu, eu tinha um certo cartaz lá, e consideração deles. Seu Ricardo, seu João. Por incrível que pareça. [Dizendo da fama que ele tinha:] Aquele caboclo que não tem nada ali na frente ali que ele não faz. Eu era assim. E ele, muito bom, pagava todo mundo.

Aqui, é necessário assinalar a ideologia da subserviência como elo fundamental para compreender os processos de representação. Nesta forma ideológica se articulam vínculos econômicos, que podem ser de dependência ou não; e a vontade de se distinguir dos seus iguais, se aproximando da elite local. Ao mesmo tempo existe uma razão mais pragmática: o clientelismo e uma espécie de compadrio, enraizada na troca de pequenos privilégios e vantagens econômicas (lembrando a parceria econômica de Miguel com a UCP, para a qual ele era fornecedor). Abordarei esta questão mais demoradamente em outro tópico. A menção de que os Lunardelli “eram bons, pois pagavam” foi recorrente em ocasiões narrativas. Talvez, guarde relação com o fato de que os posteriores proprietários, o grupo familiar Atalla, seja conhecido pela quantidade de processos e problemas trabalhistas com seus funcionários e fornecedores⁶¹. Desta forma, pela contraposição com prática ilegítima dos patrões atuais, os Lunardelli se tornam ainda mais os demiurgos, pelo simples fato de honrarem compromissos em dia.

Outro ponto central é a forma naturalizada como os interlocutores encaram as relações entre coisa pública e coisa privada, onde, para Porecatu, os limites são de difícil percepção. Miguel logo se preocupa em esclarecer que os Lunardelli compravam e vendiam, e não roubavam terras. Mas não existe nenhum estranhamento em relação ao fato de a base e o suporte de operação do Estado para remover os posseiros, através da polícia e jagunços, ser a UCP, a fazenda Congo, todas elas propriedades da família Lunardelli. Existe, ademais, um tom de folclorização em algumas narrativas dos conflitos. Parece ser uma forma de desvincular os fatos narrados de sua rede de causalidades, neutralizando sua dimensão política e evitando implicações oriundas de se explicitá-las.

A seguinte fala, agora com Lázaro (chegou a Porecatu em 1946, trabalhou na usina desde então, tendo chegado a cargo de chefia no setor de transporte), também é muito

⁶¹Vide o vasto histórico de ações trabalhistas de diversas naturezas contra a Usina Central do Paraná (UCP) (Jusbrasil, 2008).

explicativa da forma como se desdobravam os conflitos em Porecatu e em toda a colonização recente do norte do Paraná, de maneira geral. Descreve parcialmente o processo de formação das posses e uma forma de ação direta conhecida durante a resistência camponesa: embargos realizados pelos posseiros. Fala também sobre o desfecho dos enfrentamentos pela terra.

Adriano: tem as historias daquelas brigas de terra que teve por aqui.

Lázaro: eu passei por aquele processo. Passei. Então, aquele negócio daquela, foi de 51 pra 52. Aquilo ali era os posseantes. Que pegaram terra, sem documentação. E quando os dono das terra foi abrir as fazenda, eles embargaram. E aí criou a guerra. Saiu num jornalzinho de Campinas, naquele tempo, considerando Guerra, de Porecatu. Naquele tempo tinha, o doutor [incompreensível], que morava em Catanduva. E ele tinha fazenda, e a fazenda dele foi aonde era tomada pelos, pelos posseante. E ele que escreveu aquele jornalzinho em Catanduva, como dizendo: a Guerra de Porecatu.

Adriano: e foi numa região específica do município onde deu as briga maiores?

Lázaro: então, na realidade, aonde foi aquelas briga, [próximo a] Centenário do Sul. Mas ali deu, foi muito problema. Eu tava, aquele tempo, eu morava no Congo, naquele tempo. Eu lembro, nós tava em Londrina. Já há uns 4, 5 dias, preso em Londrina com o caminhão. Porque não podia sair porque tinha muita chuva, naquele tempo não tinha asfalto, tinha nada! Chuvia, você ficava na estrada! Você não ia. E eu lembro que nós tava em Londrina, e quando nós saímos de lá, nós foi cercado. Que um onibusinho, aqueles antigo, cheio de policiamento! Mas ninguém sabia de nada. Aí, deram com a mão, motorista parou, e aí já veio aquele mundaréu de soldado. E o capitão, responsável por aquele grupo, já chegou, já contou a história, que tava vindo de Porecatu... E aí já foi enchendo meu caminhão!! Foi enchendo o caminhão. Encheu o caminhão. E aí tocamos. Ninguém sabia de nada... Perguntaram o que tava acontecendo em Porecatu. E falei: "Ah. Não sei. Nós tamo tantos dias aqui em Londrina e não sabemos". Aí viemos. Mas naquele tempo 85 km você gastava 3, 4, 5 horas, pra vir de Londrina [até] aqui. Terra, estrada ruim, tudo cheio de buraco por causa da chuva. Ah, quando nós chagamos aí, nós fomos direto à delegacia. Quando nós chegamos na delegacia, tinha um carro, caminhão, tudo furado de bala. E uma bruta de uma revolta em Porecatu, que dava medo. Qualquer coisinha a policia já prendia as pessoas. É. E aí, veio aquele mundo de polícia de Curitiba, essa cidade aqui ficou tudo cheia de polícia pra todo canto que você saía. Até o dono da usina, seu João, eles desarmaram ele. Desarmou, até ele. Ele vinha aí, vinha da usina passando por aqui, deram com a mão. Eles não sabiam quem é que era, mas desarmaram ele. E aí formaram aquele, aquele bruta daquele treinamento deles, e quando foi no outro dia, assim, saiu aquele desfile tremendo, de condução, e chegou-se lá, e que teve aquele puta reforço dentro da, da, do lugar mesmo... [tentando lembrar] do, do, do barulho⁶², chama hoje... é uma vilazinha. Chama Vila Progresso, Vila

⁶²“barulho” é outra forma de se referir aos conflitos por terra.

Progresso. E ali foi tirando aquele povo, mandando prum canto, mandando pra outro. E outros não queria sair, pareceu que saiu com atrito. Foi um negócio meio esquizito.

Adriano: e ficou um tempo nessa?

Lázaro: ah ficou! Aquilo ali ficou mais de meses. Não lembro certo, mas ficou quase um mês aquela briga ali [se refere aos enfrentamentos finais]. Até que desocupou tudo ali, as terra.

Adriano: e esse pessoal que era posseante, vinha da onde?

Lázaro: ah, não sei não... Que vinha gente, olha, de onde eu vim, em Minas. Então, de onde eu vim, de lá de Minas, depois que eu cheguei, veio um povo de lá que trabalhavam com a gente. E eles chegaram aqui, teve um bocado deles que passaram esse tempo participante, dessas briga aí. Depois, [batendo uma mão na outra] nunca mais ouvi falar! Nunca mais vi ninguém deles. Ninguém sabe que que aconteceu com eles. Eles começaram trabalhar aqui como eu comecei, e com aquele problema ali, aquela propaganda de terra...[em tom sugestivo de questionamento a estas propagandas]. E tá, tá, tá, eles entraram também. E aí...

Adriano: tinha propaganda de terras? Terra pra ser ocupada?

Lázaro: eles falava... Eles entrava lá e fazia o trabalho deles lá, aquela coisa e tal, e aquilo ia entrando na cabeça de mais alguém, que futuramente podia ser um... vamo supor, assim, um dono de tantos alqueire de terra. Naquela influência ele [o posseiro] ia entrando lá. E no fim, deu no que deu.

Os comentários seguintes não devem ser entendidos como questionamento à conduta dos interlocutores. Apenas procuro apontar em suas falas os enquadramentos narrativos que as organizam. Digo no plural, pois estas se revelam internamente fragmentadas.

O estabelecimento do ordenamento fundiário dominante não é objetivado e/ou questionado. Lázaro não delibera esboçar alguma relação causal entre o desaparecimento de seus conterrâneos, os fazendeiros e a ação da polícia que ele próprio narra, por exemplo. No entanto, ele estabelece claramente uma sequência lógica de culpabilização dos “posseantes”. Não se pensa como as grandes fazendas e o poderio delas é estabelecido. Algo neste sentido é realizado apenas em relação aos *Outros*, “posseantes”. Quem muitas das vezes os narradores e narradoras nomeiam como “doutores”, são, de fato, apenas os donos, grandes proprietários vindos das cidades, e distintos por isso. Não se questiona a ordem da realidade, pois essa é dita segundo a própria narrativa destes, os pioneiros. Para esses trabalhadores, questionar esse ordenamento – fundiário e narrativo - é relativizar o sentido do seu próprio mundo.

Diferentemente de Lázaro, Camilo é um homem que teve sua vida econômica desenvolvida com relativa autonomia em relação aos Lunardelli e/ou à UCP. Foi mecânico de oficinas menores e de outras firmas, e depois trabalhou como funcionário do setor de transporte da prefeitura municipal, onde percorreu toda a hierarquia e funções. É curioso que sua narrativa já delineia mais precisamente a conduta de alguns atores envolvidos. Sua fala já está muito oposta à que está presente na memória oficial local, e começamos a visualizar com mais clareza uma fragmentação da memória local.

Camilo: só que naquela época, teve perto aqui, no município de Centenário, invasão de terra. E aqui era o central, né, delegacia central. E aqui foi a primeira comarca que teve foi esse aqui. Tinha Centenário, Alvorada já era outra... Que era pra lá do rio, né, rio Vermelho. Então, vieram tudo pra cá. Aí construíram delegacia. Aí começou chegar polícia, e coisa, muita gente, muita briga. E matavam muita gente, naquela...

Adriano: e essas brigas que deu foi no Centenário?

Camilo: não, Centenário do Sul, mas não é bem Centenário. É ao lado de Centenário, Lupionópolis era a cidade mais próxima, mas não tinha estrada, era as fazendas, só tinha carreador. Mas era fazenda. A fazenda que mais morreu gente era a fazenda Tabapuã. Da fazenda Tabapuã em [até em] Centenário deve dar o que? Uns 15 quilômetros. Por aí, uns 15 quilômetro.

Aqui está contida uma observação importante: apesar do território onde se davam as disputas cruentas estar mais próximo da área urbana de Centenário do Sul, na época este ainda era parte de Porecatu. A gestão de todo esse território se dava a partir do poder local constituído em Porecatu, que pouco anos após sua fundação já se tornou uma comarca.

Camilo: E as briga dura mesmo, tinha pra lá. Uma vez eu peguei rabeira de um caminhão. Foi dos primeiros caminhão que a prefeitura comprou. Era um Chevrolet. Chevrolet 51. É... e eu peguei lá na minha casa, lá embaixo. E eu peguei rabeira num caminhão daquele. E quando nós pegamo e subimo na carroceria, lá dentro tava cheio de peão morto (risos)! É! Dava um arrepio na gente, tremendo. Passava pela delegacia, eles às vezes esperava os familiares, mas não esperava muito também, não. E, fotografava tudo. Vixe, era um rolo danado na época. Tinha muito soldado atrevido, também. Que vinha, esse povo, eles vinham de Curitiba pra cá. Vinha do Estado. Quando [o Estado] manda, manda o que? Mal elemento. Você vai tirar os cara bom que tava por companhia lá, pra mandar pra outra aqui? Cê vai mandar aquele mais... mais desobediente, mais encrenqueiro. Matavam muita gente, sim. Soldado, de vez em quando morria soldado. No geral eles mataram muita gente. E teve muita gente que mataram, até hoje ninguém sabe, mas eles jogaram no Paranapanema. E aí, é um abraço. Quem que vai atrás?

Adriano: e quem que era esse pessoal que morria mais, que o senhor tá falando?

Camilo: quem morria mais era posseiro. Morria um, dois soldado, posseiro morria uns 7, 8. Mulher [da família de posseiro], sumiu muita gente na época. Mas todo mundo sabe, os antigo sabe. Que foi jogado dentro d'água.

Adriano: mas isso aí foi antes, durante ou depois da guerra? Isso já acontecia antes?

Camilo: já, antes, quando tava começando a escavação da usina. Tinha nada ainda. Tava era plantio de café, plantio de... Preparando pra planta cana.

Camilo narra alguns fatos que estabelecem uma certa culpabilização, ainda que seja só para a conduta da polícia. Embora sejam narrações que traduzem alguma implicação política subjacente, elas ainda não trazem pontos que demonstrem os interesses dos agentes, sobretudo dos com poder de mando e econômico, que articulavam as ações que correspondem aos episódios narrados. Passa-se a impressão de que a polícia agia por si só.

Em alguns momentos os interlocutores deixam transparecer a participação direta da prefeitura, como quando Camilo fala dos peões mortos no caminhão desta, ou da UCP, como na fala anterior de Lázaro, por exemplo. Mas nunca de maneira intencional e deliberada. Os agentes que querem tirar as terras dos posseiros, ou não são apontados, ou não são relacionados à violência e à expulsão dos posseiros através desta. Assim, e paradoxalmente, nestas falas o principal significado está no implícito e, principalmente, no não-dito. Portelli (1997, p. 34), ao discorrer sobre os tratamentos necessários aos materiais advindos das fontes orais, assinala, neste sentido, que em algumas narrativas “*a informação mais preciosa pode estar no que os informantes escondem e no fato que os fizeram esconder mais do que eles contaram*”. Cada versão narrada está a meio caminho dos fatos. O restante deve ser percorrido investigando e estabelecendo os significados que fluem no silêncio produzido pelo que foi dito. Quem eram os antagonistas daqueles que eram assassinados pela polícia? Porque se fala tanto em polícia e nada em jagunço (sabe-se que a força de repressão, quando em Vila Progresso, ficou instalada na casa de um conhecido jagunço, o Fuad Nacli)?

Daqui em diante passo a tratar de falas que se situam num campo narrativo mais explicitamente antagônico e ajudam a expor um contexto de litígio em torno da memória local.

Primeiramente, trago trechos de uma conversa com as duas irmãs, Vitória e Silvia. Elas são um pouco mais novas do que a primeira, Thaís (narrativa que inicia este capítulo), e ambas passaram muitos anos morando e trabalhando na cidades de São Paulo. Num dado momento da conversa, fiz uma mudança de assunto com a seguinte pergunta.

Adriano: a senhora era criança na época que teve as brigas por terras, né?

Nesse momento ela demonstrou uma espécie de incômodo. Esboçou um vago sorriso, inclinando a cabeça de lado e a face para frente, ao passo que disse, rapidamente, algo como “isso eu não queria falar”. Em seguida ela reconsiderou mentalmente, dizendo “a não ser que mudasse o...”. Isto me pareceu uma sugestão de mudar o nome dela na escrita do trabalho, pois eu já havia informado anteriormente que mudaria os nomes de todas as pessoas com as quais eu conversasse e viesse a utilizar algum trecho transcrito. Esse momento foi significativo, por sugerir a presença de um tipo de medo, de trauma. Pode-se inferir, aqui, uma especificidade na interpretação do passado num contexto traumático, também inscrita na forma de expressar a reelaboração deste no ato de narrar. Neste caso, - em que as marcas da violência do passado são fortes, silenciadas, e não encontram uma superfície de enunciação na presente - o passado ainda organiza a memória e a narrativa (ou não) destas no presente, tanto quanto as relações dadas neste. Imediatamente, ela continuou:

Vitória: tem um documentário, que o meu pai... Ninguém segurava meu pai. Era um homem destemido, enorme, grande. Sempre foi muito trabalhador, correto, honesto. Eu, com 18, 19 anos, presenciei uma cena... presenciei uma cena! A pessoa trabalhava [...] e a irmã dessa moça que trabalhava com ele [com o pai de Vitória] tinha uma irmã que trabalhava numa certa fazenda, e que [incompreensível, mas parece que se refere ao marido da moça] desapareceu da noite pro dia, um jovem, pai de duas crianças. E quando você pergunta de, “você era muito criança”, sabe. Aí, não, eu já não era tão criança mais. Você entende? E era uma coisa assim que, que, não sei se as pessoas tem coragem de falar. Mas, muita terra foi grilada. Essa aqui [aponta para irmã], trabalhou com tratores que aravam terra. Famílias inteiras! Pai, mãe, avô, até o pequenininho [aqui, ela faz um movimento com as duas mãos, apontando para o chão, explicando que sua irmã, ao passar o arado na terra, encontrava restos mortais dessas famílias]. Não vou falar mais nada, não! Ela fala [apontando para a irmã].

Adriano: [me dirigindo à irmã] você foi tratorista?

Silvia: fui tratorista. Da usina, das fazendas do [evita dizer o nome], da usina.

Vitória: e ela narra isso. E muuuitas outras pessoas também narram! Meu pai contava, que o primeiro padre, que era uma capelinha de caixote, não tinha nada disso. Tinha um senhor num cavalo, com um

embornal assim, com um quilinho de cada coisa, pedindo "pelo amor de Deus", chegaram lá "pá, pá, pá, pá" [tiros]. Ele só tava querendo chegar até em casa, levar comida pros filhos. Ele morreu ali em cima...[apontando para proximidades da casa em que estávamos]. Esse padre, diz que nesse dia, ele amaldiçoou a cidade. Ajoelhou e amaldiçoou "pro resto da minha vida eu amaldiçoou este lugar, porque, um lugar que acontece isso e não tem autoridade?". Mas não tinha mesmo. Eles eram os donos! Não vou falar nome.

Silvia: cara estranho aqui eu vi até os 10 anos de idade, que eu via cada cara estranho aqui, que eu nunca tinha visto. Aqui, os primeiros anos disso aqui não tinha lei. E lei quem fazia eram eles. Eram eles que faziam a lei.

Adriano: mas hoje...

Silvia: ah não, hoje as coisas é diferente. Como em todo lugar, tem as falcatura, tem as corrupção. Corrupção tem de mooooooonte! Até quem fica quieto dentro de casa, sabe. Quando cê vai ver, é verdade mesmo! Então, só que antigamente a gente não ficava sabendo dessas coisas. Não tinha comunicação, não tinha. Eu falo que, é, o brasileiro até que evoluiu demais. Que antes, ele só baixava e deixava. Que antigamente eles vinham quietinho, pegava, levava e ninguém via.

Ou seja, apesar de *eles* não existirem mais – não ao menos com o poder de mando local de outrora - *eles* ainda organizam e mobilizam os afetos, o teor e a maneira de organizar memórias nas narrativas do presente. É uma constatação importante o fato de que são alguns silenciamentos ocorridos nestas últimas falas que ajudam a significar os não-ditos de falas anteriores.

Os próximos trechos analisados agora dizem sobre o que pode ser significado nos silenciamentos presentes em falas anteriores.

Thaís é a irmã mais velha de duas fontes também trazidas neste trabalho, uma delas é Vitória, com a qual trabalhei no terceiro capítulo, e Silvia, citada acima. Nasceu em Ribeirão Preto, no ano de 1938. Chegou na região de Porecatu por volta de 1942. Veio com sua mãe, já grávida de um irmão, uma irmã e seu pai, que vinha com a incumbência de abrir uma fazenda em Bela Vista do Paraíso. Sua mãe não se acostumou com o lugar. Eles estavam voltando para Ribeirão Preto quando, em Alvorada do Sul, as chuvas e a enchente de um rio os impediram de continuar a viagem. Acabaram ficando alguns meses em Alvorada, até que seu pai recebeu a proposta de trabalhar em Porecatu, graças à usina e aos empreendimentos que estavam para serem realizados. Assim, foram umas das primeiras famílias a chegar ao povoado que estava sendo aberto e que ainda nem fora batizado como Porecatu. Em muitos momentos Thaís narra suas memórias com grande saudosismo, lembrando da agitação da vida social, cinemas, festas, quermesses, o grande

fluxo de pessoas e vida social entre as inúmeras e prósperas fazendas etc. No entanto, essas narrativas se mesclam a episódios traumáticos, como rememora minha interlocutora, a seguir:

Thaís: E eu tenho muito, assim, lembrança da minha infância, uma parte que não foi boa. Quando eu era menor. Que a gente veio pra cá... Ficamos... Depois dos meus seis anos, a gente tava morando aqui. Foi, dos seis anos, eu ainda não tava na escola. E a gente morava numa baixada, na rua Iguazu. Morava num ranchinho de pau a pique, coberto de tabuinha. Aqui em cima era um cemitério. Esse miolão ali em cima. E era duas quadra acima do nosso ranchinho. E... os Lunardellis grilaram muitas terras. Mataram muitos posseiros. Te comentaram isso? Eu convivi com isso. Então, eu tomei trauma de defunto. Porque eles vinham lá das ribanceira, dessas região aí pra cima das fazenda, com eles na rede. Às vezes iam quatro pessoa, as vezes iam seis. Mas a maioria das vezes iam quatro pessoas. Teve vez de vir só duas. Com a rede assim no coisa, enfiado um pau de fora a fora, um aqui no lombo outro na frente. E eles vinham com essa rede ensanguentada, porque era tudo morto, matado, né. Com os capangas do Lunardelli. Ainda existe um capanga vivo, hoje ele tá cego. Tem... Chama Ismael⁶³, ele tá morando em Florestópolis, mas tem duas filhas que moram aqui.

Adriano: Ele já é idoso?

Thaís: Ele não tá muito idoso não. Ele era molecão quando começou a fazer isso.

Adriano: Isso em que época, mais ou menos, que foi?

Thaís: Cê vê, eu sou de trinta e oito, eu tava com meus sete anos.

Adriano: foi bem na época do conflito, então [na verdade, bem antes].

Thaís: É, foi nessa época. E papai pegou também um pouco dessa coisa. É, foi antes, antes da guerra. (E papai pegou uma guerra molecão, em Ribeirão Preto. Meu pai e minha mãe). E daí, eles desciam com essas redes, com esses seres humanos, morto. Carregando no, varão, chamava de forquilha na época, é, padiola! Às vezes ia na padiola, às vezes ia só naquele troço, assim. E às vezes eu tava brincando no quintal, de baixo dos pés de mandioca, fazendo casinha, alguma coisinha ou outra, e gente ouvia aqueles falarzinho "brabrabra", que eles falavam baixo. Quando eu batia o olho, já tava! Porque não tinha cerca, não tinha nada. Era tudo aberto. Que eu olhava lá e vinha, balançando. Eu saía que nem uma louca! Eu entrava de baixo de fogão, de pia, eu corria, pulava.

Adriano: Nossa... Que coisa...

Thaís: Eu tinha pavor! Pavor! Era feio, era feio, ver aquele troço todo ensanguentado. E, e quando tava chovendo eles escorregavam, caía, e vinha barro e sangue e tudo, sabe, misturado. Isso aqui na rua Iguazu, não recordo mais o nome da rua antiga. Então, e descia. Então eu vivia sempre acuada. Ali eu já ficava tremendo. Minha mãe tinha que dar água pra mim. Já me distraia pra sair. Quando eu começava brincar, já vinha outro. Era três, quatro por dia! Três quatro por dia! O cemitério

⁶³Nome fictício.

tinha os caras, os coveiros, que fica ali, ó. Da hora que chegava de manhã, abrindo cova, abrindo cova. E dali a pouco chegava. Eles não tinham posição pra por o defunto lá dentro. Eles jogavam. E traziam aquelas redes de volta. Quantas vezes eu não vi cara vim com rede nos costas toda ensanguentada, pra ir buscar mais? Sabia? Eu peguei trauma [...] porque eu peguei aquele trauma. E eu fui perder o medo quando eu perdi o meu irmão. Aí eu perdi o medo. Isso já adulta, já velha... Era coisa feita, Porecatu.

Agora há um encadeamento nítido entre os acontecimentos, lugares e pessoas. Junto a isso, o “tomar partido” acontece, de fato, e a fala parece ficar menos truncada. Diferentemente das falas anteriores, aqui a narradora nomeia os “verdadeiros” autores das violências. Ela diz quem são *eles*. Outro ponto importante é o relato - que converge com outros depoimentos e literatura - de que as agressões contra os posseiros já eram presentes muito antes dos conflitos entre 1948 e 1951.

Também fiquei impressionado quando minha interlocutora realizou uma guinada drástica no sentido de sua fala. Imediatamente após concluir o trecho supracitado, ela continuou a fala da seguinte maneira.

Thaís: E era uma riqueza que você não tem noção. Nós tínhamos dois voos, diário. Cruzeiro do Sul, e a... como chama a outra? E a Real. Tinha dois voos. Que nosso campo de aviação é melhor do que o de Londrina. Não sei se você tá sabendo disso. A pista. É. Isso aqui foi muito rico! Era muitas fazendas, sítios. Mas sítios fortes, sítios fortíssimos! Aqui rodava um dinheiro que você não tem noção. Nós tínhamos um cinema que na maioria das vezes ele dava duas sessões, por dia. De filmes. Não temos mais nada disso. Nós tínhamos, vizinho do cinema, um restaurante. Ali nós tínhamos um restaurante. Chamava Magestic. Pensa... um restaurante de primeira linha. Tudo de bom...

Trago esse trecho para ilustrar um pouco da complexidade desses processos da criação do passado no narrar do presente. Há a convivência do trauma com a nostalgia, contrapostos imediatamente na narrativa. Apesar de significativo, o aprofundamento neste ponto demandaria um aparato analítico específico. Mas provavelmente a estagnação econômica de Porecatu no presente é um dos elementos que suscita esta reelaboração do passado como nostalgia, apesar dos traumas gerados nele.

Na esteira de Pollak (1989), vemos que essas lembranças dissidentes, traumatizantes, ou, mais genericamente, sem um lugar seguro de inscrição no presente, permanecem vivas por décadas. São transmitidas através da oralidade, de geração a geração, por estruturas informais (familiares e de amizade, no presente caso) e não formais de comunicação. Como afirma este autor, “*o longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente*

opõe ao excesso de discursos oficiais” (1989, p.5), até momentos em que seja criada uma superfície social e narrativa na qual possam fluir. Pollak continua dizendo que

existem nas lembranças de uns e de outros zonas de sombra, silêncios, "não-ditos". As fronteiras desses silêncios e "não-ditos" com o esquecimento definitivo e o reprimido inconsciente não são evidentemente estanques e estão em perpétuo deslocamento. Essa tipologia de discursos, de silêncios, e também de alusões e metáforas, é moldada pela angústia de não encontrar uma escuta, de ser punido por aquilo que se diz, ou, ao menos, de se expor a mal-entendidos (1989, p.8).

Neste sentido, é interessante e necessário notar que o não-dito, e/ou o impulso de não-dizer, sempre se manifesta nas falas, sejam elas mais subterrâneas, contra-hegemônicas, dissidentes, ou mais colaboradoras e/ou subservientes à hegemonia local. Quanto a isso, as expressões do não-dito, é importante salientar que, nelas, ocorrem mediações em articulação com as trajetórias locais e, também, com questões ideológicas e políticas amplas. Por seu turno, tais mediações e suas articulações irão moldar as manifestações do não-dito. A isto se deve, como contraface, a complexidade e a fragmentação das e dentro das narrativas e nas memórias que elas revelam.

Por fim, outro ponto a ser levantado - que diz respeito à pluralidade fragmentada das memórias e das narrativas que estas informam, bem como aos silenciamentos e não-ditos produzidos no emaranhado de relações políticas entre estas - é a ausência de qualquer menção ao PCB e/ou à sua atividade política na região na época do conflito armado (1948-51) ou posteriormente durante as ocasiões do trabalho de campo.

Quando preso pela repressão, o enviado do comitê central do partido, Celso Cabral de Mello - designado para ser o comando político e militar do movimento camponês - delatou sistematicamente todos seus membros e informações estratégicas do movimento, contribuindo decisivamente para seu desmantelamento final. Esse fato também contribuiu para o entendimento acerca da posição deliberada do partido em relação ao movimento após o seu desfecho: o sepultamento de sua memória. Talvez estes fatos ajudem a explicar a ausência desta dimensão do conflito nas narrativas locais e também a precariedade e opacidade das dimensões propriamente conflitivas nas narrativas locais, sendo que uma hipotética postura mais consequente do partido para com o território no qual atuou poderia ter contribuído para uma configuração mais plural em relação à produção de versões sobre o passado local.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do exposto, conclui-se que as ditas narrativas apresentadas vivificam, atualizam e presentificam a história de um território e, à medida que são analisadas em paralelo a uma reflexão sobre os atores que as reproduzem, bem como com o mapeamento de características sociais, econômicas, demográficas etc. do município, de sua história, contribuem para revelar a continuidade de um contexto problemático, com suas especificidades históricas e origens enraizadas na dinâmica conflitiva característica das regiões de expansão de fronteira agrícola. A análise de situações diversas ocorridas em campo - as quais julguei relevantes como ocasiões narrativas - me permitiu captar a atmosfera conflitiva, traumática e dividida que acabaram por tencionar meu objeto inicial de pesquisa, resultando na abordagem tecida neste texto.

Como resultado, há uma pesquisa sobre um território com especificidades históricas conhecidas, para o qual a investigação das continuidades destas especificidades no presente se mostrou proveitosa, tanto pela relevância de se conhecer, sob o olhar aqui proposto, o tema (Porecatu) e as questões que orbitam em torno dele, quanto pela pertinência e fertilidade que possui como substrato às questões que lhe dão fundo, atuais e urgentes à contemporaneidade brasileira.

O objeto da pesquisa adquiriu contornos claros, de fato, a partir do momento em que procedi à análise das entrevistas e ocasiões narrativas com as chaves de leituras já estruturadas. O objeto geral inicial almejado, como dito anteriormente, visava construir a história agroambiental de um território constituído num contexto de conflito agrário, procurando nexos entre a evolução da paisagem, a organização produtiva local e a história agrária do território. Embora a pesquisa tenha se direcionado para um sentido distinto do que desejava inicialmente em termos de objeto, análise e campo empírico, posso inferir que ela acabou por fornecer pistas sólidas para ao cumprimento dos objetivos iniciais traçados antes de ir a campo. Investigar as relações conforme o pretendido antes do embate com a situação de campo exigiria, para haver profundidade, o mergulho que realizei aqui.

Esta imersão proporciona outro aprendizado de grande valor analítico, que diz respeito à minha dita apreensão em relação aos possíveis silenciamentos que poderiam ocorrer caso solicitasse a gravação das narrações das fontes. Ela se revelou, em parte, equivocada. Primeiro, do ponto de vista analítico, o silenciar e o não-dito são tão

relevantes quanto o que é verbalizado. O calar-se revela o trauma, o medo, constrangimento etc. em dizer, mesmo que infundado imediatamente na realidade presente, caso em que se torna ainda mais sensível essa atitude. Segundo, o não-dito é de uma outra ordem de silêncio, e está presente mesmo quando quem narra está disposto e aberto a dizer. Ele é inerente ao discurso, à ideologia e à mitologia que informa e organiza a memória narrada, e tem muito menos de deliberação racional e cálculo do que o simples calar-se. Produz, como seu processo histórico, político e simbólico, o *silenciamento*.

Avalio que uma das principais contribuições deste trabalho se dá em relação a estes aportes, com os quais se elabora uma espécie de chave de leitura para um aspecto da questão agrária, que diz respeito à sua dimensão simbólica e do plano das narrativas, e de como os discursos que vicejam acerca dela se constroem sobre uma superfície de inscrição forjada com o silenciamento de histórias como a aqui narrada. Neste sentido, acredito que as lentes analíticas escolhidas e elaboradas foram pertinentes, pois se explicam mutuamente e, juntas, compõem essa outra chave de leitura que poderá ser útil quando aperfeiçoada e ajustada a novos problemas de pesquisa. Por seu turno, esta chave de leitura poderá ser de valia na compreensão dos processos onde as narrativas dominantes, através do exercício da dominância de seus agentes protagonistas nas diferentes dimensões da vida, capturam os sentidos das experiências históricas e condicionam seu devir, em eterna disputa/reprodução.

Traduzido em termos políticos, este trabalho também poderá cumprir um papel instrumental - como uma narrativa alternativa que se soma a um campo narrativo maior - nas mãos das pessoas e agentes interessados em intervir de alguma maneira no contexto aqui exposto.

REFERÊNCIAS

- Bernardes, Lísia M. C. **O problema das “frentes pioneiras” no Estado do Paraná.** Revista Brasileira de Geografia. Ano XV, jul./set., n.3, 1953.
- Bonde, 2015. Disponível em: <http://www.bonde.com.br/bondenews/parana/mst-ocupa-fazenda-da-familia-atalla-na-regiao-de-londrina-314050.html>. Acesso em 10 de setembro de 2016.
- Broiatti, Marcos H. **O boia-fria e a (de)formação do espaço agrário de Florestópolis-PR.** Dissertação de mestrado em geografia. UFSC. Florianópolis, 1999.
- Carvalho, José Murilo. **Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: uma discussão conceitual.** Dados. Vol. 40, nº 2. Rio de Janeiro, 1997.
- Centenário do Sul. **Histórico do município.** Disponível em: <http://www.centenariodosul.pr.gov.br/page/88/historico-do-municipio>. Acesso em 25 de março de 2017.
- CPDOC/FGV. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/paulo-cruz-pimentel>. Acesso em 5 de setembro de 2016.
- Cunha, Paulo Ribeiro. **Trombas: um ensaio revolucionário.** Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas, v.1: o campesinato como sujeito político nas décadas de 1950 a 1980. Bernardo Mançano Fernandes, Leonilde Servolo de Medeiros, Maria Ignez Paulilo (orgs.). São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD), 2009.
- Dean, Warren. **A ferro e fogo: a história da devastação da Mata Atlântica brasileira.** São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- Delgado, Guilherme Costa. **Do “capital financeiro no agricultura” à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012).** Porto Alegre: Editora UFRGS, 2012.
- Doc.Londrina, 2013. Disponível em: <http://doclondrina.blogspot.com.br/2013/09/o-club-uma-outra-mitologia-da.html?q=cl%C3%A3+abud>. Acesso em 2 de abril de 2017.
- Evans-Pritchard, E. E. **Antropologia e História.** Ensayos de antropologia social. México, D.F.: Siglo XXI Editores S.A. 1978.

Felismino, Pedro P. **Série de reportagens sobre o conflito armado em Porecatu, de 14 a 28 de julho**. Acervo do CDPH/UEL. Acesso em 10 de abril de 2016.

Ferreira, Angela D. D. **Agricultura capitalista e campesinato no Norte do Paraná – região de Porecatu 1940-1952**. Dissertação. Setor de ciências humanas, letras e artes/UFPR. Curitiba, 1984.

G1, 2017. Disponível em: <http://g1.globo.com/pr/norte-noroeste/noticia/2017/03/reintegracao-de-posse-tem-confronto-entre-pm-e-integrantes-do-mst.html>. Acesso em 4 de abril de 2017.

Gazeta do Povo, 2008. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/conteudo.phtml?id=797929&tit=Ministerio-do-Trabalho-interdita-usina-de-cana-no-Norte-do-Parana>. Acesso em 23 de junho de 2016.

IBGE, 2006. Censo agropecuário.

_____, 2013. Cidades. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=412000&search=paranalporecatu>. Acesso em 23 de outubro de 2015.

_____, 2014. Cidades. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/uf.php?lang=&coduf=41&search=parana>. Acesso em 12 de outubro de 2016.

_____, 2017. Cidades. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=411370>. Acesso em 20 de abril de 2017.

_____, 2017. Cidades. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=411520>. Acesso em 20 de abril de 2017.

IPARDES. **Caderno estatístico: município de Porecatu**. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (Ipardes). Curitiba, PR. 2017.

Jornal da Cana, 2009. Disponível em: <https://www.jornalcana.com.br/futuro-incerto-para-usinas-do-grupo-atalla/>. Acesso em 2 de dezembro de 2015.

Leal, Vitor N. **Coronelismo, Enxada e Voto: o município e o regime representativo no Brasil**. 7ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

Lupionópolis. **História**. Disponível em: http://lupionopolis.pr.gov.br/pagina/78_Historia.html. Acesso em 3 de abril de 2017.

Maestri, Mário. **História e romance histórico: fronteiras**. Novos Rumos. Ano 17, nº 36. 2002.

Martins, José de Souza. **Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano**. 2ª edição. São Paulo: Contexto, 2016.

_____. **O cativo da terra**. 2ª edição. Livraria editora ciências humanas – LECH/USP. São Paulo, 1981.

Méndez, Paola. **Entre el silenciamiento y la memoria**. Revista Reflexión Nº 31, ediciones CINTRAS, 2005.

Menezes, Nilson Monteiro. **Ricardo Lunardelli: uma vida a serviço da terra**. Curitiba, PR: 2015.

MST, 2008?. Disponível em: <http://antigo.mst.org.br/jornal/292/estados>. Acesso em 10 de setembro de 2016.

_____, 2015. Disponível em: <http://www.mst.org.br/2015/01/19/sem-terra-ocupam-duas-areas-no-parana-e-intensificam-a-luta-pela-terra.html> . Acesso em 10 de setembro de 2016.

_____, 2014. Disponível em: <http://www.mst.org.br/2014/03/06/fazenda-do-grupo-atalla-ocupada-pelo-mst-e-improdutiva-afirma-incra.html>. Acesso em 10 de setembro de 2016.

Monteiro, Nilson. **Ricardo Lunardelli: uma vida a serviço da terra**. Curitiba: Nilson Monteiro, 2015.

Müller, Nice L. **Contribuição ao Estudo do Norte do Paraná**. Reedição. Geografia, Londrina, v. 10, n. 1, p. 89-118, jan./jun. 2001. Artigo original no Boletim Paulista de Geografia, n. 22, p. 55-97, março, 1956.

Oikawa, Marcelo. **Porecatu: a guerrilha que os comunistas esqueceram**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

Orben, Tiago. **A revolta dos colonos de 1957, interpretações, apropriações e memórias**. Dissertação de Mestrado. PPGHFCH/PUC-RS. Porto Alegre, 2014.

Orlandi, Eni. **As formas do Silêncio, No movimento dos Sentidos**, 3ª Ed., Campinas-SP, Editora UNICAMP, 1995.

Palmeira, Moacir. **Política, Faccões e Voto**. Antropologia, voto e representação política. Moacir Palmeira; Marcio Goldman (Orgs.). Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1996.

Polanyi, Karl. **A grande transformação: a origens de nossa época**. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

Pollak, Michael. **Memória e identidade social**. Estudos históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

_____. **Memória, esquecimento e silêncio**. Estudos históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989.

Portelli, Alessandro. **O que faz a história oral diferente**. Proj. História, São Paulo (14), fev., 1997, p. 25.

_____. **O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de julho de 1944): mito e política, luto e senso comum**. Ferreira, Mariaeta de Moraes; Amado, Janaína (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. 3ª edição, Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

Porecatu. **História**. Disponível em: <http://www.porecatu.pr.gov.br/historia/>. Acesso em 12 de maio de 2015.

Priori, Angelo A. **O levante dos posseiros: A revolta camponesa de Porecatu e a ação do Partido Comunista Brasileiro no campo**. Maringá: Eduem, 2011.

_____. **Legislação e política fundiária no Estado do Paraná (1889-1945)**. Seaculum – Revista de História [26]. João Pessoa, jan./jun. 2012. p.133.

Queiroz, Maria I. P. **O mandonismo local na vida política brasileira (Da Colônia à Primeira República)**. Instituto de Estudos Brasileiros/USP. São Paulo, 1969.

Silva, Joaquim de Carvalho. **Terra roxa de sangue: a guerra de Porecatu**. 2ª edição. Londrina: EDUEL, 2007.

Silva, Francisco Carlos. **Vargas e a questão agrária: a construção do fordismo possível.** *Diálogos*, DGI/UEM, 02. Maringá, 1998.

Sonda, Cláudia. **REFORMA AGRÁRIA, DESMATAMENTO E CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE NO ESTADO DO PARANÁ.** Reforma agrária e meio ambiente: teoria e prática no estado do Paraná./ Claudia Sonda (Org.), Silvia Cristina Trauczynski (Org.). Curitiba: ITCG, 2010.

Tommasino, Kimiye. **A história dos Kaingáng da bacia do Tibagi: uma sociedade Jê meridional em movimento.** Tese de doutoramento, FFLCH/USP. 1995.

Tribuna, 2008. Disponível em: <http://www.tribunapr.com.br/noticias/parana/sem-terra-ocupam-fazenda-em-porecatu/>. Acesso em 10 de setembro de 2016.

Vale do Paranapanema, 1981. Jornal depositado no acervo do Museu Municipal José Jabur, Porecatu, PR. Consulta em 24 de abril de 2016.

Vincent, Joan. **A sociedade agrária como fluxo organizado: processos de desenvolvimento passados e presentes.** A antropologia das sociedades contemporâneas: Métodos. Bela Feldman-Bianco (org.). São Paulo: Editora UNESP, 2010.

Worster, Donald. **Transformações da terra: para uma perspectiva agroecológica da história.** *Ambiente e Sociedade*, v. 5, no 2, ago./dez. 2002 – v. 6, no 1, jan.-jul. 2003, p. 23-44.